



## **73ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

### **DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**DATA:** 17 de outubro de 2000

**HORÁRIO:** 9 horas

**LOCAL:** Sala de reuniões do 1º Andar do Edifício-Anexo do Ministério da Previdência e Assistência Social

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Bom-dia. Desculpem-me o atraso, mas passei na Secretaria para buscar a Secretária Wanda, senão o atraso seria maior.

Gostaria de dar uma informação aos nobres Conselheiros, pois tivemos algumas trocas de Conselheiros e houve algumas nomeações. No lugar do nosso ilibado amigo Paulo Coury, o Ministério da Saúde nomeou Marcello Queiroz de Oliveira, que passa a integrar o Conselho Nacional de Assistência Social.

O Fórum dos Secretários Estaduais procedeu à sua eleição e ontem esteve conosco e nos deu o prazer de trabalhar nas Comissões o seu novo Presidente, Edilson Azim, que, por

compromisso marcado anteriormente, convocou o seu suplente, que hoje está presente, o Dr. Tarcísio Zimmermann. Seja bem-vindo.

O Conselheiro Eugênio Himmen justificou a ausência, e a Conselheira Eurídice Vidigal disse que chegaria um pouco atrasada.

Houve uma inversão da pauta, devido a uma apresentação que a Secretária Wanda irá fazer hoje à tarde, no Fórum do Banco Mundial, para a qual não fomos convidados. Por isso invertemos a pauta, ficando as apresentações no período matutino e as deliberações do Conselho para o período vespertino.

Teremos, como convidados, José Luís Gaeta Paixão, Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social de São Paulo, ao qual muito nos honra com a sua presença; Aurélio Viana Lima Júnior, Secretário-Executivo do Inesc, muito obrigado pela presença, e a Secretária Wanda Engel, que será a primeira palestrante.

Como é de praxe no Conselho, para esclarecer aos que chegaram, após a palestra, se alguém quiser fazer alguma indagação, que se inscreva perante a Mesa anteriormente.

Com a palavra a Secretária Wanda Engel.

WANDA ENGEL ADUAN - Para início de conversa, deixo claro o meu revelado prazer de estar com vocês. Hoje tivemos que antecipar a nossa exposição. Aliás, eu gostaria de falar

rapidamente a respeito dessa reunião do Fórum Global de Combate à Pobreza, promovida pelo Banco Mundial, que fez uma análise mundial sobre a situação de pobreza, incluindo o que chamam da "voz do pobre". Fizeram pesquisas junto às populações-alvo dos programas de combate à pobreza e há um capítulo referente ao Brasil. Esse capítulo será apresentado hoje à tarde. Estaremos debatendo, eu, o pesquisador do Ipea, Ricardo Paes de Barros, e o ex-governador Cristovam Buarque. Pelo menos assim está previsto.

Meu objetivo hoje é trazer dados um pouco mais consistentes sobre o programa que se chamava Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-14 - e que agora tem a denominação de *Projeto Alvorada*, porque, como já tínhamos dito, IDH-14 mais parecia nome de remédio do que nome de programa de combate à pobreza.

O que há de mais importante no *Alvorada* é o reconhecimento pelo próprio Presidente da República. Após toda a dedicação à estabilidade econômica, à luta contra a inflação etc., era preciso se dedicar, talvez, ao maior desafio que há neste País: a desigualdade.

O *Projeto Alvorada* tem como objetivo primeiro diminuir as desigualdades deste País, combater as desigualdades investindo na melhoria das condições de vida dos mais excluídos.

É um programa tipicamente de focalização naqueles grupos mais excluídos, na tentativa de diminuir a desigualdade, investindo em quem mais precisa.

Estava lendo uma apresentação do Roberto Ataíde, do Ipea, que dizia o seguinte: a partir dos últimos anos - e só temos dados confiáveis dos últimos vinte e três anos -, os índices que medem a desigualdade, chamados de Gini, permanecem inalterados - nesses últimos vinte e três anos, parece um eletrocardiograma de morto.

Todos conhecemos esses dados, mas nunca é demais lembrar que temos 1% da população mais rica - 1 milhão e 600 mil pessoas -, que se apossa da mesma quantidade de recursos econômicos que os 50% mais pobres, ou seja, 1 milhão e 600 mil têm o mesmo volume de recursos que 80 milhões de brasileiros. Sabemos que essa desigualdade é histórica, vem acompanhando o Brasil nos seus cinco séculos de existência formal e tem determinados eixos. É uma desigualdade que tem base geográfica, é uma desigualdade regional tipicamente. Se pegarmos os índices gerais, se enfocarmos os índices do Nordeste e do Sudeste, veremos que a média esconde uma enorme desigualdade regional. Existe um eixo racial, étnico, e um eixo de gênero.

Estudos do Ipea mostram que se pegássemos o índice de desenvolvimento humano da população branca do Brasil, já estaríamos entre os melhores; se pegássemos dos negros,

estariamos entre os piores. Agora, a média é o médio. Já dizia Roberto Campos: a média é igual a biquíni, mostra o supérfluo e esconde o essencial. E o essencial é a desigualdade.

Esse programa é de iniciativa do próprio Presidente, que tenta combater a desigualdade investindo em quem mais precisa. Precisávamos de um parâmetro para isso, e o escolhido foi o IDH, que é, na verdade, um termômetro de pobreza, criado pela ONU, em 1990. Esse termômetro de pobreza é importantíssimo, pois diz que a pobreza não é só uma questão econômica. Na verdade, os assistentes sociais que estão aqui nesta Mesa, aquelas pessoas que militam nessa área, precisam começar a tomar a iniciativa das discussões sobre o combate à pobreza e à desigualdade. Essas discussões estão nas mãos só de economistas, só economistas hoje discutem a pobreza e as suas diferentes formas de combate. Por mais que reconheçam que a pobreza não é só uma questão econômica, quando vão pensar em combater à pobreza só pensam de forma econômica. Existem pessoas que fazem contas, e o Banco Mundial também faz a mesma conta, que diz: se usarmos não sei quantos por cento do PIB e distribuirmos entre os mais pobres, acabamos com a pobreza. Como se acabar com a pobreza fosse uma questão apenas redistributiva, apenas de chegar o recurso, não algo mais amplo.

O IDH diz: pobreza, além de falta de acesso ao recurso, é também falta de acesso a condições de vida saudáveis e falta de acesso à escolaridade, que é a forma mais

conhecida do que se poderia chamar de aumento do capital humano, de capacidade humana para produção e para inclusão.

Esse IDH é medido de zero a 1. De 0 a 500 é considerado baixo IDH; de 500 a 800 é considerado médio e de 800 para cima é considerado bom. O Brasil está médio, o IDH é de 747, mas há áreas do Brasil com índice de 300 e pouco e outras com índice de 800 e pouco. Essa desigualdade é que precisa ser o foco da nossa atenção.

Os princípios norteadores do programa. Se se quer encarar a questão da desigualdade, o primeiro ponto é o da focalização. Onde está o pobre? Onde está o pobre do pobre? É ali que se irá investir os recursos. Mas investir de forma convergente. Um dos grandes males do combate à pobreza é uma enorme fragmentação, isto é, o Governo Federal faz, o governo estadual faz, o governo municipal faz, cada ministério faz a sua parte e não existe uma convergência, uma interpotencialização dessas ações. O terceiro ponto é o investimento consistente e sistemático de recursos. Só para terem uma idéia, juntando as duas fases do IDH há recursos da ordem de R\$ 13,2 bilhões. É dinheiro para ninguém botar defeito, muito dinheiro, mas não adianta ter dinheiro se ele não chega lá. Então, o gerenciamento intensivo é fundamental. Devemos ter vias de acesso direto desse recurso a quem executa a ação.

Mas também não adianta chegar o dinheiro ao município mais pobre, pois ele não tem condições de

transformar esse recurso em ações consistentes de impacto. Assim, é preciso um forte investimento em capital social e isso quer dizer capacitação: capacitação de gestores e da sociedade civil. Além disso, é necessário compromisso com resultado. Não dá para investir essa quantidade de recursos sem saber qual o impacto disso e não só o impacto, em dados gerais, como o índice de desenvolvimento humano, mas o impacto na família do seu José e da dona Maria. Esse é o nosso grande desafio. Como vemos o impacto na família mais pobre, aliás, como descobrimos qual a família efetivamente mais pobre, onde está essa família, como ter acesso a essa família.

Quanto à focalização, estamos trabalhando com vários níveis. O primeiro é a focalização geográfica. Onde estão os Estados mais pobres; desses Estados, onde estão as microrregiões mais pobres. Um detalhe que eu gostaria que tivessem bem claro em relação ao *Alvorada* é que a unidade não é o município, a unidade é a microrregião. Por quê? Porque, para se combater a pobreza, precisa se fazer um plano mais regional, não dá para tratar município por município. Municípios que têm a mesma realidade geoeconômica, histórico-cultural etc. podem ser pensados no seu conjunto. Qual a consequência disso? Pode haver municípios mais ricos em microrregiões paupérrimas. Ótimo! Esses municípios podem ser, inclusive, os pólos, os indutores do desenvolvimento dessa região. Exemplo claro disso: o ensino médio. Às vezes não é possível haver escolas de ensino médio em todos os

municípios. Mas se pensarmos na microrregião, pensamos em um pólo de oferta desse grau de ensino, em condução para levar àqueles pólos e, assim, onde não é possível, criam-se alternativas tipo telessalas, ensino modular etc.

Há uma experiência no Rio Grande do Sul e uma em São Paulo: a criação de uma Agência Regional de Desenvolvimento Social que possa captar recursos, possa promover planos integrados etc.

Uma focalização programática. Ninguém inventou programa nenhum, identificaram-se os programas do *Avança Brasil*. Dentro dos 365 programas do *Avança Brasil*, foram identificados quinze programas que pudessem estar atuando diretamente na veia, seja na questão da renda, seja na da Saúde ou na da Educação, e se investiram recursos substantivos nesses programas. Quando nos perguntam como vai ser implantado, respondemos: depende da lógica de cada programa. São programas que já existem, têm sua lógica própria. O que se quer é intensificar esses programas e articulá-los na base geográfica da microrregião.

Focalização nas famílias mais pobres. Isso é algo que falaremos daqui a pouco, mas essas famílias, além desses quinze programas, precisavam ser os focos básicos da nossa rede de proteção especial. Se temos uma creche, é para o mais pobre; se temos atendimento de manutenção dos meninos na escola, deve ser focalizado nessas famílias; programas de



geração de renda devem ser para os adultos e os jovens dessas famílias. Devemos dar tratamento *vip* às famílias mais pobres.

Focalização de gênero. O *Programa Alvorada* é feito em nome da mãe, não é feito em nome do pai, do filho e do Espírito Santo. Por que isso? Porque a mãe é a permanência mais comum das famílias mais pobres. Enquanto a média geral do Brasil é de 25% das famílias monoparentais chefiadas por mulheres, nos estrados mais pobres chega a 43% de famílias monoparentais chefiadas por mulher, ou seja, é essa mulher que fica. Assim, ter o programa todo em nome da mãe facilita, inclusive, cruzar cadastros. Se todos os programas têm o mesmo cadastro, podemos remeter tudo à família e verificar o conjunto de ações feitas para aquela família. Se aqui tem o nome da mãe, ali dá o nome do pai, acolá o nome do avô, não se consegue nunca ver o conjunto de ações voltadas para a mesma família.

Quanto à focalização geográfica, na Fase 1 foram identificados os Estados de IDH menor que a média. Nesses Estados foram localizadas as microrregiões e estamos acrescentando 130 municípios que não estão em microrregiões mais pobres, mas têm o IDH abaixo de 500, mas sobre isso eu falo depois.

Em resumo, é esse mapa: todos os Estados do Nordeste e mais cinco Estados do Norte - Pará, Acre, Roraima, Rondônia e Tocantins. Por isso o programa inicialmente se

chamava IDH-14, porque são os quatorze Estados que têm o IDH abaixo da mediana nacional.

Foram selecionadas as microrregiões da fase 2000, 2001, 2002. Na fase 2000, o corte foi de IDH 359. Este é o IDH dos sete piores países do mundo, tipo Serra Leoa, Burundi. Ali estão vinte e sete, porque na Região Norte não havia nenhuma microrregião nessa situação, e se pegou a pior microrregião dos Estados. Mas existem no Nordeste 22 microrregiões com IDH abaixo de 359. É inacreditável isso!! Em 2001, o corte de IDH foi 400. Em 2002, o corte foi 500. Até 2002, teremos atingido todas as microrregiões que têm o IDH considerado baixo.

Para terem uma idéia, em 2000, estamos trabalhando com 27 microrregiões, 255 municípios, num total de 3 milhões e 400 mil pessoas. Em 2001, serão 68 microrregiões e 598 municípios.

No entanto, existem casos como, por exemplo, o do Maranhão, que em 2001 entra com 121 municípios; Ceará, 97 municípios, fora os que já entraram abaixo de 359. Finalmente, em 2002, são mais 944 municípios de 93 microrregiões. Isso tudo pode ser visto no mapa. Tenho aqui o mapa da pobreza deste País, pobreza absoluta deste País. Evidentemente, existem microrregiões mais pobres em Estados mais ricos. Isso dá um total de 389 municípios basicamente no Estado de Minas Gerais, que é o que tem maior quantidade de municípios com IDH baixo. De todos os Estados brasileiros, só existem quatro que

não têm nenhuma microrregião e nenhum município com IDH abaixo de 500. Esses Estados são: Distrito Federal, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina. Esses Estados não ficaram nem um pouco felizes de estar nessa situação. Os governadores me perguntaram por que não estavam no IDH, e eu respondi que eles deveriam estar superfelizes por isso. Mas essa é a reação sempre que se tenta algo mais localizado. É uma reação dos outros que dizem: também temos pobreza, também temos regiões pobres.

Eu diria para vocês que o *Alvorada* pega todas as microrregiões, todos os municípios com IDH abaixo de 500, mas a grande lacuna que ainda fica são os bolsões de pobreza das áreas metropolitanas. Essas estão sendo atingidas agora pelo Plano Nacional de Segurança, mas precisariam de uma ação específica em termos quantitativos, porque as periferias dos grandes centros, em termos quantitativos, são grandes. É algo que teremos que enfrentar. Mas vamos por partes, começaremos nisso que nos dará, inclusive, cancha para ver como se desenha em relação às grandes metrópoles.

O que se viu, na crise de 1999, em que houve um pequeno aumento do número de pobres, foi que nas áreas metropolitanas isso foi mais forte. Isso é algo importante na questão do êxodo rural, pois aí está o berço de onde tudo sai.

Na verdade, hoje, todos os países do mundo e todas as regiões já perceberam que não existem mais ilhas de riqueza e mares de pobreza, porque o mar invade a ilha e destrói tudo.

Um programa como esse de alguma forma se reflete também nos grandes centros, nas áreas metropolitanas, com relação ao berço do êxodo rural, do êxodo urbano, enfim, do êxodo das áreas mais pobres para as áreas mais ricas. Se criarmos condições de fixação do homem na sua raiz, cortamos essa invasão do mar de pobreza nas ilhas de riqueza.

Existe uma focalização programática. Foram identificados quinze programas que estivessem atuando diretamente ou na questão da Educação, ou da Saúde, ou da renda, que são os componentes do chamado IDH.

Na área da Educação, começa com a alfabetização, a porta de entrada para um mundo letrado. A Alfabetização Solidária ganhou recursos extras, mas não adianta. A alfabetização é quase que uma sensibilização para o mundo letrado. É preciso que se dê conseqüência, e o Programa de Educação de Jovens e Adultos é a continuação da alfabetização. O ensino fundamental vai muito bem, mas hoje, graças ao bom Deus, estão chegando hordas de jovens que finalizam o ensino fundamental e não têm absorção no ensino médio. Existe um substancial volume de recurso para os Estados fazerem seus programas de aumento de atendimento de ensino médio.

O ensino fundamental vai muito bem, obrigada, mas existem ainda 4% das crianças de 7 a 14 anos fora da escola. Para tratar dessa questão, há dois programas: o da erradicação do trabalho infantil, que pega quem está fora da escola e o põe lá dentro, e o de renda mínima, que é um

programa de bolsa-escola, que também recebe recursos fundamentais para evitar que a criança saia da escola. Se deixarmos todos lá dentro, evitando que saiam - a lei da gafeira: quem está fora não entra, quem está dentro não sai -, conseguiremos universalizar o ensino de 7 a 14 anos, condição fundamental para um País que quer combater a desigualdade.

Finalmente, não adianta instalar as crianças na escola se não tivermos pelo menos água e luz nessa escola. É impressionante o número de escolas que, hoje, ainda não têm sistema de água e ainda não têm luz.

Na área de Saúde, existem três programas: saneamento, este está recebendo muito recurso, porque hoje se tem clareza de que não dá mais para diminuir as taxas de mortalidade se não se investir em saneamento; Saúde da Família e os Agentes Comunitários.

Quero confessar algo para vocês. De posse dessas microrregiões mais pobres, fizemos o levantamento dos programas federais existentes nesses municípios. E, nesse ponto, tive o dissabor de perceber que nem os programas de Assistência Social estavam nesses municípios. A nossa coluna quase não tinha "X", e não tinha porque a lógica da Assistência sempre foi da rede de serviços. Esses municípios mais pobres não tinham rede de serviço, e se não tem creche não recebe dinheiro para creche; se não tem atendimento para idoso não recebe recurso para idoso e, com isso, os programas de Assistência não estavam nesses municípios. É preciso

reconhecer: o Agente Comunitário de Saúde estava em quase a totalidade desses municípios. É um programa que realmente tem capilaridade, chega onde se necessita de melhores condições de família.

O BPC também chega em todos, mas fizemos um levantamento de como está a situação do BPC, e, em muitos desses municípios, há um atendimento muito menor do que o universo previsto, o que mostra a falta de informação sobre o direito. Estamos trabalhando com 7% e 3% da população, 1% é a média nacional que tem acesso ao BPC. Deveriam ter 193 portadores de deficiência e tem quatro mil, quatrocentos e pouco. Estamos trabalhando com esses dados para, além da revisão do BPC no município, termos a possibilidade de auditorias especiais nesses números absolutamente fora de propósito, que significam duas coisas: superpopulação e subpopulação de atendidos pelo BPC.

Na parte de renda, entrou o Prodetur II, um programa de empréstimo com o Banco Interamericano; o Combate à Pobreza Rural, esse é um programa com o Banco Mundial; Pronaf, Pronager, Energia em Pequenas Comunidades e um outro específico para o Tocantins.

Tive uma reunião no Banco do Nordeste para tentar dar ao Prodetur um caráter de combate à desigualdade. A cabeça dos economistas funciona assim: se há desenvolvimento econômico, logo o desenvolvimento social se faz. Eu estava tentando convencer os economistas que, caso não se faça um

plano estratégico que já preveja a inclusão, acaba-se excluindo mais ainda. Verificar nesses municípios aqueles que realmente têm potencialidade turística, ou por ecoturismo, ou por turismo cultural etc. Quem não tem, pode entrar com produtos periféricos do tipo artesanato, folclore, que possam ser absorvidos na área de turismo; onde haja construção, que se faça uma capacitação para eles serem incluídos nisso. Enfim, dar a essas famílias prioridade absoluta na capacitação, na assessoria técnica, para eles poderem ser os alvos principais de um projeto de inclusão do Prodetur, que não é algo fácil para o economista pensar. Acredito estar ficando meio irritada com as análises economicistas desse negócio. Nada contra os economistas, mas...

Objetivos gerais do programa. Toda a criança na escola, escola de ensino fundamental - 7 a 14 anos; toda escola com luz e gás; todos os municípios com equipe de saúde da família; todos os egressos de ensino fundamental absorvidos no ensino médio; todos os quatorze Estados com cobertura de saneamento básico. Nesse ponto não é média nacional, é média regional, pois a média nacional é alta demais, não teríamos condições mesmo, principalmente Norte e Nordeste; todas as formas de trabalho infantil erradicadas e multiplicar por dez o volume de recurso do renda mínima. Para isso, estão sendo alocados recursos da ordem de 11 bilhões e 550 milhões de reais, sendo 6 bilhões e 300 milhões de reais do próprio Tesouro Nacional, 1 bilhão de empréstimo e 4 bilhões do Fundo

da Pobreza. Esse recurso do Fundo da Pobreza está praticamente dividido entre dois programas: Renda Mínima e Saneamento.

O Programa de Renda Mínima está sendo desenhado para que seja um programa com maior facilidade de implementação. São recursos, realmente, substantivos que estão sendo colocados no programa.

O Presidente lançou a continuidade, que foram as microrregiões mais pobres dos Estados mais ricos. Para isso, foram colocados recursos extras, da ordem de 1 bilhão e 600 milhões de reais. Não existe nenhuma confusão entre recursos desses quatorze Estados e recursos dos outros nove Estados. Os recursos são carimbados independentemente. Isso dá um total de 13 bilhões e 200 milhões aproximadamente, que é o volume total das duas fases.

A segunda focalização é nas famílias mais pobres. Estamos testando um instrumento que foi desenvolvido na Colômbia, que tenta suplantar a grande dificuldade de se indagar: afinal de contas, quais são os mais pobres? Ultrapassar a questão de renda, tendo em vista que, de 69 milhões de população economicamente ativa, só se tem 30 milhões no mercado formal, então trinta e nove milhões estão no mercado informal e, dos pobres, 75% estão no mercado informal. Falar de renda no mercado informal é brincadeira, pois não se tem nenhum comprovante, a renda não é fixa.



Lembro-me de que, no Rio de Janeiro, em 1993 começamos um programa de bolsa-escola, só que era com cesta-básica e a identificação era a seguinte: quais são as crianças, quais as famílias que terão acesso a esse recurso? A primeira coisa, renda. Desiste, é impossível. Não tinha a menor condição. Tentamos, então, o consumo de energia elétrica, porque o consumo de energia elétrica revela a existência de aparelhos eletrodomésticos que demonstram condições de vida melhor. Até 30 Kwatts/mês. Também o sistema elétrico era informal, todos tinham "gato" - "gato" é roubar do sistema elétrico, aqui se chama gambiarra. Lembro-me de que eu queria inaugurar o Centro de Atendimento à Criança e não tinha instalação elétrica. Já estava desesperada com aquilo, liguei para o Presidente da Light, companhia de luz do Rio de Janeiro, e ele me disse que não podia, que ia demorar muito. Perguntei a ele: você não pode fazer um gato? Ele respondeu: a senhora notou para quem está pedindo isso?! É tanta informalidade que queríamos a informalidade para o atendimento aos meninos que estavam morrendo na rua.

Esse Instrumento Colômbia pega determinados indicadores que vão desde as condições da casa, existência de eletrodomésticos, escolaridade dos pais, alguns indicadores que conseguem caracterizar situações de pobreza e conseguem dizer quem são os pobres de ma-ré-de-si, quem é o meio pobre, quem é o pobre, quem é a classe média da pobreza e assim por

diante, enfim, os estamentos diferentes disso que reunimos num só bloco, que é a situação de pobreza. Esse instrumento está sendo testado pelo Ipea no Rio de Janeiro. Dele já existem três experiências: a da Colômbia, a do Chile e a da Costa Rica. Mas isso vem sendo um grande desafio para as políticas que desejam potencializar o pobre mesmo, pois, afinal de contas, perguntamos: quem é o pobre? Onde está o pobre? Qual o que mais necessita de atendimento?

Identificado isso - e é ponto fundamental -, se conseguíssemos que a nossa rede de proteção social, que vai desde programas de 0 a 6, de 7 a 14, idosos, jovens, portadores de deficiência etc., fosse focalizada nessas famílias, estaríamos dando a elas condições de desenvolvimento para vencer os fatores de pobreza, que os fazem quase que incapacitados para a escola, para a vida produtiva. Precisaria que todos os sistemas de Assistência ou de promoção tivessem nessas famílias o foco das suas ações específicas, e a focalização de gênero, o programa em nome da mãe.

O segundo princípio é o da convergência. Falamos inicialmente de uma convergência de todos os programas. Se dissermos assim: nesse ano, trabalharemos com esses municípios, e todos irão trabalhar com esses municípios. O fato de irmos em bloco pode fazer a maior diferença, pode dar a interpotencialização desses programas: vai saneamento, mas vai, também, capacitação via trabalho com a família, vai a sensibilização através da escola. Enfim, se conseguirmos

juntar todas essas coisas - tem obra de saneamento e usa os adultos das famílias mais pobres como mão-de-obra, que serão o foco da capacitação -, isso pode fazer a maior diferença.

Entre diferentes níveis de governo. Fui ontem ao meu décimo quarto Estado para tentar um convencimento, uma sensibilização dos governos estaduais, dos governos municipais para entrarmos em bloco, independente do partido político, fazendo disso algo que nos une. Entre os diferentes atores sociais, universidades, sociedade civil, propomos muito isso na Agenda Social. Aliás, estamos enviando uma consultoria a todos os Estados para ver como está a Agenda Social em cada Estado e tentar ver se, na continuidade da Agenda 2001, teremos uma tentativa de maior focalização nesses municípios e nessas microrregiões consideradas mais pobres.

Investimento consistente de recursos. Esses recursos são em grande quantidade, têm rubrica própria e o que o Ministério da Fazenda está nos garantindo é um fluxo de recursos que ainda não conseguimos.

Quanto à isenção do CND, é algo que estamos brigando, mas já digo que não conseguimos. A via expressa ainda tem o sinal vermelho: a CND. Mas estamos lutando por isso.

Gerenciamento intensivo. Eu, como Coordenadora do IDH, estou ligada diretamente ao Presidente. É uma tentativa de ser este um programa não da Secretaria, deste ou daquele

ministério, mas um programa de Governo, para isso a estrutura foi ligada diretamente ao Presidente da República.

Canais de identificação de necessidades e de soluções e tentativas de eliminação de entraves. Isso é importantíssimo. O Conselho poderia nos ajudar nessa parte. Estamos com um novo contingente de prefeitos, e a capacitação desses gestores para ter acesso a esses recursos é fundamental. Trabalhamos muito com a demanda natural, por exemplo, o projeto de saneamento. Se alguém apresenta o projeto de saneamento, ele é financiado. Mas só que essas pessoas não têm capacidade técnica de fazer isso. É preciso trabalhar com demanda induzida: tem que ir lá, ensinar, deixar as informações à disposição, tem que criar quase que uma *expertise* local para essas coisas acontecerem. Mas não adianta ser apenas com os gestores. Temos a experiência, por exemplo, do Plano Nacional de Segurança, em que as lideranças comunitárias nos diziam: "vocês querem participação, mas nós não sabemos. Vocês querem que nós tenhamos um papel protagonista, mas não sabemos. Precisamos de uma capacitação". Essa capacitação para que a sociedade participe também é outro dado importante do programa. Queremos investir, inclusive, no protagonismo juvenil, que começa com jovem.

Sistema de monitoramento e avaliação. Isso está sendo feito junto com a SOF, para que acompanhem efetivamente a execução desses recursos, mas existe uma

parceria com o Banco do Nordeste, Basa, Correios etc. para os chamados agentes de crédito funcionarem mais ou menos como *ombudsman* desse programa. A pessoa do Banco do Nordeste vai a um município qualquer, recolhe informações sobre se chegou o dinheiro ou não, se já começou a obra ou não. Enfim, faz uma espécie de auditoria externa, quase que um monitoramento *ad hoc*. Toda vez que a imprensa me pergunta sobre isso, eu digo que ela tem que ficar de olho, "botar a boca no trombone" se verificar malversação desses recursos. Vamos criar um 0800 só para isso, mas o que queremos é o controle social mesmo. Os Conselhos de Saúde, de Assistência Social, de Educação têm um papel absolutamente crucial nessa parte. Diria que teria de haver uma capacitação dos Conselhos para assumirem seu papel de controle, porque não podemos admitir que, mais uma vez, haja 13 bilhões de reais para combater a pobreza e seja usado esse dinheiro com critérios clientelistas. As pessoas sempre perguntam: por que foi escolhido esse município? Primeiro, não foi escolhido município e, sim, microrregião. Outro ponto, não foi escolhida, foi identificada. Vejam os dados do IBGE: não há pressão política para introdução de um único município, uma única microrregião. Os dados são os constantes do IBGE. Se estamos com esses cuidados na concepção do programa, na operacionalização essas coisas não podem ocorrer.

A nossa grande estratégia de implementação é a aposta no chamado Portal do Alvorada. Esse portal é como se

fosse um NAF, que também tem a função de ajudar na implementação dos programas. Estamos equipando esse portal com computador, estamos entrando no Fundo Nacional de Democratização da Informática para ver onde é possível ter Internet, para possibilitarmos o acesso via Internet para essa população mais pobre. O portal ficará em local já existente, como uma escola, um posto de saúde, uma agência federal, um centro comunitário. Esses seriam excelentes locais, centros de múltiplo uso seriam excelentes locais para funcionar o portal. Ele terá informações, orientações e acompanhamentos dos programas que estão sendo implantados, mas a grande função dele é encontrar onde estão as famílias pobres, diagnosticar onde elas estão, cadastrá-las, informar a essas famílias sobre seus direitos, sobre suas possibilidades, sobre BPC e desenvolver com essa família inclusive um programa socioeducativo de conhecimentos fundamentais. Pode ser que na região não tenha nenhuma creche, mas se essa mãe for mais bem informada ela pode ser um agente favorável no desenvolvimento dessa criança. Por exemplo, ter noções de alimentação, de como, ao brincar com a criança, pode desenvolver potencialidades intelectuais, físicas, psicomotoras etc. Enfim, deve haver aquele trabalho socioeducativo voltado para as famílias.

Como a equipe responsável pelo NAF será contratada? Repassamos os recursos para a Sudene e esta está fazendo convênios com ONGs locais para contratação dessas equipes.

Estamos normatizando a participação do Conselho Municipal de Assistência Social na retificação dessas equipes, na escolha desses nomes. Serão um coordenador e dois assistentes, e cada cidade terá cinco Agentes Jovens de Desenvolvimento Social. Agora não mais o menino em risco, mas aquele menino mais *top* da comunidade, aquele com nível de escolaridade um pouco maior, que possa ser capacitado para ser esse agente de desenvolvimento, para identificar essas famílias, fazer diagnósticos, para ser uma nova capacidade local.

Cada cidade tem um portal, pois é alguma coisa que é possível fazer se já houver instalação existente. Pode ser que nem todas as cidades tenham um portal no primeiro momento, porque, às vezes, não tem instalação, e, talvez, tenhamos que construir algo, mas queremos ver se fugimos totalmente da construção. Em uma, duas ou três salas, daria para se instalar o portal. O portal deve ser municiado de informações e capacitação para ser o ponto de referência desses programas na cidade, ponto de referência para essas famílias, o ponto de referência de dados.

Queremos que esse cadastro seja comum para todos os programas, que haja dados concretos a respeito desse beneficiário, porque, hoje, ou há apenas o nome do beneficiário ou cada um busca uma informação diferente e acaba não se podendo cruzar tudo isso. Devemos ter uma certa homogeneidade em termos de cadastro, porque estamos querendo que haja impacto nos índices mais gerais. Mas se tivermos um

cadastro dessas famílias e aplicação do Instrumento Colômbia para sabermos a situação de pobreza dela e depois de todo investimento pudermos avaliar qual o impacto nessa família dos programas, chegaremos à concretude da família do seu José e da dona Maria. Costumo dizer que será nessa família que quero ver o impacto dessa ação. Se conseguirmos ter um instrumento que consiga perceber isso, acredito que vamos avançar em termos de verificar o que realmente altera no dia-a-dia das famílias mais pobres. É esta a lógica do *Alvorada*: o impacto macro, socioeconômico, educacional, mas lá no microcosmo mesmo.

Como estamos? Cada Estado tem um interlocutor. Esses gerentes priorizados formam quase que uma equipe do *Alvorada*. Já fui em todos os quatorze Estados para assinar um protocolo, que é mais uma sensibilização. Fui onde estão os prefeitos, todos os secretários, e estou dizendo para os Estados que devemos sair para nos habilitar a ter acesso a esse recurso. Esse é um recurso que, na sua maioria, não está pré-dividido entre os Estados, à exceção de ensino médio e de renda mínima, que é pela população global do Estado, e quem se habilitar primeiro, quem tiver primeiro um projeto de saneamento chegará primeiro a esse recurso.

Na verdade faço um movimento de *ranking*: quem chegar primeiro leva, tentando criar um sentido de urgência para os prefeitos, pois são programas que demandarão projetos. o próprio Peti, que é um dos mais simples, terá que



identificar as famílias, cadastrar as famílias, documentar as famílias. Aliás, no portal, estamos pedindo para os governadores acrescentarem serviço de documentação, porque uma das coisas mais importantes, até para ter acesso a esses recursos, é a documentação do beneficiário.

Temos uma segunda fase, que são os nove Estados. Para os nove Estados, temos que desenhar primeiro um certo escalonamento: o que entra no primeiro ano, em 2001, e o que entra no segundo ano. Temos que ver como será feito isso, se será via governo estadual ou via consórcio. Ainda temos o desafio de como operacionalizar as microrregiões mais pobres dos Estados mais ricos e os municípios mais pobres das microrregiões mais ricas.

De forma geral, são essas as informações. Estou à disposição para perguntas e tudo que for necessário.

PRESIDENTE (Antônio Luiz Brito) - Gostaríamos de agradecer à nossa Secretária pela brilhante exposição.

Secretária, quando propusemos ao nosso Presidente Marco Aurélio termos essa exposição, sabíamos que era importante para o Conselho esse avanço e ter um "aquecimento" em relação ao *Projeto Alvorada*. Queremos dizer à senhora que também estamos na linha da capacitação, buscando capacitar Conselhos Municipais, e escolhemos, também na Região Nordeste, os Estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão e Pernambuco.

Está franqueada a palavra. A primeira inscrita é a Fátima, que tem dois minutos, no máximo.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA- Sra. Secretária, gostaria de dizer que tinha tido contato com esse programa através do jornal *Folha de S. Paulo*, e foi muito esclarecedora a sua participação. Eu gostaria que me respondesse algumas perguntas. Por exemplo: a *Folha* questiona que alguns municípios com um IDH extremamente baixo e que estão nesses Estados ainda não foram contemplados. Por que não foi levantado isso?

A segunda pergunta, que considero mais importante, se refere aos municípios que terão Agenda Social e que não tinham anteriormente. Isso será feito com os novos recursos? Os outros municípios continuarão da mesma forma como já vinham? Se for esse o meu entendimento, ótimo. Outra questão: o orçamento ficará no Fundo, pois é um programa interligado com outros ministérios. Quem fará o controle social do orçamento? A senhora falou do controle social, mas entendi controle da execução do programa, não o controle orçamentário. Como ele ficaria?

Por fim, o monitoramento será feito pela SOF e os demais ministérios envolvidos? Como ficaria esse monitoramento?

WANDA ENGEL ADUAN - Quanto à questão dos municípios, os cortes foram esses. O programa levanta até Barroquinha, um município paupérrimo de Alagoas, mas que não fica numa microrregião de tão baixo IDH. Barroquinha está entrando no projeto no outro ano, não nesse primeiro ano. A grande questão é que se tem a lógica do município e a lógica da microrregião. Pode se dizer que a lógica do município chega imediatamente aos municípios. Foi a lógica que, por exemplo, o Comunidade Solidária utilizou na primeira fase, e, quando se pegava um município, o do lado tinha uma diferença de 0.001, mas não entrava. Isso virava, assim, um certo concurso de pobreza: por que esse entra e o outro não entra se é tão pobre quanto o outro?

Quando se escolheu a lógica da microrregião foi, primeiro, para dar uma unidade aos municípios que estão numa mesma região geoeconômica e para que todos pudessem interagir, fazendo consórcios etc. Escolhida essa lógica - e qualquer lógica tem distorção -, irá acontecer que, em um município pobre de ma-ré-de-si, mas cuja microrregião é a terceira em pobreza, só se chegará a ele daqui a pouco. No entanto, o que o programa garante é atingir todos os municípios de IDH menor que 500, o que pode acontecer este ano - e este ano já está acabando - ou depois. O que temos para este ano é quase que para experimentar o programa, pois temos recursos adicionais suplementares que, se Deus quiser, serão votados hoje, mas o

forte acontecerá no ano que vem e já vamos nos preparando para o outro ano. O que pudermos já preparar para 2002 já começaremos a preparar agora. É uma divisão que só organiza um pouco a nossa oferta, mas que, até 2002, atinge a todos. As metas são atingidas não na lógica do município, mas na lógica da microrregião. Podemos garantir que isso seguiu exatamente o *ranking* do IDH das microrregiões. Eu disse para o Márcio Moreira Alves que era igual a "sua satisfação garantida ou seu dinheiro de volta": encontre um que não esteja nessa lógica que mudaremos. A lógica é essa que apresentei, com os problemas que toda lógica tem.

Quanto à questão do orçamento, como são programas existentes, esse orçamento é do programa, portanto fica no ministério específico. Ele não descaracteriza e põe tudo num bolo. Entretanto, existe uma diretriz presidencial que diz que esse recurso extra só pode ser usado nessas microrregiões, com essa ordem de prioridade, e vamos ver se facilitamos o fluxo.

O controle orçamentário. Existe um controle físico-financeiro realizado pelo Ministério de Orçamento e Gestão, pela SOF, mas estamos trabalhando na tentativa de articular os sistemas de monitoramento existentes em cada programa, para termos uma metassistema que dê conta de juntar tudo isso. Talvez o próprio cadastro único possa facilitar esse monitoramento do programa e os seus destinatários.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra o Conselheiro João Batista.

JOÃO BATISTA LIMA FILHO - Primeiramente, gostaria de parabenizar V.Exa., como fez a Conselheira Fátima, pela apresentação muito esclarecedora. E também agradeço o elogio ao Programa Agente Comunitário da Saúde e ao Programa Saúde da Família, que está em quase todos os Estados e regiões, porque nós, da Pastoral da Criança, estamos em todas as microrregiões citadas, possivelmente em 85% a 90% das cidades brasileiras. É uma realidade que conhecemos e com todos os vieses que o IDH tem, até porque esse IDH, publicado em 1998, foi compilado e preenchido por autoridades municipais em 1993. Apesar de ele vir com sete anos de defasagem, para nós, da Pastoral da Criança, reflete em parte o que realmente existe neste País. A senhora mostrou a necessidade de convergência dos atores sociais - governos, organizações não-governamentais, empresariado e sociedade - na formulação do programa. Agora, tanto quanto o Ministério da Saúde, através do seu Programa Saúde da Família, talvez, neste País, só nós da Pastoral da Criança temos agentes pastorais e programas da família, porque a Pastoral é da criança mas atende à família em todas essas microrregiões. Essa realidade é para nós o nosso dia-a-dia. Não há novidade em relação aos dados apresentados.

Contudo, há uma questão que gostaríamos de perguntar: essa equipe do portal irá atender a quantas

famílias? Essa é a primeira questão. Porque há diversidades. Por exemplo, foi citado o Estado do Maranhão e na semana passada, na reunião do Grupo de Trabalho do BPC, nos informaram que existem cidades no Maranhão que têm 10% da população no BPC. Há distorções nesse sentido.

Outra questão. O Programa Saúde da Família, no Tocantins, até pela formação médica brasileira, não conseguiu levar médico onde realmente a população precisava. Aliás, o ex-Ministro Adib Jatene declarou na *Folha de S. Paulo*, domingo, que o grande problema é que nas regiões da própria cidade de São Paulo não há médico onde a população precisaria. O médico tem que se deslocar e com isso perderia muito tempo. A Dra. Clara Brandão, do Ministério da Saúde, como solução, teve de "importar" médicos cubanos que hoje fazem parte do Programa Saúde da Família no Estado do Tocantins. São soluções que estão sendo desenvolvidas em todo o Brasil. Parece-me que esse programa tem muito mais virtudes do que defeitos, mas gostaríamos de uma maior participação das organizações não-governamentais no programa macro, como a senhora disse.

WANDA ENGEL ADUAN - Com certeza isso está previsto e irá acontecer na prática, porque, sem dúvida nenhuma, organizações como a Pastoral estão em todas as regiões e têm a capilaridade absolutamente necessária para ser um dos atores principais no programa.

Só esqueci de falar uma coisa. Você perguntou sobre a questão do orçamento, do que é do *Alvorada* e o que é do resto. Quando falamos nesse orçamento do *Alvorada* é orçamento extra, alocado para essas áreas. Os outros programas continuam com seus orçamentos para as outras áreas. O que se pediria para os Estados é que, na medida de algum incremento de possibilidade, tentássemos também focalizar nessas microrregiões esses recursos, mas sempre na linha de não tirar de ninguém para dar aos outros. O que for possível focalizar também nos programas de assistência dos diferentes Estados será feito.

O que conseguirmos de esforço para juntar, Pastoral com universidades, será fundamental para o programa, pois não é fácil vencer quinhentos anos de desigualdade.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra Conselheira Léa.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Bom-dia a todos, especialmente à Sra. Secretária. Gostaria que me respondesse o seguinte: de que forma municípios e Estados participam na gestão desse programa? Há uma participação financeira dos municípios? Em relação à fonte de financiamento que foi apresentada, qual a origem dos empréstimos? Essas são as perguntas.

Gostaria de me manifestar e dizer que vi, com muita preocupação e tristeza pessoal, como princípio norteador desse programa o critério da focalização. Acredito que ele fere um princípio exposto na Política, o princípio da universalização do atendimento. Creio que os programas têm que avançar nessa perspectiva e manter essa coerência com os princípios da Política.

WANDA ENGEL ADUAN - Vou começar respondendo o último ponto. Focalização. Só para não brigar com você, posso dizer "priorização". Entretanto, esse é um princípio de tratar diferentemente os desiguais. Concretamente, se temos um núcleo duro da pobreza, que nunca é atingido por nada, e se quisermos trabalhar com melhoria das condições de desigualdade, temos que chegar a esse núcleo duro da pobreza em termos de prioridade. Isso tem toda uma teoria da discriminação positiva, etc. Começamos a brigar por palavras, quando, na essência, não se deixou de buscar o princípio da universalização. Vamos dar prioridade a quem mais precisa. Se não olho com mais cuidado isso, acabo perdendo o olho no universal e, há cinco séculos, estou deixando de atender às famílias mais pobres, que acabam sendo infopobres, pois nem acesso à informação sobre os seus direitos acabam tendo. Para não começarmos a brigar por questões semânticas, diria que o processo é de priorização.



LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - A questão não é de semântica, é de concepção.

WANDA ENGEL ADUAN - Está certo. Não vamos entrar nessa questão. Volto a dizer que, em termos de concepção, escolhemos a priorização, o que não é exclusividade, continua buscando o universal, mas da prioridade, em termos de recursos específicos, a essa população do pobre do pobre.

Os empréstimos são, inclusive, os já existentes. Tanto o Prodetur quanto o Programa de Combate à Pobreza Rural são programas já existentes e que estão em sua segunda fase. Entram no *Alvorada* no primeiro momento porque estão atingindo exatamente as áreas consideradas prioritárias. Segundo, alguns Estados mais pobres, com relação ao Prodetur, nem tinham recursos suficientes para a contrapartida, então entra o Governo Federal e diz que dá uma parte da contrapartida para quem não pode fazer isso, porque senão se acaba atingindo quem tem recurso para a contrapartida e quem não tem recurso para a contrapartida não é beneficiário do programa. Parece até o problema das creches: tínhamos como parâmetro para creche mãe trabalhadora. A pessoa que não trabalhava não podia deixar seu filho na creche e porque não tinha quem ficasse com a criança não podia conseguir emprego, e ficava cada vez mais pobre. Quando se muda o foco para a criança, você diz: vá procurar o seu emprego, mas a criança tem o seu direito de segurança garantido.

O Prodetur entrou na lógica do *Alvorada*, primeiro, porque teve fluxo rápido, porque senão iria ficar concorrendo com todas essas coisas e, segundo, porque o Governo Federal entrou com uma parte de contrapartida para o Estado que não tinha condições. A análise do Prodetur I, por exemplo, mostrou que Bahia, Ceará e Pernambuco tinham levado praticamente 80% do Prodetur, porque tinham mais capacidade de elaborar projetos, de ter acesso a esse recurso. Quando não se tem um apoio para quem mais precisa acabamos caindo naquele provérbio: em terra de cego quem tem um olho é rei. São dois programas já existentes, os dois da ordem de R\$ 1 bilhão.

O que você me perguntou mais?

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Sobre a participação de municípios e Estados na gestão do programa.

WANDA ENGEL ADUAN - Na verdade, esse não é um programa, é um grande guarda-chuva. Portanto, a gestão dos programas têm a lógica que já havia nos programas. Por exemplo: os programas de Assistência, como o Peti, têm uma parte de gestão estadual, uma parte de gestão municipal; o saneamento é mais estadual, por causa das companhias de saneamento; o Ensino Médio é só estadual; Renda Mínima é só municipal. Então a gestão é a que já era prevista em programas, porque eram todos programas preexistentes, inclusive o sistema de controle, com os conselhos. O que se

fez foi só dar prioridade, alocar recursos, tentar integrar e fazer um acompanhamento e uma avaliação disso, criando condições de *expertises* local para receber e transformar esse recurso em ação. Basicamente isso.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra, o nobre Conselheiro Deputado Eduardo Barbosa.

EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA - Primeiro, quero cumprimentar a Secretária Wanda pela exposição. Confesso que fiquei bastante surpreso com a proposta, porque tinha informação, até então, dada apenas pela imprensa. Agora percebi que a consistência da proposição é bem maior do que aquilo que eu tinha conseguido visualizar. Fiquei bastante otimista. Minha palavra é muito nesse encontro. Tenho sido sempre um agente muito crítico, mesmo dentro do Conselho e em outras manifestações, mas percebo que a proposição nos traz uma grande esperança de reversão na questão do enfrentamento à pobreza. Discordo um pouco da Léa, apesar de concordarmos em muitas das colocações no Conselho. Isso não foge muito do processo de universalização por entender que é um programa específico ao combate à pobreza. É uma proposição bem definida e não significa que outros programas não continuam caminhando na visão da universalização. Acredito ser o primeiro passo para começarmos a perceber os desejos das pessoas. Temos que suprir algumas necessidades muito vitais,

básicas e fundamentais, inclusive para que o desejo das pessoas se manifeste. Tomara que, daqui a uma década, possamos estar trabalhando em programas que venham atender a desejos e não àquilo que eu defini como miserabilidade, coisa que nós estamos repelindo.

Esse deve ser um primeiro momento de intimidade com a pobreza, para percebermos também as suas aspirações e, nesse ponto, construirmos as políticas a partir do desejo do homem.

Gostaria de saber algo importante: temos visto pela imprensa o seu papel, inclusive como de articulação, parece-me uma coordenação, mas não entendi ainda muito bem como isso fica na instância federal. Quem de fato assumirá o papel de coordenação daqui para frente, já que esse monitoramento e essa avaliação já têm mecanismos que estão apresentados? Como será isso no processo de autoridade em relação à coordenação, já que envolve políticas setoriais, que, sabemos, é um grande desafio? Sabemos que a Casa Civil, o Presidente da República, é que está realmente assumindo essa proposta, mas a burocracia de estruturas geralmente é empecilho a ser ultrapassado. Como fica isso? Existe um comando? Quem coordena? Qual o tipo de autoridade que se tem nisso?

Outra questão que gostaria de propor, não sei se ao próprio Conselho ou à senhora: como o CNAS pode estar presente, se sentir participativo desse processo? Temos, no ano que vem, a nossa conferência nacional. Penso que esse

tema poderia fazer parte das propostas de discussão, inclusive, como processo de avaliação. Essa conferência será no segundo semestre, em setembro, e já teremos uma avaliação preliminar da proposição. Creio que é um momento político importante que poderemos estar utilizando para um balanço de como estão as perspectivas, já que vem o Brasil inteiro com suas representatividades para a Conferência, em termos de conselhos e gestores municipais e estaduais. Temos que criar um aprofundamento de relação nesse sentido.

O terceiro ponto seria, desde já, combinar com você - porque o Congresso não escutou isso de viva voz, em termos de apresentação - uma data para, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Seguridade Social, Direitos Humanos e na Frente Parlamentar, fazer a sua apresentação no Congresso. Acredito que os parlamentares tenham muitas dúvidas também, como eu tinha, e você contribuiria muito inclusive para diminuir um pouco de resistência que, às vezes, existe, principalmente dos Estados que a princípio pareciam não estar contemplados na proposta. Creio que dará Ibope a sua presença. Devemos combinar isso o mais rápido possível.

Aproveitando a minha fala, porque depois você tem compromissos, gostaria de fazer um comunicado: estamos trabalhando na Comissão Especial do Estatuto do Idoso e a primeira proposição dessa Comissão, que seria no dia 1º ou 2 - estou em dúvida -, seria ouvir a Secretária sobre a Política Nacional do Idoso. Seria a primeira audiência pública como

subsídio para os trabalhos do Estatuto. Estou apenas comunicando, pois, às vezes, podemos não nos encontrar e contamos com a senhora.

WANDA ENGEL ADUAN - Qualquer programa intersectorial é difícil em todos os níveis. A intersectorialidade só é possível na perspectiva em que veio o *Alvorada*. Esse é um programa de iniciativa do Presidente da República, que vem da Casa Civil. Incumbiu-me o Presidente da Coordenação do *Alvorada*, mas preciso, ainda, trabalhar com toda a Esplanada a idéia de que não é a Secretaria de Estado de Assistência Social que está coordenando esse programa. Na verdade, ele não é um programa da Secretaria de Estado de Assistência Social, é um programa de Governo e, como eu estava na gestão de um órgão cuja missão específica é o combate à pobreza e à exclusão, incumbiu-me o Presidente de coordenar o programa. Essa coordenação é sempre uma conquista, porque os programas permanecem nas suas lógicas, permanecem com seus orçamentos, permanecem nos seus ministérios - e ótimo que permaneçam -, mas é preciso que o *Alvorada* seja sentido como algo que pode beneficiar a todos. Por exemplo, o Ministério da Saúde tem um belo orçamento para saneamento, mas percebe que esse recurso de saneamento é muito mais bem aproveitado se estiver conjugado com outros programas de sensibilização da comunidade, de educação para o uso deste recurso, enfim, todos podem ganhar com isso. É uma situação delicada, não existe

outra pessoa, essa pessoa sou eu, assumindo aos poucos uma coordenação que é mais de articulação do que de outra coisa, e permanecem os créditos a todos os ministérios. Concretamente, o projeto de saneamento só terá sucesso por conta da ação competente do Ministério da Saúde, que precisa ser reconhecida; Ministério da Educação; Ministério da Integração Regional etc. Ele é de todos e é de cada um, e eu estou na coordenação por delegação do Presidente. Essa é a situação, não tem outra pessoa. Eu diria que é uma assunção gradativa, porque não é de uma hora para outra que a cultura do trabalho isolado, do trabalho setorial se transformará na cultura do trabalho integrado. Isso não é fácil para ninguém, em nenhum nível de governo, e é algo que temos de vencer aos poucos, consolidar aos poucos.

Quanto à relação com o CNAS, ao ser incumbida pelo Presidente dessa coordenação, creio que isso não foi por acaso. Se eu estivesse na Secretaria de Comércio Exterior não seria eu a coordenadora desse programa, porque se trata de uma missão específica da Secretaria. O CNAS tem que assumir que esta é uma missão específica do Conselho e também assumir o protagonismo que lhe cabe no controle dos recursos, no acompanhamento das ações, por causa da sua intersectorialidade e transversalidade.

Por exemplo, nos Estados não foi o Secretário de Assistência Social o interlocutor. Na maioria deles, foi indicado o Secretário de Planejamento, mas em alguns Estados

foi o Secretário de Assistência e Trabalho. E eu sempre dizia que, mesmo não sendo coordenador, porque tinha o mesmo sentido, estava com programas de erradicação que não eram da Secretaria de Planejamento, mas tem o domínio desse conjunto. Mas vai assumindo a sua parte nesse latifúndio.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra a Conselheira Tânia Garib.

TÂNIA MARA GARIB - Bom-dia a todos. Mais uma vez estou ouvindo a exposição do *Projeto Alvorada* e, cada vez que ouço, me encanto mais ainda com a proposta. Sei que não é fácil este trabalho, mas me encanto porque a senhora manifesta a verdadeira vontade de resolver. Acredito que este País tem de parar de ficar atirando para todo lado e não resolvendo os problemas. Sei que o programa não irá atingir a todos. Sou uma representante de municípios, mas pertencço a um Estado que felizmente não tem o IDH abaixo de 05. Não tem graças a muito trabalho, graças a muito dinheiro da Assistência, da Saúde, da Educação, da parceria de municípios, Estado e União, da luta de políticos competentes para conseguir coisas para o Estado.

No entanto, as coisas precisam acontecer exatamente por um ponto que a senhora abordou e que considero fundamental. Não sei se o projeto resolverá isso, mas todo mundo sai do seu município porque não encontra trabalho, dignidade, escola e situação básica para viver. Duvido que



exista uma pessoa que não goste do lugar onde nasceu e cresceu. Ela sai porque não encontra essas condições a que me referi.

Não gostaria de discutir se a questão é de focalização, de priorização ou o que seja, mas desejaria que todos pensassem que temos um desafio – combater a pobreza – e ele tem de ser vencido. Se é Maria, Antônio ou José, se é ministério A, B ou C, não importa. Se somos brasileiros, temos que somar para vencer esse desafio, porque a pobreza não envergonha o Fernando Henrique, envergonha a cada um de nós que estamos neste País. Acredito que é isso que temos que romper.

É uma tarefa difícil, é um desafio. Mas considero ser um orgulho e uma satisfação, para nós que estamos militando na Assistência Social, ter sido escolhida a Secretária Wanda Engel para comandar esse projeto. Penso que cada um de nós, Deputado Eduardo, tem que dar a mão à Wanda para somar, para não perdermos esse espaço que a Assistência Social conseguiu pela primeira vez neste País, depois que a LOAS foi criada. Sempre foi alguém que fez. Agora não, agora é um projeto de integração que efetivamente vai tentar tirar algumas pessoas da situação de exclusão. Portanto, neste momento, não temos que questionar muita coisa. Temos que somar e dar as mãos para que esse projeto, efetivamente, dê certo. Se conseguirmos resolver e melhorar a situação de 500 municípios, teremos realizado uma ação concreta neste País na

área de assistência social e para a diminuição da exclusão, porque até hoje não conseguimos sequer definir o que é ação de Assistência Social. Eu gostaria que alguém mostrasse um documento onde esteja dito que isso é assistência social. Esse é um trabalho que será começado na SEAS agora, até porque não temos referência. Desde a I Conferência de Assistência Social lutamos para ter 5% do orçamento da Seguridade Social para a Assistência Social, mas e se perguntarmos o que é isso, quem sabe responder? O que significa? Quantas pessoas serão tiradas da exclusão? Não saberemos responder, nós que somos trabalhadores da Assistência Social.

Na minha concepção, esse projeto está bem delineado, apenas tenho um desejo: que a Wanda tenha essa autoridade de coordenadora do projeto para poder dar certo. Percebemos na Wanda a vontade de realmente fazer valer algumas coisas, só que ninguém consegue nada sozinho. Temos que reunir pessoas que se somarão para essa proposta dar certo. Creio que qualquer pessoa ao apresentar uma proposta o faz com boa intenção. Ninguém tem intenção de destruição. Pode ser que, no caminho, os percalços façam com que tenhamos que tomar determinadas decisões e mudar o rumo, mas a vontade é de realmente acabar com essa vergonha que temos no nosso País. Isso será possível com toda a força que o Conselho der à senhora nesse sentido, que os gestores municipais e os estaduais prestarem e assim por diante. Será preciso discutir e analisar, pois nem tudo será acerto, teremos erros, e

muitos, mas para cada erro tem que se pedir apoio a quem tem certa experiência como, por exemplo, a Pastoral.

Gostaria de fazer algumas sugestões, sugestões nacionais, que irão, indiretamente, atingir quem hoje não está no *Projeto Alvorada*: é preciso haver bom senso na adequação das legislações para que essa missão possa ser cumprida.

A primeira questão é quando se diz que a creche é para o menino mais pobre. Hoje não podemos fazer isso, porque é um direito universal estabelecido. Se no meu município a prioridade for para o menino mais pobre, o Ministério Público vem me dizer que o direito é de todos. Não adianta ficarmos remoendo a legislação e isso sair pelo vão dos dedos. Se é uma proposta com esse objetivo, e é fundamental que o menino na situação de pobreza esteja numa creche, isso tem de ser prioridade independente de qualquer legislação. Se sobrar lugar, irá para os outros, mas isso tem que ser prioridade e uma legislação tem que garantir.

Algo que considero que deve ser preparado com urgência são as capacitações. Como chegar a capacitação lá na microrregião? Modelo, fita cassete, vídeo, o que for.

Uma coisa que insistirei aqui é na área do trabalho. Tem que unir a área do trabalho.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra o Conselheiro Tarcísio.

TARCÍSIO ZIMMERMANN - Gostaria de saudar os Conselheiros, a Secretária Wanda, e dizer que estou aqui substituindo o Conselheiro titular.

Eu já tinha tido um contato com esse programa. Talvez o tema mais recorrente nessas eleições municipais, ao menos no Rio Grande Sul, tenha sido a exclusão social. A sociedade brasileira começa, sem dúvida alguma, a acordar e atentar com mais perseverança para o impasse social construído neste País, que precisa ser enfrentado. Há muito caminho para se andar no sentido do enfrentamento desse impasse social e na construção de alternativas que sejam mais estruturadoras, de uma nova opção de sociedade que seja menos excludente.

Às vezes, tenho um pouco de dificuldade em compreender as articulações de um conjunto de programas que vêm sendo propostos pelo Governo Federal. Por exemplo, há um programa chamado Comunidade Ativa que caminha mais ou menos no mesmo leito, mas que não está articulado com o *Projeto Alvorada*. Vejo também nesse projeto uma outra questão que já me chamou atenção em outra oportunidade e que eu gostaria de aproveitar esse momento para me referir a ele. Trata-se exatamente de onde a Tânia terminou. O tema da geração de trabalho e renda aparece muito periférico dentro de um projeto que propõe, efetivamente, o combate à pobreza e à superação da miséria social. Evidentemente que não é só esse o caminho, mas sem alternativas consistentes de autonomia de renda não há superação da pobreza. Esse era um tema que gostaria de

ênfatizar. A ausência de uma articulação maior com programas de geração de renda pode ser um problema bastante importante, fragilizando a própria proposta e tornando-a menos potencial do que poderia ser, em termos de superação estrutural da situação da miséria.

WANDA ENGEL ADUAN - Em relação aos dois pontos apresentados, vou me referir em primeiro lugar à questão do Comunidade Ativa. O Comunidade Ativa vem trabalhando com a idéia do desenvolvimento local integrado e sustentável. Algo que cria quase que um plano estratégico de desenvolvimento local, juntando desenvolvimento econômico, social e ambiental. Cria conselhos e entra fortemente na parte de capacitação. Eu diria que é uma construção, a médio e longo prazo, de saída da condição de pobreza - eles trabalham com municípios -, um plano estratégico de saída da pobreza.

Esse programa, na verdade, seleciona algumas estratégias fundamentais para ir à veia das questões ligadas à Educação, à Saúde e à renda. Diz o seguinte: se eu for perguntar para a população o que ela quer em termos de educação, as propostas serão variadas, mas, evidentemente, se naquele local tiver um contingente enorme de analfabetos é claro que será preciso entrar com um programa de alfabetização. Trabalha com coisas mais a curto prazo. Diria que é mais imediato.

Nos locais em que o Comunidade Ativa já estiver, isso entra com uma grande fonte de recurso para já se começar algo. Nos locais em que não esteja, ela chegará um dia, espera-se, e, chegando, consolida-se isso em termos de um plano estratégico. Elas trabalham mais ou menos em termos de prazo.

A segunda questão é o trabalho e a renda. Em um programa governamental que tem como ponto de partida o IDH e diz que a questão de pobreza não é só a renda, entram esses dois aspectos também, mas tem maior gestão sobre dois terços da questão, que é Educação e Saúde. A renda está também muito atrelada ao mercado. Não é alguma coisa em que o governo ou o Estado possa ter um controle absoluto. Ela vem com programas de injeção de recursos nessa área - há dois, o Prodetur e o Programa de Combate à Pobreza Rural - para a criação de infraestrutura para que ocorra o crescimento econômico. Entra juntamente com o Pronaf, porque são áreas muito rurais, e com o Pronager. O Pronager é interessante, porque é quase uma alfabetização para entrar no mundo da produção e vai trazer toda uma linha de microcrédito, de assessoria técnica, tudo ligado ao Pronager. Tanto que estamos fazendo reuniões com todos os setores de governo que estão entrando na linha de microcrédito, com todos que estão entrando na linha de assessoria técnica para juntar tudo isso ao Pronager. O Pronager pega o que está bem lá embaixo e entram essas outras linhas de crédito, tudo pensado em termos das propostas de

desenvolvimento do município. Às vezes, não aparece ali, mas há uma tessitura nessa área de geração de trabalho e renda.

Sem dúvida nenhuma, diria que é o aspecto que temos menos controle. O maior controle se faz mesmo na possibilidade de incremento das condições de saúde e de educação. Mas não se está abrindo mão disso. Está se lidando com o que é possível: crédito, capacitação etc.

Na diretriz presidencial, o Presidente disse que esses são os que irão receber recursos extras, mas Planfor e outros estão tendo que dar prioridade também a esses municípios. Precisamos ver como faremos a costura disso. O BNDES tem 5 milhões para aplicar nessa parte.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra a Conselheira Cida.

MARIA APARECIDA MEDRADO - Secretária Wanda, quero parabenizá-la pela exposição e tenho duas questões a apresentar. Somando ao que a Tânia e o Tarcísio falaram, vejo esse programa com bastante otimismo. Algumas questões são fundamentais. Já tivemos o Comunidade Solidária, com uma proposta de estar trabalhando essas questões nos municípios. Hoje temos o *Projeto Alvorada*. Isso é para estarmos tendo uma definição maior do que é para nós, na Assistência Social, o Comunidade, o *Projeto Alvorada*, para não vermos de forma fragmentada, no governo, a proposta que todos queremos, seja

universalizando ou focalizando: a Política de Assistência social, que é universal. Mas existem momentos que são emergenciais, e essas questões precisam ser tratadas focalizando.

O problema do trabalho e do desemprego, do fomento do trabalho e renda - e nesse ponto só entra o Proger e a capacitação profissional, junto com a alfabetização e o ensino, a capacitação de mulheres, já que tem um corte de gênero no projeto - é fundamental. No projeto, senti falta do fomento ao trabalho e à renda, e da capacitação profissional, com o Planfor junto - quem sabe até incluindo recursos do FAT -, para podermos reforçar essa área de capacitação. A alfabetização e a capacitação são muito importantes nessas regiões. Obrigada.

WANDA ENGEL ADUAN - Na verdade, você tem razão: tanto o Comunidade Solidária como o Comunidade Ativa vinham com a idéia de articulação. A diferença deste agora é que ele vem com dinheiro. Dinheiro alocado nos programas que concretamente irão funcionar naquelas áreas. É uma convergência, mas é também um aporte de recursos substantivos, são 13 bilhões e 200 mil reais, é muito dinheiro. Se conseguirmos transformar isso, concretamente, em melhores condições de vida da população... Essa é a grande diferença, além de ser esse um programa efetivamente ligado ao



Presidente. Todos falam em vontade política, pois aqui ele está dizendo que tem vontade política: que está disponibilizando dinheiro e fazendo disso um programa de Governo, de Governo na sua acepção mais global.

Devemos levar em consideração que dinheiro não é tudo, mas é essencial.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Temos mais três Conselheiros para fazerem perguntas.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Não era uma pergunta, era uma proposta.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - O nosso outro palestrante, o Sr. Aurélio, precisa viajar. Por cessão do Deputado Eduardo Barbosa, o Aurélio fará a palestra primeiro e nós temos, ainda, mais três Conselheiros que querem interpelar a Secretária Wanda.

Com a palavra o Conselheiro Charles.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Bom-dia. Foi importante ouvir essa exposição. A primeira pergunta é se conseguiremos ter à disposição esse material apresentado para fotocopiarmos.

A segunda questão é, além de dizer que o Comunidade Solidária foi criado com o intuito de ser um articulador interministerial e tudo mais, também, há a questão do Fundo de

Combate à Pobreza, porque na própria previsão de recursos dos 13 bilhões de reais um bom percentual é do Fundo de Combate à Pobreza, que também tem mecanismos de gestão desse processo. A própria legislação que cria o Fundo de Combate à Pobreza, estabelece alguns mecanismos e institui inclusive um Conselho Nacional de Solidariedade. A minha pergunta é nessa mesma linha: como isso está sendo pensado de forma integral, uma vez que tem receita do próprio Fundo - por uma emenda constitucional, em processo de implementação -, criando alguns mecanismos de gestão desses recursos?

WANDA ENGEL ADUAN - Estão previstos 4 bilhões/ano para esse Fundo da Pobreza e há uma destinação de 2 bilhões desses 4 bilhões. Isso não foi posto à toa, foi motivo de uma negociação com os criadores do Fundo da Pobreza. A destinação dos outros 2 bilhões é que terá toda uma discussão especial e eu também não tenho dados para dizer como será. Mas os 2 bilhões já previstos do Fundo da Pobreza seriam factíveis, de acordo com o que já se falou com as pessoas.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra a Conselheira Eurídice.

EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL - Além de parabenizá-la, Secretária, eu gostaria de reforçar que o controle social pelos Conselhos, como falou a Secretária, é da maior

importância. Existe um programa chamado Educação Fiscal, parceria da Fazenda com a Educação, via Escola Superior de Administração Fazendária, que instrumentaliza elementos de composição de orçamento, com receita e despesa, para poder realizar controle orçamentário.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - O Conselheiro Eduardo Barbosa tinha pedido a palavra, anteriormente à Conselheira Fátima, para fazer uma proposta.

EDUARDO LUIZ B. BARBOSA - Nossa proposição é sobre o acompanhamento, pelo CNAS, do Projeto Alvorada. No Conselho temos a Comissão de Financiamento, que faz um trabalho sistemático de acompanhamento de execução do orçamento na área da Assistência Social. Como temos Conselheiros aqui ligados tanto ao Planejamento, como à Saúde e à Educação, solicitamos que o CNAS pudesse estar acompanhando sistematicamente, a partir da suplementação orçamentária do programa, os orçamentos dos diversos ministérios envolvidos com o programa. Dessa forma, nós teremos como fazer uma avaliação importante do desenvolvimento do programa, já que nós também poderemos monitorar o orçamento do *Projeto Alvorada*. O importante é que saíamos daqui com essa proposição, e que a Comissão de Finanças possa receber também, por parte dos outros ministérios, esse relatório de execução.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Conselheira Ana com a palavra.

ANA MARIA DE REZENDE CHAGAS - Gostaria de parabenizar a Dra. Wanda pela exposição sobre o programa, pela sua empolgação, pelo seu ânimo em tocar esse empreendimento. Isto é muito contagiante e fico feliz que esteja ocorrendo isso. Essa intersetorialidade é muito difícil entre áreas, e faço votos que dê tudo certo, que consigamos êxito. Eu endosso o que o Eduardo Barbosa falou, o que a Tânia falou, e tantas outras pessoas que elogiaram o programa, a iniciativa e a sua presença na coordenação.

Eu gostaria de solicitar que, além desses documentos de acompanhamento financeiro e orçamentário, pudéssemos ter também um acompanhamento físico, inclusive o gerencial. A senhora mencionou que já foi iniciada a formalização com três ou quatro Estados, e seria interessante para nós - eu tenho muita curiosidade sobre isso - saber que Estados estão entrando, quais estão aderindo, em que situação estão na implementação do programa. Obrigada.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra, a Secretária Wanda Engel.

WANDA ENGEL ADUAN - É fundamental formarmos um bloco no sentido de dar andamento a isso. Os sistemas de

monitoramento criados podem ser instalados no próprio Conselho porque são informatizados. Isso possibilitaria que o Conselho entrasse nesses dados e fizesse o acompanhamento. Nós temos um grupo de seis pessoas que representam a gerência executiva do programa. Foram alocados alguns recursos para DAS na Secretaria para termos essa comissão. Esse grupo gerencial está encarregado da execução do programa. Eu não sei se a Comissão de Finanças ou a Comissão de Política ficariam encarregadas disso, mas, enfim quero colocar à disposição do Conselho o acompanhamento *pari passu* do programa. Nesse momento, os Estados estão enviando seus planos operacionais para os recursos de 2000. Quem quiser ter acesso a esse material pode procurar esse grupo gestor na própria Secretaria. Quem está coordenando é uma pessoa de nome Luiz César, mas o grupo está lá, e qualquer informação pode ser adquirida por vocês para acompanhamento.

A participação do Congresso, a que se referiu o Eduardo Barbosa, é fundamental, eu já havia marcado com as lideranças, mas em plena eleição majoritária eu não consegui encontrar ninguém. É preciso que seja criada uma *anima*, uma alma nacional para fazer isso acontecer, porque não podemos perder essa oportunidade histórica. Temos recursos, temos que fazer isso acontecer, e da melhor forma possível. Temos que colocar a população para tomar conta da utilização desse dinheiro, fazer o que for possível e envolver os conselhos. O papel do Conselho vai ser fundamental. Eu quero dizer que

estou nessa coordenação, mas nada anda se não criarmos realmente um grupo-tarefa para colocar esse projeto na rua. É como se o projeto fosse de nós todos. As informações estão todas à disposição.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Obrigado, Secretária Wanda. Mais alguma ponderação, Conselheira Fátima?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Estou satisfeita.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Pediria ao Conselheiro João que acompanhasse a Secretária Wanda. Obrigada pela sua presença nesta reunião.

Por cessão do Deputado Eduardo Barbosa, a presidência concede a palavra ao Sr. Aurélio Viana.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Sr. Presidente, antes quero perguntar se a nossa proposição de acompanhamento foi acatada pelo Conselho.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - A presidência conversou com a Secretária Wanda, e achou mais prudente tirar um membro de cada comissão para acompanhar o projeto. Entretanto, se o Plenário entende que é a Comissão de Financiamento que deve acompanhar, a presidência não tem nada contra. Mas deve haver uma deliberação, uma votação do

Conselho. Um membro de cada Comissão não significa que será o presidente da Comissão; significa a pessoa que tiver mais disponibilidade, que menos despesas der ao Conselho para acompanhar os projetos representando as comissões.

Todavia, o Conselheiro Eduardo Barbosa propôs que esse acompanhamento fosse feito pela Comissão de Financiamento. Se quiser que seja a Comissão de Financiamento, teremos de votar esse encaminhamento.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Há uma questão muito específica na minha proposta. Eu entendo que devemos ter acesso aos relatórios periódicos que a Secretaria deve apresentar da concepção do programa, da execução daqui para frente. A minha proposição é o acompanhamento do orçamento. A SEAS tem conselheiros no CNAS; a avaliação do programa e os seus relatórios poderão ser trazidos sistematicamente nas nossas reuniões pela Secretária. E poderemos estar acompanhando isso. A execução do orçamento, para nós, é vital. Não adianta dizer que existe um programa muito bem esboçado se não verificarmos como essa execução está sendo feita. Isso é diferente de as três Comissões estarem acompanhando o programa, é distinto de a Comissão de Financiamento fazer esse acompanhamento, o que inclusive nos dá mais subsídios para analisarmos o programa. Não acho que a proposição do Presidente contraria a minha; as duas se somam, são objetivos diferentes. Eu me fiz entender?

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - A Conselheira Fátima tem a palavra.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Acho que devemos criar GTs por questões emergenciais, não por um programa que, me parece, terá seqüência. O acompanhamento desse programa deve ser feito pelo CNAS como um todo. As questões relativas à Política vão para a Comissão de Política; as questões de legislação vão para a Comissão de Normas e assim por diante. Como disse o Eduardo Barbosa, as questões de orçamento, por conta de não serem só do orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social mas também de outros, poderiam vir para que a Comissão de Orçamento, que é a responsável pelo orçamento, fizesse uma análise. Dessa forma, todos nós do CNAS poderemos estar acompanhando esse programa. E creio também que não devem ser criados GTs, que terminam não funcionando.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Nesse caso, V.Sa. concorda com proposição do Presidente? O Conselho é que deve acompanhar, e não a Comissão de Financiamento? A Comissão de Financiamento acompanharia o que lhe é pertinente.

Estava pensando em um exemplo: no Ministério da Saúde, é mais fácil para a Comissão de Financiamento ou para o nobre Conselheiro Marcello, como membro do referido ministério, arrumar o desempenho dos programas na área



financeira? (Pausa)

O CNAS acompanha por áreas. A Secretária Wanda já disse que há seis gerentes, e nós podemos convocá-los todos para comparecer às comissões com os programas correspondentes a cada área.

Com a palavra, o Secretário Aurélio.

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Antes de tudo, eu agradeço, em nome do Inesc, a oportunidade de estar aqui. Eu me desculpo pela pressa, mas teremos o lançamento de um livro exatamente sobre execução orçamentária às 14 horas, na Câmara, e teremos que sair logo.

Começando pelo final da fala da Dra. Wanda, o Inesc, como uma ONG, tem acompanhado, nos últimos cinco anos, o processo orçamentário, principalmente da área social, e a execução orçamentária. Por estar acompanhando tanto o processo quanto a execução, chegamos à seguinte conclusão - e foi a última fala, em diferentes momentos, que a Secretária Wanda repetiu: a necessidade da garantia de recursos públicos para área social é talvez tão importante ou mais importante que os programas formulados. Para nós isso é muito claro, porque os programas são formulados com uma velocidade exemplar. Há menos de dois anos, assistimos, acompanhamos e monitoramos a formulação e a criação da rede de proteção social, que, salvo engano, não existe mais. Nunca mais eu ouvi falar em nenhum debate no governo sobre a rede de proteção social. Foi

apresentada, foi formulada, foi objeto de contrato internacional de financiamento e acabou. Em outros momentos, acompanhamos a formulação de outros programas. Com isso, está longe da nossa perspectiva desvalorizar a proposta do *Projeto Alvorada*. Não é isso. Estamos apenas chamando a atenção para o fato de que a capacidade de geração de programas é maior do que a capacidade de execução orçamentária desses mesmos programas. Estamos atentos exatamente à existência de recursos públicos para execução dos programas sociais e na execução desses recursos. São dois momentos completamente diversos.

Por isso nós nos envolvemos mais na análise e no acompanhamento do Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza – e eu fui convidado a vir falar exatamente sobre esse Fundo. Por quê? Como primeiro ponto, porque o Fundo de Combate à Pobreza surgiu – e eu vou me deter mais na parte de recursos do Fundo e do orçamento de 2001, *vis-à-vis* a fonte do Fundo – numa contra-ofensiva da área social do governo em relação às propostas de desvinculação orçamentária. Ou seja, nos últimos anos, a equipe econômica do governo executou uma série de medidas que acabam com a possibilidade de vinculação orçamentária de receitas de fontes com programas sociais. Verificando a execução orçamentária do Governo Federal nos últimos seis anos, constatamos que a melhor execução orçamentária aparece exatamente quando há a vinculação da fonte da receita com o programa social. Temos um livro publicado a respeito desse

assunto e estamos lançando o outro hoje, na Câmara dos Deputados, com apoio da Abrinq. Quanto maior a vinculação da fonte e da receita com o programa, maior a chance de se ter uma melhor execução orçamentária. Nós temos casos exemplares disso e temos casos exemplares do oposto também. Quando não há essa vinculação orçamentária é muito mais fácil ter-se o contingenciamento, é muito mais fácil fazer o controle de caixa etc. Como vivemos um momento de ajuste, vivemos um momento de contenção de despesas, em geral, ocorre uma facilidade maior da baixa execução. Nos últimos seis anos, vimos muitas vezes um orçamento muito bem elaborado, com recursos alocados em volumes consideráveis e importantes para os programas serem executados e, ao final do ano, verificamos que a execução orçamentária daqueles recursos foi nula, próxima a zero, de 10%, de 20%. E constatamos que a vinculação orçamentária é um instrumento que ajuda nessa execução.

Quando surgiu a proposta do Fundo, muitas ONGs, muitas organizações da sociedade civil fizeram críticas: que era um fundo eleitoreiro, um fundo que não teria efetividade etc. O Inesc foi uma das primeiras entidades que entraram na defesa do Fundo, exatamente por ter esta concepção: se vai ser constituído um Fundo que vai ter a garantia da execução dos programas sociais, ou seja, a vinculação entre a fonte - Fundo - com uma série de programas sociais, o Fundo é interessante para a sociedade porque pode permitir melhor execução orçamentária. Então, partimos desse suposto.

Acompanhando o debate do Fundo no Senado, e agora na Câmara, começamos a ficar temerosos. Por quê? Porque o ritmo do debate e o ritmo da aprovação estão levando a que esse Fundo, talvez, não seja aprovado este ano, a que essa PEC não seja aprovada este ano. E me apavora mais ainda ver a Dra. Wanda afirmando com todas as letras que temos a garantia dos 11,5 bilhões. Infelizmente a Dra. Wanda não está aqui para eu dizer que nós não temos essa garantia. Não temos a garantia de pelo menos os 4 bilhões do Fundo citados por ela na sua fala inicialmente e depois, ao final, dos 2 bilhões do Fundo. E ela não tem a garantia porque o Fundo não existe, ponto! Se o Fundo não for aprovado pela Câmara, ele não vai existir como fonte de recurso para o próximo ano. Estamos falando do ponto mais atraente que eu ouvi do discurso da Dra. Wanda, qual seja, agora o governo tem vontade política e está alocando recursos concretamente. Infelizmente, tenho que dizer aqui que ele ainda não existe concretamente, pelo menos com relação ao Fundo.

Qual é a situação do Fundo hoje? - e por isso acho a atuação do CNAS fundamental. O Fundo foi votado no Senado, foi aprovado não o relatório do relator Deputado Brant, da Comissão Mista, que era um relatório que a nosso ver é melhor do que o que está em tramitação na Câmara. Há uma Comissão Especial na Câmara para analisar o Fundo e ele tem que ser aprovado por essa Comissão Especial, tem que ir a plenário, ser votado e aprovado no plenário. Entretanto, se

sofrer alguma alteração, ele tem que voltar para o Senado.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Se o relatório do Deputado Brant não foi aprovado, o que foi aprovado? Um substitutivo?

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Um substitutivo.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - De autoria de quem?

EDUARDO LUIZ BARBOSA - O relatório do Deputado Roberto Brant acatou proposições de senadores e deputados. Houve contribuições à proposta original, melhorando o projeto inicial.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - E o texto final aprovado...

EDUARDO LUIZ BARBOSA - O texto final foi aprovado no Senado e está sendo agora apreciado na Câmara, na Comissão Especial.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Eu entendi, Deputado Eduardo Barbosa, mas penso que os Conselheiros aqui deveriam saber o seguinte: na Câmara, quando é apresentado um

substitutivo, são feitos destaques ou emendas supressivas ou aditivas no plenário. No Senado é diferente. Os senadores têm o poder de, na votação, emendarem o texto. O texto original do Deputado Roberto Brant, votado na Comissão Mista, foi alterado na votação em plenário, no Senado?

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Não.

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Deputado, eu quero discordar em relação a um ponto, só para exemplificar. O Deputado Brant colocou no relatório referência sobre a vinculação do Fundo a programas de renda mínima. Setenta e cinco por cento do Fundo deveriam ser destinados a programas e não a um programa de renda mínima. Isso caiu. Só para dar o exemplo de uma alteração. De todo jeito, o ponto que gostaríamos de assinalar é o seguinte: existe uma Comissão Especial na Câmara, que está em funcionamento, haverá uma audiência pública amanhã...

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Foi adiada.

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Foi adiada... Teria uma audiência pública amanhã que foi adiada, e qual é o nosso medo? Tanto a Oposição - por considerar que existe uma série de questões que não estão bem firmadas na proposta de emenda constitucional e devem ser alteradas - pode fazer alteração,

quanto a Situação também pode fazê-lo, em outra direção. Podem ocorrer várias coisas.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Não, se o texto que saiu do Senado for alterado, volta automaticamente para o Senado.

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Independentemente da boa intenção, qualquer alteração que ocorrer na Câmara faz com que o texto volte ao Senado. Veja: em processo de audiências públicas, de Comissão Especial, que terá de ter um relatório, o encaminhamento a plenário na Câmara, etc., uma alteração significa voltar para análise do Senado. Esse é o nosso medo.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Deixe-me fazer uma intervenção. Eu não comungo desse medo porque na primeira reunião que a Comissão fez ficou claro, estabelecido como proposta de trabalho da Comissão na Câmara, a não-alteração do texto básico. É um acordo de lideranças. O relator é um deputado do PFL, sobrinho do ACM, e vai trabalhar muito na linha da proposição do Senado, no interesse da aprovação. Por parte da liderança do governo, existe o interesse em aprová-lo, e o acordo de lideranças de não-alteração do texto garante que essa dificuldade de trâmite não ocorrerá. Dessa forma, acredito que será aprovado tranqüilamente na Câmara, neste ano.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Para um esclarecimento: esse acordo de lideranças inclui os partidos de oposição?

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Os partidos de oposição tiveram um papel importantíssimo no Senado. O líder Aloízio Mercadante, do PT, que seria a expressão maior da esquerda, foi relevante na transformação do relatório, inclusive com a Vice-Presidente da Comissão, Senadora Marina Silva, influenciando muito na proposição do relatório. O acordo de lideranças tem a participação dos partidos de oposição.

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - De nossa parte, ficamos muito felizes com essa informação, apesar de termos dúvidas ainda em relação a por que criar uma Comissão Especial na Câmara, com audiências públicas, etc.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - É exigência regimental.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Só haverá uma única audiência pública...

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Eu proponho que deixemos o convidado falar.



EDUARDO LUIZ BARBOSA - Eu peço desculpas, Aurélio, mas é que às vezes surge algum tipo de indagação que talvez possa estar superada pelas negociações políticas.

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Sem problemas. Está certo, lógico, e a que nós não temos acesso.

A nossa outra dúvida em relação a possíveis alterações na Câmara é em função da alocação de recursos orçamentários à Fonte 178, que é uma nova fonte, a fonte do Fundo da Pobreza, no orçamento de 2001. Verificamos que na proposta de emenda à Constituição estão alocados 4 bilhões de reais por ano até 2003 para o Fundo da Pobreza. Quando verificamos a proposta de lei orçamentária de 2001, encaminhada pelo Executivo à Comissão Mista de Orçamento, observamos que existem lá apenas 2,3 bilhões com a Fonte 178. Como a PEC é muito clara em alocar 4 bilhões, existe 1,7 bilhão que não foi considerado no orçamento do próximo ano. Se isso não foi considerado, pode significar que o governo pretende alterar a proposta, e teria uma alternativa, ou houve um equívoco de não-alocação de 1,7 bilhão, o que é difícil imaginar. Ou seja, na proposta de orçamento para o próximo ano, a Fonte 178 do Fundo da Pobreza tem alocados 2,3 bilhões de reais e não os 4 bilhões como está na PEC. Essa é outra dúvida nossa em relação à possível alteração da própria PEC.

O terceiro ponto vai dizer mais da alocação de

recursos com a Fonte 178 já previstos no orçamento do próximo ano, que parcialmente já foi objeto de comentário aqui pela Dra. Wanda. Chamo a atenção dos senhores e das senhoras para a página 2 deste documento distribuído. Aqui tem exatamente a alocação dos 2,3 bilhões para o próximo ano. Verificamos, em rápida análise, que quase a metade desses recursos estão sendo direcionados para saneamento básico. Longe de nós considerar que saneamento básico não é uma importante atuação do governo; não é a sociedade civil que vai dizer isso. Por outro lado, pensamos que é um equívoco que o Fundo de Combate à Pobreza dê prioridade, como atividade que deve ser apoiada pelo Fundo, ao programa de saneamento básico. Isso foge à própria concepção do Fundo, de ação suplementar e focalizada. Chamo a atenção para isso. Estamos cada vez mais interessados em exigir do governo a racionalidade na aplicação dos seus recursos em seus próprios programas. Mas não estou discutindo mais essa racionalidade. Se o Fundo de Combate à Pobreza foi criado para garantir recursos para programas focalizados de combate à pobreza, é difícil pensar programa de saneamento básico com esse recurso. E isso está com quase a metade dos recursos alocados para o orçamento do próximo ano. Para nós isso é também uma questão importante a ser analisada pelo CNAS e pelas pessoas e entidades interessadas, porque é o que está no orçamento do próximo ano, na proposta de Lei Orçamentária. Estamos tratando aqui de dois processos paralelos, e as nossas dúvidas vêm exatamente da comparação que fazemos desses dois

processos: um, o da PEC; outro, o de apresentação do Projeto de Lei Orçamentária para 2001, que já conta com os recursos da PEC, que é a Fonte 178.

Estou expondo as minhas dúvidas no sentido de a sociedade se mobilizar, assim como o governo, para que essa PEC seja aprovada. Temos muitas críticas, mas para nós seria pior a não-aprovação da PEC agora do que qualquer outra coisa. Então, é necessário aprovar.

Outra coisa: o dado de realidade no Fundo de Combate à Pobreza é a proposta de orçamento para 2001, encaminhada pelo Executivo ao Congresso, em que destacamos um ponto para nós muito sério e importante: o que está lá não são 4 bilhões, mas 2,3 bilhões, o que gera profunda insegurança e grande dúvida, seja em relação à tramitação, seja em relação ao que houve para essa diminuição em 1,7 bilhão. E quando verificamos a destinação dos recursos do Fundo, temos dúvida se essa destinação está honrando a concepção do Fundo, qual seja, apoio a medidas suplementares focalizadas na pobreza, entre os mais pobres, em atividades que tenham efeito imediato num prazo de 10 anos. Basicamente, esses os pontos que nos preocupam.

Peço que atentem também para as duas últimas páginas: nessas tabelas podemos ver os Estados e as regiões contempladas com recursos do Fundo. Isso, independentemente do programa ou da atividade objeto de financiamento com recursos do Fundo. Isso nos interessa porque podemos ver a concentração

dos recursos, e essa focalização bate com o que foi dito pela Secretária Wanda. Na última página, desagregamos os valores orçados da Fonte 178, ou seja, do Fundo, do Orçamento de 2001, nesta Tabela 1, por unidade de gasto. Isso quer dizer os órgãos do governo que receberão os recursos do fundo e quanto receberão para o desenvolvimento de suas atividades. Aqui fica nítida a concentração do *Projeto Alvorada*, comentada anteriormente pela Secretária Wanda, quando ela assinala que nesse programa, em relação aos recursos do Fundo, basicamente os recursos estariam indo quase a metade para o programa de renda mínima e a outra metade para o programa de saneamento básico.

Para encerrar, gostaria de focar dois pontos: no processo de ajuste que vivemos nos últimos anos, e que continuará nos próximos, os cortes nos gastos sociais, seja pela não-alocação orçamentária, seja pela baixa execução orçamentária do que foi alocado, é um problema sério que enfrentamos nos programas sociais em geral. Outro ponto: o gasto social também depende do jogo político interno do governo e da força política que os ministros têm para gastar. Para nós é evidente que o Ministro Serra, por exemplo, por ter poder político e maior influência dentro do governo, consegue ter hoje os melhores índices de execução orçamentária de gasto social no Ministério da Saúde. Parabéns ao Ministro Serra. Entretanto, vários outros ministérios apresentam execução orçamentária medíocre. E quando falo em execução orçamentária,

quero dizer a financeira; não estou considerando metas físicas, só a execução financeira. Para nós é nítido que sem a execução financeira a meta física inexistente. É um pressuposto que não garante, mas é importante.

Com tudo isso, insistimos nesse ponto, importantíssimo, do envolvimento do CNAS para garantir a aprovação rápida da PEC; para garantir que, com emendas, se recomponham os 4 bilhões para utilização dos recursos do Fundo e para que não seja aceita, nesse processo orçamentário, a redução do Fundo de 4 bilhões para 2,3 bilhões. Esse é um processo paralelo. Esses dois pontos para nós são muito relevantes, e nesse processo orçamentário consideramos fundamental que se verifique se o Fundo efetivamente está sendo utilizado em programas que têm a ver com sua concepção. Essa parte será mostrada pelo Deputado Eduardo Barbosa.

Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Agradecemos ao Dr. Aurélio Vianna, Secretário-Executivo do Inesc. Nessa temática do Fundo de Combate à Pobreza, vamos voltar um pouco a conceitos.

Dr. Aurélio, para muitos Conselheiros que não estavam acompanhando, foi muito importante essa riqueza de informações que o senhor nos trouxe, e agora estamos ávidos em saber o que o Eduardo Barbosa tem a complementar, a fim de que possamos voltar à concepção do Fundo e fazer as indagações

necessárias a V.Sa.

Logo após a fala do Eduardo Barbosa, faremos um debate, mas com limitação de 2 minutos para cada um por causa do adiantado da hora.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Queremos apresentar ao Conselho o espírito da PEC, o norteamento para a criação do Fundo do Combate à Pobreza. Seria muito importante que o Aurélio pudesse continuar conosco, porque não temos domínio da área econômica, e a PEC estabelece muitas coisas que não entendemos. Essas questões talvez possam ser esclarecidas pelo Aurélio. Nós vamos distribuir uma síntese desse documento que passo a ler.

A Proposta de Emenda à Constituição, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, foi amplamente discutida pela Comissão Mista Especial destinada a estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais e apresentar soluções legislativas para erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Essa comissão foi presidida pelo Deputado Maguito Vilela, de Goiás, e teve como relator o Deputado Roberto Brant.

Tivemos amplo debate com a participação de todas as pessoas envolvidas na discussão da erradicação da pobreza, independentemente de concepções ideológicas. Foram momentos riquíssimos, dos quais o Ipea também participou com um

demonstrativo de seus indicadores sociais, e nós tivemos uma oportunidade muito ampla de aprofundar e conhecer mais tanto as linhas de tendência para a erradicação da pobreza, quanto dados objetivos que muitas vezes não temos em mãos.

É objeto de uma Proposta de Emenda à Constituição, que está em tramitação no Congresso Nacional, que acrescenta artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, para vigorar durante dez anos e a ser regulado por lei complementar. Assim, após a aprovação da proposta, teremos várias questões que deverão ser definidas por lei complementar, inclusive com a possibilidade, talvez maior, de podermos estar influenciando esse processo, já que a PEC nos traz um pouco de restrições em proposições que se refiram ao controle social e à relação do Fundo com as políticas de Assistência.

A PEC sofreu várias emendas em seus diversos artigos, que dispõem sobre o seguinte:

- objetivo do fundo: viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de existência;

- aplicação dos recursos: os recursos do fundo serão aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para a melhoria da qualidade de vida;

- composição do Conselho Consultivo e de

Acompanhamento do Fundo: será definido por lei complementar, devendo contar com a participação de representantes da sociedade civil.

- Serão recursos do fundo: adicional de 0,08% aplicável na alíquota da contribuição provisória sobre movimentação ou transmissão de valores e créditos e direitos de natureza financeira. Esse percentual será aplicado até 17 de junho de 2002, a partir do momento em que a lei for sancionada; adicional de 5% na alíquota do IPI incidente sobre produtos e serviços supérfluos, a serem definidos em lei, aplicável até a extinção do Fundo; impostos sobre grandes fortunas, que podem vir a ser instituídos de acordo com o artigo 153, inciso VII, da Constituição Federal; dotações orçamentárias. Nesse ponto tenho uma dúvida, Aurélio: a própria PEC mostraria a origem daquele valor de 1,7 bilhões? Doações de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas, do país ou do exterior; outras receitas a serem definidas na regulamentação do Fundo; é instituído um fundo constituído pelos recursos recebidos pela União, em decorrência da desestatização de sociedade de economia mista ou empresas públicas por ela controladas, quando a operação envolver a alienação do respectivo controle acionário à pessoa ou à entidade não integrante da administração pública ou de participação societária remanescente após a alienação. Os rendimentos desse Fundo, gerados a partir de 18 de junho de 2002, se reverterão ao Fundo de Combate e Erradicação da



Pobreza, cujo montante anual previsto deverá alcançar o valor de 4 bilhões de reais.

Recomendações extraídas do relatório sobre a política de combate à pobreza a ser financiada pelo Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza: o Fundo terá duração mínima de dez anos; adoção da linha de pobreza definida pelo Ipea; focalização dos programas propostos; população-alvo, definida pelas pessoas que vivem abaixo da linha de indigência, que dispõem de renda *per capita* inferior a um terço do salário mínimo. O objetivo é proporcionar renda suplementar suficiente para promover as famílias acima da linha de indigência, assegurando a todas as crianças entre zero e 16 anos condições de nutrição e educação; financiamento dos seguintes programas: Bônus de Solidariedade - tem a finalidade de cobrir, pelo menos em parte, a insuficiência de renda da família. Será fornecido às famílias que tenham crianças entre zero e três anos; crianças de quatro a seis anos que estejam freqüentando a escola infantil; e crianças entre 7 e 16 anos que estejam freqüentando regularmente a escola; serão empregados 75% dos recursos do Fundo no financiamento do Bônus de Solidariedade - esse bônus estaria em torno de 75 reais. Cesta de nutrição infantil, que será fornecida com recursos suplementares dos municípios e outros programas de apoio.

Como recomendação, também consta a descentralização da execução dos programas e a contrapartida dos municípios.

Esse relatório foi encaminhado, com a proposição,

à Câmara dos Deputados, que instalou a Comissão Especial na semana retrasada. Já foram indicados o presidente e o relator da comissão. Ficou acordado que a Câmara não fará alterações ao texto da lei, porque existe um acordo de lideranças no sentido de aprová-lo o mais rápido possível, com essa preocupação de vigência a partir do Orçamento de 2001. Ficou também acordado que haverá apenas uma única audiência pública, em que não será convidada nenhuma pessoa que já foi ouvida na Comissão Mista do Senado. Mas no entendimento se estabeleceu que seriam ouvidos o Secretário Everardo Maciel e o Professor Cristovam Buarque, para falarem, respectivamente, sobre arrecadação fiscal e a análise crítica da proposta da PEC. Será apenas uma contribuição para o melhor entendimento da Câmara sobre a proposição em tramitação.

Apesar de estar aberto a emendas, existe o prazo regulamentar para isso, que vai até o dia 23 de outubro. Assim, acreditamos que no mês de novembro deverá haver uma concentração de forças para aprovação desse relatório de forma a enviá-lo ao Plenário o mais rapidamente possível. Os esforços devem ser concentrados também, e muito mais, na elaboração dos projetos de lei complementar. Talvez ali, sim, tenhamos flexibilidade para fazer algum tipo de alteração.

Quero salientar que fizemos parte da Comissão Mista, e sugerimos inserir na PEC a não-exigência da CND, mas o relator infelizmente não acatou a proposição. Também sugerimos que recursos do Fundo da Pobreza, receitas de

arrecadação, pudessem estar sendo canalizadas para o Fundo de Assistência, mas isso contraria toda a lógica da proposição e realmente foi rechaçado pelo relator.

Era isso que eu gostaria de falar para vocês sobre o espírito da lei.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Gostaríamos de agradecer ao Eduardo Barbosa. Antes de proceder às inscrições, quero dizer ao Eduardo Barbosa que foi uma grata satisfação, dentro da temática do Fundo de Combate à Pobreza, saber que temos um Conselheiro combativo do seu nível no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados defendendo esses assuntos da área social e com certeza defendendo também as questões do Conselho Nacional. Isso antecipou o que eu iria falar sobre o Fundo Nacional de Assistência Social, pois já vi que você está preocupado com esse assunto.

Antes de dar a palavra aos inscritos, eu passo a palavra para o Aurélio.

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Apenas para assinalar que a concepção do Fundo e a sua engenharia de criação é um exemplo muito importante de como existe inteligência no Brasil para formular projetos e programas. Digo isso porque, durante um seminário de três dias, um dos princípios básicos foi considerar que o Banco Mundial tem que fornecer os caminhos ou as propostas para combate à pobreza em todos os países.

Entretanto, existe nos países inteligência para produzir propostas. A primeira proposta - e que é fundamental - é que o Fundo não pretende ter recursos externos para utilizar no combate à pobreza. Isso é muito inteligente. Tomar dinheiro em dólar emprestado do Banco Mundial e do BID é algo no mínimo questionável, porque representa empréstimo contratado como governo e que terá que ser pago, naturalmente. O Fundo dá a alternativa de combater a pobreza com recursos próprios.

O fundo é de 4 bilhões de reais anuais. De onde vem esse dinheiro? O dinheiro vem de todos aqueles itens que o deputado relacionou há pouco. Qual é a inteligência do fundo? Se com a arrecadação da CPMF, percentual de IPI, etc., não se atingirem os 4 bilhões de reais, o Tesouro vai complementar. Por isso, tem exatamente aquele item de recursos orçamentários e dotações orçamentárias - aquele item está dizendo isso e é superimportante. Dessa forma, podemos considerar que são 4 bilhões de reais anuais, independentemente de percentuais de CPMF etc. Por isso a nossa dúvida - que fica mais séria ainda - quando vemos que no orçamento do próximo ano existem apenas 2,3 bilhões.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Estão abertas as inscrições. Informo que seremos rígidos com relação ao tempo, devido ao adiantado da hora.

Com a palavra, a Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Eu agradeço ao Eduardo, Conselheiro de alta estirpe do CNAS, como também ao companheiro do Inesc, pelas brilhantes palestras. O Fundo da Pobreza já deveria ter sido motivo de debate deste Conselho. Ainda estamos tomando pé da situação, estamos ainda formando nossa opinião e posição, tentando ainda estar influenciando essa questão, quando ele já está em estado avançado.

Eu gostaria de saber do Eduardo por que foi criado um Fundo de Pobreza se já existe uma Política de Assistência Social, a Lei Orgânica da Assistência Social, que têm as mesmas finalidades - pode ter algumas questões que não estejam diretamente ligadas à Assistência Social, como saneamento e outras questões abordadas. Seria uma pergunta dirigida aos dois.

Quanto à CND, por exemplo, vale reafirmar que não existe tal exigência na Saúde, porque diz respeito à vida. Mas a nossa população-alvo não tem condições nem de chegar à saúde, muito menos chegar àquilo que poderia trazer a vida. No entanto, para a Assistência Social a exigência de CND permanece.

A outra coisa é com relação aos recursos destinados. Por exemplo, a luta, tão antiga, de se taxarem as grandes fortunas. Há várias lutas que são nossas e que nunca conseguimos vencer, mas vai se conseguir agora. O que foi que mudou?

Para terminar, quero dizer que acredito que vai

sair o dinheiro do Tesouro. Mas como isso vai acontecer se o dinheiro do Tesouro está pouco para Assistência Social, está pouco para Saúde, para outras políticas públicas? Como teremos o dinheiro para a pobreza?

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Nós vamos fazer um bloco de três perguntas. Com a palavra, a Conselheira Léa.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - A exposição de vocês foi feita com muita clareza e com muita lucidez, trazendo-nos informações muito importantes para o nosso debate sobre o Fundo. Gostaria de saber como vocês vêem a convivência desse Fundo com os fundos especiais ligados às políticas sociais de uma forma mais geral e também aos fundos ligados aos segmentos.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Conselheira Dora com a palavra.

DORA SÍLVIA CUNHA BUENO - Eu só queria perguntar ao Conselheiro Eduardo Barbosa se as doações feitas por pessoas físicas, jurídicas ou do exterior terão alguma contrapartida do governo, como dedução no Imposto de Renda.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Conselheiro

Eduardo Barbosa, com a palavra para responder ao primeiro bloco.

EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA - Na Comissão Mista do Congresso, eu confesso a vocês que tive uma decepção e desânimo muito grandes porque não senti, da parte de nenhum parlamentar, interesse de focar a questão como de assistência social, já prevista em legislação. Talvez isso se tenha dado porque a grande maioria dos membros da comissão era muito vinculada à questão econômica. A Wanda Engel afirmou aqui que ela estava muito irritada com a fala dos economistas, mas, na verdade, eu acho que o Fundo da Pobreza só se deu quando os economistas começaram a assumir essa discussão. Entretanto, eles começaram a ver as proposições do encaminhamento desconhecendo todo o processo de organização da sociedade que culminou na Lei Orgânica de Assistência Social. E nessa perspectiva de política pública de assistência ainda existe uma dicotomia no Congresso Nacional na discussão dos problemas sociais quanto a assistência como uma política pública universal, como as outras políticas. A assistência realmente não tem essa percepção por parte do congressista, ou seja, não é considerada uma incumbência importante dentro das políticas públicas. Por isso o comentário da Tânia, ao afirmar que talvez fosse um ganho a Secretária de Assistência Social estar na coordenação do Projeto Alvorada, porque daria maior visibilidade para essa política. Mas foi frustrante para mim,

Léa. E senti isso de parte de todos os parlamentares, tanto da esquerda quanto da direita, mesmo em relação àqueles que eu achava que poderiam ser companheiros na proposição relacionada ao Fundo de Assistência. Nós estivemos com o relator, juntamente com a Tânia, e ele disse claramente que aquilo já estava definido, que o Fundo da Pobreza tinha uma conotação política importante, que tinha que ser dada uma visibilidade política, que não poderia estar vinculado a uma única política pública; que ele entendia que havia um paralelismo, mas que o aspecto era político, ou seja, de colocar na agenda do governo e da sociedade o combate à pobreza e que tinha que extrapolar uma única política pública. Parece que isso gerou um acordo velado entre todos e não se discutiu sobre isso. Assim, a nossa discussão era estéril e era como se fosse uma discussão apaixonada nesse sentido, tanto que as nossas emendas foram para o lixo com a maior facilidade, sem terem nenhum tipo de consideração. Talvez nas leis complementares nós possamos estar voltando à tona, prevendo algum tipo de controle social.

Para terem uma idéia, nem sequer nessa comissão da sociedade civil e governo, que vai acompanhar a aplicação do Fundo, como previsto na PEC, se faz referência que poderia ser o próprio Conselho Nacional de Assistência a exercer pelo menos um papel de controle. Não se abriu a discussão para ser ao menos paritária. Isso na lei complementar deverá ser regulamentado, mas não houve espaço para discussão. Vai ter participação da sociedade civil, mas, se será paritária ou



não, não interessa. Essas foram as indagações que tivemos. No início, ficamos um pouco decepcionados, mas as discussões foram tão positivas que compensaram a frustração.

Quanto à CND, a proposta de não-exigência também não foi acatada. Hoje, mais uma vez, nós vimos o interesse da Wanda no sentido de estar resgatando essa discussão. Mas acredito que aquele foi um grande momento, porque a proposição da PEC é do Senador Antônio Carlos Magalhães. O projeto alcança a população e os municípios mais pobres do país, e o grande opositor à proposta de não-exigência da CND é o Ministro da Previdência, ligado ao ACM. Eu imaginava que ele poderia ser a grande alternativa. Mesmo assim, a força do nosso Ministro da Previdência é muito grande porque ele consegue realmente obstruir esse processo de discussão e encaminhamento para ultrapassar esse problema.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Tem a palavra o Aurélio.

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Eu gostaria de assinalar alguns pontos que têm a ver em parte com a fala anterior do Deputado e que é importante que tenhamos claros. Esse Fundo foi pensado para dez anos: ele tem prazo de criação, tem início e fim. E tem início e fim com vistas a gerar a garantia de fundos para uma série de programas que já existem. O caráter, a natureza desse Fundo é um pouco diversa

de outros fundos já existentes. Porque ele é um Fundo mesmo, a concepção dele é de assegurar os recursos que serão garantidos pela União para execução de uma série de programas. Temos vários outros fundos que, apesar de levarem o nome de fundo, não garantem o recurso que vai ser utilizado. Esse é um ponto em que insisto.

Outra coisa: uma série de recursos novos estão sendo criados ou redirecionados e vão garantir parte dos recursos desse Fundo. Quando a proposta surge com essa concepção, ela passa a ser uma proposta interessante, apesar de uma série de interfaces ou de superposições. Acho que isso orientou também um pouco os debates.

Quando se pensa no Fundo Nacional de Assistência Social e os programas que fazem parte dele, vê-se que uma série desses programas tem uma execução muito baixa, apesar de estarem alocados recursos orçamentários do Fundo. O recurso é alocado, mas ele não é efetivo, ou seja, se a tentativa de gasto ocorrer, não necessariamente haverá a receita para garantir o gasto. Por exemplo, em 18 de agosto havia um programa do Fundo de Assistência Social que ainda está com execução zero. Nada me leva a crer que isso ocorre porque o gestor do programa é incompetente etc. Não acredito nisso. Acredito que houve uma limitação na liberação do recurso para construção de creches.

TÂNIA MARA GARIB - A esse respeito, eu gostaria de

dizer o seguinte: houve todo um paradeiro agora por causa das eleições. Então, esse não é um referencial. Quero saber se em relação a um programa de ação continuada não foi utilizado o recurso ou está com execução baixa. Pelas apresentações da SEAS e pela demonstração de execução, que acompanhamos desde 1996, verificamos que começou com 82% de execução do orçamento, depois 89%, e chegamos no ano passado a 94% de execução. Então precisamos ver o que é o programa, antes de dizer isso. Interessam as ações continuadas, que chegam a toda a população brasileira e não aqueles programas que políticos conseguem para determinado município. Para esses está havendo pouca utilização?

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Até 18 de agosto, no geral, a execução é de 41,58%. São dados do Siafi. Mas há diferenças entre os programas. Volto ao ponto inicial: uma coisa é a alocação dos recursos e outra é saber se os recursos para cada uma dessas atividades são suficientes. Por exemplo, a participação em programas de renda mínima: os recursos alocados são suficientes? Pelos dados do Ipea, não são; são irrelevantes em termos do público-alvo do programa de renda mínima. São 182 milhões de reais.

TÂNIA MARA GARIB - Você sabe quanto disso foi executado no ano passado?

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Sei.

TÂNIA MARA GARIB - Por inoperância do sistema de execução do programa de renda mínima.

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Quero dizer o seguinte: não estou acusando o responsável. Estou dizendo que o Fundo pretende garantir o recurso. Se é executado ou não, isso incide sobre uma série de questões que têm que ser verificadas programa a programa. O que se verificou? Aqui há uma série de programas sociais que não são executados porque não existe a liberação do recurso. Isso é real. Não estou aqui para defender ou não um gestor, apenas eu estou dizendo que há vários programas que têm recursos insuficientes. O Fundo pode resolver em parte esses dois pontos. Não que ele seja a panacéia, que vá resolver tudo, mas, em primeiro lugar, ele pode garantir mais recursos; em segundo, pode garantir a efetividade dele. Por quê? Porque há um compromisso do governo de 4 bilhões anuais e há uma série de receitas apontadas. É isso que queremos assinalar, apontando como uma vantagem que nós temos em relação a esse Fundo.

Com relação à pergunta da Dora, sobre a contrapartida em relação a doação, com dedução no imposto de renda, não tenho conhecimento. Podemos verificar.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Eu insisto que gostaria

de saber alguma informação sobre isso.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Não é dedutível do imposto de renda. A única possibilidade de dedução no imposto de renda são as Leis n°s 9.549 e 9.530, que mandam para o Fundo da Criança, na questão do audiovisual, e para a Cultura.

DORA SÍLVIA CUNHA BUENO - Isso eu sei. Eu gostaria de saber se existe alguma conversação sobre o assunto.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Temos três conselheiros para o próximo do bloco: Eurídice, João Batista e Leovane.

EURÍDICE NÓBREGA VIDIGAL - Fiquei um pouco preocupada com relação aos recursos dos organismos multilaterais. Representando o Ministério da Fazenda, não posso estar aqui defendendo o aumento do endividamento, mas também não posso deixar de ver com preocupação que não dá para prescindir de dinheiro internacional, eles têm muitos recursos, muitas das ações podem alocar verbas a fundo perdido, diretamente nos programas executados pelas organizações do terceiro setor. E vêm fazendo isso. Não estou defendendo alinhamento com o pensamento do Bird, do BID ou do FMI, mas não podemos entrar naquela história de nacionalismo às avessas que recusa recursos quando estamos precisando. E há

algumas lógicas muito boas, do BID em especial.

JOÃO BATISTA LIMA FILHO - Eu gostaria de confirmar todas as palavras do Deputado Eduardo Barbosa, nosso Conselheiro. O *Jornal da Câmara* de ontem utiliza as mesmas palavras dele, e afirma que o relator da Comissão, Paulo Magalhães, do PFL da Bahia, disse que não haverá mudanças no texto que veio do Senado.

E outra coisa, Deputado Eduardo, que preside a comissão sobre o estatuto do idoso, é que no *Projeto Alvorada* e agora no Fundo da Pobreza, eu não vi um centavo destinado à pobreza do idoso. Para completar - temos aqui um representante do Ministério da Fazenda -, o Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Edward Amadeo, disse que deve ser cortado o gasto com idoso porque apenas 25% deles são pobres. Esta é uma coisa que eu desconheço: que apenas 25% dos idosos brasileiros sejam pobres. Isso não é afirmação minha, foi registrada durante um Seminário de Política Econômica realizado na Associação Comercial de São Paulo em 22 de setembro. Talvez o idoso a que ele esteja se referindo seja o de Copacabana ou o do Plano-Piloto, em Brasília.

MARCO AURÉLIO SANTULLO - É mais provável que seja o de Copacabana, que é onde ele vive.

Gostaria de uma explicação pessoal. Estou começando a ficar preocupado, e acho que a nobre Conselheira Tânia Garib

também deveria se preocupar. Tudo o que passa por aqui em relação a programas, a implementação de metas e a alocação de recursos parece esquecer do Mato Grosso do Sul. Não é possível que nesse programa do Fundo de Pobreza não existam pelo menos 10 reais para Mato Grosso do Sul. Eu não discuto sobre o *Projeto Alvorada*, porque eu vi como foi feito. E, por oportuno, eu gostaria até de responder para quem indagou da Wanda: o maior exemplo de lisura do Projeto Alvorada somos a Wanda e eu, ela é do Rio e eu sou do Mato Grosso do Sul. Nenhum dos dois Estados está contemplado. Todavia, com relação ao Fundo de Combate à Pobreza, me estranha muito. Em todo o caso, eu acho que você deveria ver com a bancada do Mato Grosso do Sul o que está acontecendo. Se fosse um montante de recursos pequenos, vá lá, mas nesse ponto é um absurdo que não tenha nada para o Mato Grosso do Sul.

TÂNIA MARA GARIB - Só quero fazer uma intervenção a respeito do que você está discutindo. Os Estados que aqui estão são aqueles que estão no *Projeto Alvorada*. O título é recursos do Fundo de Combate no Projeto de Lei Orçamentária para 2001, e esse valor corresponde a 2,334 de milhões. Será que é só isso? Isso aqui é o *Projeto Alvorada*, e o Fundo de Combate à Pobreza é acima do *Alvorada*.

MARCO AURÉLIO SANTULLO - O estudo é o mesmo. É lógico que é. Ele não é o *Projeto Alvorada*.

Então eu só queria deixar a minha indignação, principalmente com o Fundo de Combate à Pobreza, por ser originário do Legislativo, onde o Mato Grosso do Sul tem representantes, assim como os outros Estados. Não estou falando do IDH, estou falando do Fundo da Pobreza, cuja origem é o Legislativo.

TARCÍSIO ZIMMERMANN - Sr. Presidente, creio que ele enfocou bem. O projeto Alvorada incorpora, *a priori*, todos os recursos do Fundo de Combate à Pobreza e dá uma destinação que não é universal.

Já que interrompi, Sr. Presidente, permita-me dizer que há inclusive uma contradição. Se ele estabelece que tem uma suplementação de renda para as famílias que têm uma renda *per capita* inferior a um terço do salário mínimo, ele deveria estabelecer só onde o Palácio quiser, porque na verdade ele já restringiu isso. A família do Mato Grosso do Sul que não tiver um terço do salário mínimo não vai ter a suplementação de renda, pela proposta do *Projeto Alvorada*. Então ele não é universal, ele não é para todo o país; é somente para aquelas regiões selecionadas.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Conselheiro Leovane com a palavra.

LEOVANE GREGÓRIO - Queria chamar a atenção para um



ponto. Aprovamos o Orçamento para 2001 que disponibiliza participação em programa municipal de garantia de renda mínima: aprovamos 175 milhões. E aqui nós vimos, pela exposição do Secretário-Executivo do Inesc, que tem mais de um bilhão para o Fundo de Desenvolvimento da Educação. Quero entender o seguinte: vamos começar a criar vários programas iguais em vários ministérios? O programa vai trabalhar dessa maneira?

PRESIDENTE (Antônio Luiz. de Brito) - Para concluir, gostaria de saber se Conselheiro Tarcísio quer complementar sua questão.

TARCÍSIO ZIMMERMANN - A minha pergunta seria basicamente em torno desse um terço e o alcance nacional do programa.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Passo a palavra para o Eduardo Barbosa e para o Aurélio Viana.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Sobre o Fundo e a aplicação dele, pelo menos num primeiro momento - isso não é a defesa nem justificativa, é apenas um dado a mais -, pelos dados apresentados pelo Ipea, há no Brasil uma população de 40 milhões de pessoas nessa condição, sendo que o primeiro momento de combate atingiria 23 milhões delas. E o critério

sobre a escolha dessas pessoas extrapola um pouco esse documento, mas a previsão orçamentária seria para a cobertura de 23 milhões de pessoas. Essa definição de quem é mais pobre entre os pobres tem sido uma divergência nas discussões.

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Exatamente o que tentamos assinalar com a nota técnica é que existe uma contradição entre a PEC e o Projeto de Lei Orçamentária para 2001, contradição que esbarra em várias questões que estão pipocando aqui mesmo. São dúvidas que aparecem porque a PEC foi constituída com uma intenção, uma concepção, sendo que para o orçamento do próximo ano a PEC significa apenas receita, um fundo que é o 178. O que está sendo utilizado da Fonte 178 e que tem a ver com a concepção gera dúvidas, porque consideramos que grande parte dos recursos do Fundo, ou seja, da nova Fonte 178 no Orçamento de 2001, não está atendendo aos princípios colocados no Fundo, na PEC. Isso é muito importante porque estamos no momento das emendas. Esse renda mínima que faz parte do FNDE está colocada no Orçamento de 2001 com 1,18 bilhão, com recursos do Fundo da Pobreza, que é a Fonte 178.

MARCO AURÉLIO SANTULLO - Mas o renda mínima quem paga é a Educação. Sai do orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social mas vai para o FNDE.

Sr. Presidente, pela ordem, só um minuto. Eu gostaria de pedir tanto ao Eduardo quanto ao Aurélio, se não

fosse alterar a vida deles, que tivessem um pouco mais de benevolência conosco. O Aurélio trouxe várias informações que suscitaram muitas dúvidas.

Como Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, eu estive com o Presidente Antonio Carlos Magalhães e com o Presidente Fernando Henrique Cardoso tratando esse assunto. A resposta foi clara, e o Eduardo também deixou isso claro. Naquele momento, com a conjuntura política das forças partidárias que dão sustentação ao Governo Federal, não era possível dizer o seguinte: o CNAS vai cuidar do Fundo da Pobreza; o CNAS vai cuidar do Fundo da Pobreza porque o Marco Aurélio é o presidente e é ligado ao Antônio Carlos. O Fundo não andaria. Também não daria para deixar no Ministério da Saúde. O que aconteceu? Fez-se um pacto segundo o qual no Congresso se trataria do macro e depois, por meio de projetos de lei, seriam tratadas as complementações. Eu discordo do Aurélio no que diz respeito ao projeto de lei complementar. E acho que tanto o Eduardo Barbosa quanto o Tarcísio vão concordar comigo. É muito mais fácil para nós, sociedade civil, instituições, conselhos e as demais áreas interessadas trabalharmos o Congresso num projeto de lei complementar do que numa emenda constitucional, porque nessa precisamos de 308 e no outro de 257 votos favoráveis. Então há uma visão equivocada com relação a isso.

Não sei se os outros conselheiros têm essa preocupação, mas se vocês pudessem ficar um pouco mais para

que tivéssemos mais uma rodada de perguntas seria muito bom. Percebo que as pessoas estão fazendo muita confusão aqui.

E me desculpe a veemência, mas eu acho que você está totalmente equivocado ao dizer que a execução da Assistência Social chegou apenas a 40%. Totalmente equivocado. Você está pegando emenda parlamentar para construção de creche e não está pegando os programas. Você está colocando em xeque até a nossa Comissão de Financiamento, que nos dá outra informação após o estudo do relatório apresentado pela SEAS. Então se você pudesse ter um pouco mais de participação aqui juntamente com Eduardo Barbosa seria melhor.

O Eduardo afirma que houve acordo de liderança. No Congresso eles podem até vender a mãe e entregar, mas romper acordo de liderança é muito difícil porque a mesma corda que arrebenta de um lado arrebentará amanhã de outro. Essa é uma tradição do Congresso Nacional. Então tudo indica que vai ser aprovado o Fundo da Pobreza, pelas ponderações do Deputado Eduardo. Como Conselheiro, eu sinto o Conselho absolutamente aquinhado com a participação do Eduardo Barbosa tanto na Comissão Mista do Senado quanto agora na Câmara. Digo-lhes que conversei com o Deputado Roberto Brant, que era o relator e é meu amigo pessoal, e até brinquei com ele, dizendo: de Hermmé, hospedado no Plaza, em Paris, do Big Ben, em Londres, quem diria que você se tornaria o relator da pobreza!! Disse-lhe também que na minha opinião o melhor relator seria o Deputado Eduardo Barbosa, ou a Deputada Lucia Vânia, ou a

Deputada Laura Carneiro, ou a Deputada Jandira Feghali, ou qualquer outro deputado que tivesse mais a ver com essa área. Foi feito um acordo entre o Governo e o Congresso para que se aprovasse o Fundo da Pobreza e depois se discutisse num projeto de lei complementar como seria a aplicação. Não tenho dúvida, como Conselheiro, em afirmar que vou lutar de todas as formas para que o Conselho Nacional de Assistência, realmente representado muito mais que os outros - e não há demérito nenhum ao Conselho da Saúde, da Educação, que são focalizados -, esteja à frente desse processo.

Aqui neste Conselho eu aprendi com os nossos conselheiros que somos muito heterogêneos: todo mundo aqui sabe um pouco de todas as políticas e todos aqui têm a maior boa vontade. Então quando você diz que só foram executados 40%, você tem que dizer em qual o programa, porque essa é uma responsabilidade legal e jurídica nossa. E nesse caso nós estamos falhando e sendo omissos. Mas este Conselho pode pecar por muita coisa, menos por omissão.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Direciono a proposta do Conselheiro Marco Aurélio aos palestrantes, ou seja, se é possível que eles fiquem um pouco mais. (Pausa.)

Então ficaremos mais 20 minutos para uma nova rodada de perguntas.

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Só uma coisa,

Presidente. Quando nós falamos aqui de execução orçamentária, estamos utilizando os dados do Siafi, que qualquer pessoa pode acessar. Posso ler uma lista em que consta o maior gasto, o gasto zero e podemos verificar qual é o problema de cada um. São dados oficiais. Se se devem considerar todos os programas ou não, se 40% é bom para 18 de agosto ou não, tudo isso está colocado na mesa. Podemos afirmar que, *vis-à-vis* a execução orçamentária do Ministério da Saúde em uma série de problemas e programas etc., a execução do Ministério da Saúde é melhor. São dados do Siafi. Só para comparar dentro do próprio governo. E se o fundo está muito bem, pode ir melhor ainda.

Conforme foi dito anteriormente, na nossa visão o *Projeto Alvorada* foi que logrou identificar o Fundo da Pobreza com uma fonte firme de recursos para o orçamento do próximo ano. E que então identificou uma série de programas que poderiam ser beneficiados com essa fonte. Por isso existe essa grande identidade entre a Fonte 178, o Fundo da Pobreza, e as prioridades do *Projeto Alvorada*. Existe uma grande identidade entre as duas. E eu concordo com a afirmação feita anteriormente aqui de que o Fundo da Pobreza não deveria se resumir a uma fonte para o programa lançado, porque ele pode incidir sobre uma série de outras áreas. Mas que existe uma grande identidade, existe.

Quando temos dúvida em relação a programa do governo ou a fonte ou fundo ou sua utilização, insisto que temos que olhar para o Projeto de Lei Orçamentária de 2001,

porque as indicações estão ali. Infelizmente, mesmo nós da sociedade civil ou nós do governo muitas vezes não estamos monitorando bem o ciclo orçamentário do processo. Os parlamentares e os ex-parlamentares aqui presentes sabem muito bem disso e da importância de se monitorá-lo. Tem que haver o controle efetivo do que foi colocado no encaminhamento do projeto de lei orçamentária, no arremate final, etc. Isso é um dado. Foi em uma reunião que deliberou prioritariamente que essa Fonte 178, que é a novidade da área social no Orçamento de 2001, fosse direcionada dessa forma e não daquela. Isso foi uma resolução. Todos os ministros e secretários participaram? Eu não sei. Vendo o orçamento, nós imaginamos que não. Porque houve uma concentração, sim.

Eu me reporto à proposta inicial do relator Brant, em que ele deixava claro os 75% para programas de renda mínima, antevendo exatamente a possibilidade da não-utilização do principal dos recursos do Fundo para programas de renda mínima. Ele foi muito inteligente, porque ele não associou a um programa, podem ser vários, de vários tipos. Mas ele estava preocupado exatamente com isso que nós estamos vendo que está ocorrendo quando lemos o Orçamento de 2001: há Estados e municípios fora, porque não foram priorizados no programa do governo, que pensou mais imediatamente na alocação dos recursos desse Fundo novo.

Eu concordo inteiramente que temos necessidade, sim, de recursos externos; para algumas ações temos

necessidade até de recursos humanos técnicos desses organismos multilaterais. Mas o que eu gostaria de acentuar basicamente é o seguinte: no caso de empréstimos, não de doações, há vários países que não tomam empréstimos externos para programas sociais por uma decisão política, porque um empréstimo em moeda forte vai ter que ser pago também em moeda forte. Quer dizer, teremos que gerar moeda forte para honrar esse compromisso, e o programa social, imediatamente, não vai gerar essa moeda. O Chile, por exemplo, não pega empréstimo do Banco Mundial nem do BID para educação; foi uma decisão política. É claro que eles tomam empréstimo externo, mas para outras áreas tais como de desenvolvimento, que eles imaginam que darão retorno mais imediato, que vai gerar emprego etc. Eu digo isso para justificar algum equívoco nosso na ânsia de resolver algum problema com empréstimo. Para meio ambiente vemos muito isso, é muito comum aqui, porque existe uma contenção orçamentária, o que dificulta um pouco as nossas soluções.

TARCÍSIO ZIMMERMANN - Os 75% para programas de renda mínima foram aprovados?

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - A pergunta do Conselheiro Tarcísio é se foram aprovados no bojo do texto os 75% para aplicação em programas.

EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA - O Aurélio está



afirmando que não foi.

No meu texto, isso está no relatório, como recomendação.

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Ele não está na PEC.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Entenda-se: se não vai mudar o texto, a recomendação e nada é a mesma coisa.

Com a palavra o Eduardo Barbosa.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - A exposição do Aurélio vem muito ao encontro daquela minha proposição de acompanhamento do CNAS em relação à execução. Eu ainda entendo que o acompanhamento da execução para nós é mais importante do que acompanhar palavras ou relatórios de programas porque, de fato, ele vai nos revelar se o programa está sendo executado ou não e em que velocidade. Ele nos dá muito mais parâmetro de avaliação crítica do que estarmos aqui fazendo leituras de avaliações subjetivas ou técnicas de área. Para isso já temos espírito crítico, independentemente de um acompanhamento do Ministério. Agora, a avaliação de execução orçamentária nos falta justamente para poder contrapor ou contra-argumentar com os gestores da área e com a coordenação do programa.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - O mais

importante que vocês disseram sobre o Fundo da Pobreza é que há a aprovação do Orçamento pelo Congresso.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Fátima, você, como coordenadora da comissão, deve estar atenta para o que vai ser uma tarefa importante para nós neste mês, qual seja, tentar trabalhar muito o cruzamento desses dados: como a proposta orçamentária foi apresentada e o que temos de trabalhar para avançar. Isso pode se transformar em emenda de comissão, para tentar recompor.

Realmente, eu não consegui ler a proposta e queria entender se nela está apenas o que é previsto do Tesouro, disponível para o Fundo de Combate à Pobreza, e se há necessidade de previsão daquilo que prevê o Fundo em termos de arrecadação fiscal, já que o Fundo ainda não foi criado. Mas como estava denominado isso no Orçamento, já que engloba todas as questões, para mim deveria ser discriminado.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Da mesma forma como foi no ano passado o "Imposto Verde", aquele imposto do Ministro Padilha, que distribuiu dinheiro para todo o mundo e não deu em nada. O imposto não foi criado e ficou por isso mesmo. A isso se chama fonte condicionada.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Mas ela tem que estar prevista no Orçamento?

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Tem que estar prevista.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Mas não há nenhum tipo de previsão disso?

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Existe a previsão. Eu tenho medo é com relação à garantia dos 4 bilhões, porque o que está colocado como fonte condicionada são apenas 2,3 bilhões. Que inclui tudo, inclui todos aqueles impostos, tudo. Há uma contradição entre a proposta de 4 bilhões e o orçamento proposto de 2,3 bilhões. Há uma diferença de 1,7 bilhão, que pode entrar com rubrica de fonte condicionada e que deveria mas não está inserida. Essa é uma dúvida que temos.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Aurélio, se a PEC for aprovada, não corremos o risco dessa sua dúvida.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Continuamos correndo o risco porque o orçamento só prevê 2,3 bilhões, e o orçamento está acima da PEC.

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Um tem que estar relacionado com outro, porque senão depois teremos que pedir suplementação.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Na realidade, entendo o seguinte: se a PEC for aprovada teremos a definição de uma fonte de receita fiscal. Então ele vai ter que cair obrigatoriamente no Fundo da Pobreza, porque vai ser constitucional.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Mas quanto? Quatro ou 2 bilhões?

EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA - O que vier das alíquotas previstas.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - E o Orçamento?

EDUARDO LUIZ BARROS BARBOSA - Nós temos uma previsão orçamentária de 2 bilhões. Eu só quero entender, não estou querendo discordar. Se não temos a PEC aprovada, já podemos prever orçamentariamente o recurso de arrecadação que só virá com a PEC?

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Pode, sim. Fica uma fonte condicionada à aprovação da PEC.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Mesmo em se tratando de PEC?

AURÉLIO VIANA C. L. JÚNIOR - Deputado, a dúvida que o senhor coloca é importante. Quando o Orçamento é encaminhado pelo Executivo com 2,3 bilhões, temos duas interpretações: ou o esquecimento ou a intencionalidade de fazer com que os recursos do Fundo sejam não de 4 bilhões mas de 2,3 bilhões. Essa nossa dúvida existe porque é incompreensível isso não ter sido visto pelo Ministério do Planejamento, que sabe que a PEC dita 4 bilhões, sabe que é um recurso novo, uma fonte nova. Eu poderia até imaginar que esses 2,3 bilhões representam o estimado de arrecadação de impostos e não o que o Tesouro terá que suplementar.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - O Deputado Barbosa vai à Comissão de Orçamento se informar, depois virá informar o Conselho. Vamos ver em que pé está e qual a atitude nos cabe tomar dentro da lei.

Com a palavra o Conselheiro Charles.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Nós temos o prazo até o dia 19 para apresentar emendas. Isso quer dizer que devemos sair com algum encaminhamento nesse sentido.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Mas nesse caso não cabem emendas porque não está previsto no Orçamento.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Cabe emenda no sentido de recompormos os 4 milhões previstos.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Não, isso não é a emenda individual.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - O prazo que expira dia 19 é para emendas individuais.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Nesse caso, deveríamos encaminhar um processo junto à Comissão de Seguridade da Câmara dos Deputados. Poderíamos apresentar uma proposta de emenda de 1,7 bilhão para chegarmos aos 4 bilhões. Se foram considerados apenas 2,3 bilhões, temos que trabalhar. A PEC estabelece um teto de 4 bilhões e se não forem atingidos os 4 bilhões com os recursos das diferentes fontes, está prevista a suplementação pelo Tesouro Nacional. Entra no sentido de incorporar na Fonte 178 para chegar aos 4 bilhões.

Minha proposta é fazer esse encaminhamento, para conseguir essa negociação de emenda.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - O Conselho Nacional fez isso no ano passado, orientado pela Comissão de Financiamento, e o fez no tempo certo, na hora certa e com as pessoas certas. Faremos de novo este ano. Esse prazo do dia 19 é para emendas individuais. V.Sa. está falando do global, e

desse vamos tratar com as comissões, acionados pela Comissão de Financiamento, que fará o comparativo, a exemplo do ano passado, do que foi feito e o que falta. Entretanto temos que tomar cuidado com a apresentação das emendas individuais que vão tirar dinheiro do Fundo da Pobreza para outra área. Esse é um trabalho que deve ser feito em cada sub-relatoria da Comissão de Orçamento.

Com a palavra o Conselheiro Eduardo Barbosa.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Devo lembrar, Sr. Presidente, que temos uma restrição de emendas de comissão: cada comissão pode apresentar apenas cinco emendas. Dentro da Comissão de Seguridade, disputamos espaço com a Saúde e com outros segmentos que também necessitam de emendas importantes. Temos que lembrar que muitas vezes o único recurso de emendas ao Fundo da Assistência é a emenda da comissão. Vamos ter que optar e decidir se vamos apresentar uma emenda ao Fundo de Assistência ou ao Fundo da Pobreza.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - V.Exa. e outros conselheiros vão se surpreender, porque a SEAS está conseguindo nada mais nada menos do que 17 emendas de bancada. Foram chamadas as bancadas dos Estados e elas forneceram à SEAS até o momento 17 emendas. A começar por Santa Catarina.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Mas eu não sei se essas

emendas estão canalizadas nos programas de ação continuada. Então temos que dar uma avaliada nisso.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Deputado Eduardo Barbosa, só vamos saber após o relatório da subcomissão. A subcomissão vai emitir o seu parecer, e nós vamos trabalhar nele.

EDUARDO LUIZ BARBOSA - Infelizmente, estamos ainda com uma visão restrita porque o relatório preliminar da Comissão de Orçamento ainda não foi apresentado. O que se diz nos bastidores é que a proposta orçamentária já disponibilizou o montante de recursos para emendas, e não se mexe na proposta de orçamento que veio do Executivo. Parece que é um fato novo e inédito nas propostas orçamentárias, em que se tirava de um para acrescentar em outro. E hoje parece que temos o recurso livre para emendas. Se isso de fato estiver bem claro nesse relatório preliminar, vamos ter um entendimento melhor, sem estarmos sangrando outros tipos de programa, como sempre ocorreu.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Nada mais havendo a tratar, suspendo a sessão, convocando os presentes para as 14 horas e 30 minutos.

Obrigado ao Aurélio Viana e ao Deputado Eduardo Barbosa.





PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Havendo *quorum*, está reaberta a reunião.

A Comissão de Normas solicita apresentar seus informes inicialmente. Inverteremos a pauta, porque, em primeiro lugar, estaria a Comissão de Política.

Na parte da manhã, não aprovamos a ata da reunião anterior. Portanto, eu gostaria de saber se os Srs. Conselheiros têm alguma contribuição ou correção a fazer na Ata da Reunião nº 72.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Sr. Presidente, peço a palavra.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Concedo a palavra à Maria de Fátima.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Quando li a ata, não constatei aquela discussão da placa.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Ela consta, sim!

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Há os votos?

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Há os votos e o "aprovado". Os votos não estão nominais, pois não é essa a nossa praxe.

Há alguma sugestão?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Sendo assim, não tenho nenhuma sugestão a fazer.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Em votação a Ata.

As Sras. e os Srs. Conselheiros que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Passo a palavra à Irmã Tereza, que falará pela Comissão de Normas.

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - Os Conselheiros têm em mãos a Ata da Reunião da Comissão de Normas, que está bastante extensa, pois a agenda estava muito cheia, com vários enfoques de suma importância que temos de tratar com a maior brevidade possível.

Farei um relato resumido. Eu gostaria que todos a tivessem em mãos. Há uma minuta de resolução a ser analisada.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Todos os Conselheiros a têm?

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - Seria interessante que todos a tivessem. Ela foi distribuída a todos.

Passou a integrar a Comissão de Normas o Conselheiro Marcello Queiroz de Oliveira, representante do Ministério da Saúde, que já entrou nos prestando grande colaboração.

Como informes da Comissão de Normas, trazemos alguns dados estatísticos levantados pelo Coordenador de Normas, José Ranieri. São dados muito interessantes - que estão sendo relatados a pedido de alguns Conselheiros - sobre o total de entidades registradas neste Conselho: são 13.873 (treze mil, oitocentos e setenta e três) entidades, sendo assim classificadas:

- Entidades registradas no CNAS: 7.195;
- Entidades registradas e portadoras de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos: 6.678.

Apesar da dificuldade, fizemos um levantamento por área de atuação:

- Assistência à Educação: 2.640;
- Assistência à Saúde: 2.180;
- Assistência Social: 5.276;
- Outras (entidades de múltiplas atividades ou de defesa de direitos): 3.777.

“Outras” são as entidades de múltiplas atividades, são mistas. É difícil fazer uma separação porque se tem de fazer a atualização estatutária.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Quanto à Assistência Social, são quantas entidades?

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - 5.276 entidades.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Essas são entidades registradas?

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - Registradas no CNAS.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - A senhora tinha falado do certificado. Quando somei, os números não estavam batendo.

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - Há outro assunto muito importante.

Ainda existem, tramitando na Coordenação de Normas, 79 processos em situação que chamamos de atípica. Atípica porque fogem da nossa rotina. São processos que contêm denúncias do INSS, fato esse que exige da Comissão agilidade nos procedimentos mais técnicos, eficientes e eficazes, dentro da normatização do Decreto nº 2.536/98 e da Resolução nº 177.

Como o INSS instalou a Gerência de Filantropia, será agilizado um contato com essa gerência para melhores esclarecimentos, a fim de serem traçados os procedimentos cabíveis e outros esclarecimentos que a Comissão de Normas necessite para analisar os processos, permitindo-lhes até o encaminhamento correto.

Tão logo isso esteja organizado, será dada ciência a todos os Conselheiros, pedindo-lhes sugestões para que possamos, assim, fazer um procedimento de maior compreensão para nós. Será também encaminhada planilha com informações detalhadas sobre os processos. Ainda não temos como fazer esses procedimentos de trabalho, porque eles serão feitos por meio de estudos e maiores esclarecimentos.

Quanto à orientação sobre a inscrição das entidades de educação e saúde nos Conselhos Municipais de Assistência Social, diante das incessantes solicitações de inscrições dessas entidades e da placa - que foi debatida duas vezes em Plenária -, elas estão suscitando melhores esclarecimentos, tanto por parte dos Conselhos Municipais, como das entidades, e não tem sido possível responder por escrito ou por telefone. O Ranieri fica quase sem tempo para cumprir suas obrigações. Ele podia até nos prestar melhores informações sobre isso. É impossível trabalhar naquela sala da Comissão de Normas. Não temos nenhum entendimento mais seguro para dar uma resposta direta. No Manual de Capacitação para os Conselheiros, foram estabelecidos alguns critérios a respeito do assunto.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Esse é um assunto extremamente relevante, assim como a dificuldade dos Conselhos Municipais, principalmente para as entidades.

A Irmã Tereza traz ao Plenário entendimento da Comissão de Normas no sentido de que precisamos fazer uma organização com referência a essa orientação para os Conselhos Estaduais. O Presidente do Conselho de São Paulo está presente e sabe das dificuldades dos conselhos. Acho que o Conselho Municipal de São Paulo nem começou a funcionar.

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - O do Rio de Janeiro também.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - É preciso estarmos bem alinhados com referência a isso.

A Irmã Tereza fez uma sugestão na reunião. Ficou acordado que essa sugestão seria trazida ao Plenário. Não posso colocá-la em votação porque será passada pela Comissão de Normas, para que o Presidente Marco Aurélio, após análise, faça a aprovação *ad referendum*, trazendo a resolução ao Plenário na próxima reunião dos dias 20 e 21.

Informo aos Conselheiros que já ficou estabelecido, na Presidência Ampliada, que a Comissão de Normas fará essa recomendação que será passada diretamente a Estados e municípios, independentemente de passar no Plenário. Por isso,

é importante estarmos bem atentos ao que a Irmã Tereza está falando, porque estamos dando um voto de confiança total a ela. Só veremos o fechamento depois que for encaminhado para Estados e municípios.

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - Eu gostaria de deixar bem claro que será comunicado a cada Conselheiro - acatando sugestões das demais Comissões - e, depois, será elaborado e aprovado *ad referendum*. No entanto, em primeiro lugar, haverá o estudo agilizado, com solicitação da colaboração das demais comissões. O estudo tem que ser agilizado para ontem.

Solicito aos Conselheiros que ouçam uma consulta sobre entidades a nós dirigida. Colocamos a Instituição Paulista Adventista de Educação e Assistência Social. Não foi feita só essa consulta, mas outras, como de Conselhos Municipais e Estaduais. Trata-se de grande responsabilidade, de urgência urgentíssima.

Estou à disposição de quem tenha algum questionamento a respeito desse posicionamento.

Quanto à minuta de resolução, na Comissão de Normas, procurando resolver com mais brevidade todos os problemas relacionados aos processos pendentes dentro do CNAS, seja de 1994 ou já com mais de cinco anos, deparamo-nos com casos de entidades punidas com a perda de prazo da renovação de CEFF. Quando foram expedidos os primeiros certificados, não constava nele o seu período de validade. Há muitas entidades



que têm esse tipo de certificado sem validade, nem data de início nem de término. Trouxemos o assunto aqui e o encaminhamos à Presidência.

Os Srs. Conselheiros têm em mãos uma minuta de resolução que será lida, analisada e comentada. Encaminho à Presidência, a fim de que seja feita a leitura, comentários e, se possível, colocada em votação, para agilizarmos os processos pendentes.

Solicito à Conselheira Dora que profira à leitura da resolução.

DORA SÍLVIA CUNHA BUENO - Passo a ler a minuta de resolução:

"O Plenário do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, em reunião ordinária realizada no dia .... de outubro de 2000,

Considerando o inciso III do artigo 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que atribui competência ao Conselho Nacional de Assistência Social para fixar normas para a concessão de Registro e Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos às entidades privadas prestadoras de serviços e assessoramento de assistência social;

Considerando o Parecer da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência e Assistência Social - CJ/MPAS nº 1.480, de 19 de agosto de 1998, que orienta o Conselho a regularizar o prazo de validade dos Certificados de Entidade

de Fins Filantrópicos que foram emitidos sem o estabelecimento de nenhum indicativo de seu respectivo prazo de validade;

Resolve:

Art. 1º - Determinar a revisão dos pedidos de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos que tiveram sua renovação prejudicada em razão da ausência do indicativo do prazo de validade, no certificado anterior.

Art. 2º - Para comprovação do enquadramento da instituição na referida Resolução, a mesma deverá requerer revisão da decisão anterior, fazendo constar, anexa ao pedido, cópia xerox do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, emitido sem a especificação do início e término do seu prazo de validade.

§ 1º - A revisão do pedido de Renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos deverá obedecer às regras e aos critérios fixados pela legislação vigente à época do pedido.

§ 2º - O CNAS poderá baixar o processo em exigência, a fim de que sejam atendidos os requisitos formais.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.”

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Em discussão a minuta de resolução. (Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Conselheiros que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

Concedo a palavra à Irmã Tereza para que dê seqüência aos informes.

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - Ainda temos de fazer uma observação a respeito do manual aprovado pela Comissão de Normas, fazendo sugestões quanto à atualização do mesmo, inclusive a inclusão da parte da capacitação de Conselheiros.

Acatamos a sugestão do Conselheiro Marcello de que o Manual de Orientação fosse classificado por assunto, o que facilita seu manuseio, como encarte, para que possam ser feitos acréscimos, uma vez que o manual necessita de atualização periódica.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Com referência aos temas comuns, eu deveria tê-los tratado antes. No entanto, a Irmã Tereza tocou num ponto importante. As coordenações já estão sofrendo algumas demandas sobre o manual, o qual levamos para a capacitação de Fortaleza e as pessoas ficaram bastante interessadas. Ele passou, primeiramente, para solicitação de contribuição, em todas as Comissão e, depois, pela aprovação. O Ranieri já está fazendo mudança no manual, atualizando a 177 e a 178. As outras coordenações também estão sempre fazendo alterações.

O motivo pelo qual queremos a aprovação das comissões e, obviamente, do Plenário - já que as comissões o fizeram -, é porque pretendemos que a concepção do manual fosse aprovada por todos. Há revisões sendo feitas e serão feitas cada vez que surgirem novas demandas.

Informo aos Conselheiros que, depois de já ter passado por todas as comissões, colocarei o manual em votação e, após sua aprovação, ele será distribuído e servirá como manual do CNAS.

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - O Secretário-Executivo também fez observação a respeito do Parecer nº 2.272, de 2000, da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência e Assistência Social, que os Conselheiros têm, em anexo, sobre o questionamento dessa instituição.

Esse é apenas um informe para atentarmos para os prazos das entidades. Há uma pequena divergência que será dirimida, tão logo a Comissão de Normas e a Gerência de Filantropia do INSS venham a fazer o estudo em conjunto. A lei fala de 10 dias, enquanto aqui a orientação é de 30 dias. Essa dúvida tem de ser dirimida. Seria interessante que todos tomassem conhecimento desse parecer sobre competência.

Quantos aos temas do mês de dezembro, a Comissão ficou em aberto, fechando com as demais comissões.

Quanto ao julgamento de processos, havia 28 processos. Tivemos de correr contra o tempo. Vou ler apenas o

nome de cada um com as devidas decisões. Vinte e oito processos foram analisados e já têm decisão.

- Fundação Educacional Padre Luiz Luise - diligência;
- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Brumadinho - deferido;
- Associação Beija-Flor - diligência;
- Jesus Maria e José, Instituto Educacional - diligência;
- Associação Comunitária dos Moradores do Povoado de Pedro Lino - diligência;
- Associação Berço de Belém - diligência;
- Centro Espírita Luz da Escol - diligência;
- Colégio do Sagrado Coração de Jesus - deferir registro e CEFF;
- Fundação Educacional Aroeira - diligência;
- Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio - manter indeferimento;
- Instituto Isabel - indeferir;
- Instituto Ofir Loiola - diligência;
- Instituto Nossa Senhora do Carmo - pedido de vista pela Conselheira Irmã Tereza;
- Comunidade S8 - deferido;

- Fundação Brasileira de Teatro - devolver o processo à Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência;
- Associação Beneficente Robert Bosch - conceder vista do processo à Conselheira Dora;
- Centro de Reabilitação Vita - deferido;
- Colégio Nossa Senhora das Graças - deferido;
- Instituto Brasileiro de Administração Municipal - diligência interna - INSS;
- Associação do Hospital Evangélico do Rio de Janeiro - diligência interna - Ministério da Saúde;
- Associação de Beneficência Nova Jerusalém - diligência;
- Sociedade Civil Corpo de Bombeiros Voluntários de Nova Petrópolis - diligência;
- Escola de Futebol Craques do Ano 2000 - diligência;
- Fundação Faculdade Regional de Medicina de São José do Rio Preto - deferido;
- Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR - retirado para conclusão de parecer técnico;
- Fundação Instituto de Telecomunicações - Finatel - deferido;

- Fundação Instituto de Telecomunicações - Finatel  
- deferido;
- Pró-Saúde - Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar - manter o Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos - CEFF, que não é o caso de cancelamento.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Consulto os Conselheiros se há alguma consideração com referência às decisões da Comissão de Normas. Caso contrário, a Plenária reforça todas as decisões tomadas pela Comissão.

Todos os Conselheiros concordam? (Pausa.)

Aprovadas.

IRMÃ MARIA TEREZA DINIZ - Foram traçados procedimentos de agilização nos andamentos dos processos.

Estão encerrados os informes da Comissão de Normas.

Coloco-me à disposição se algum Conselheiro quiser fazer alguma observação.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Há alguma consideração quanto à Comissão de Normas? (Pausa.)

Passamos à Comissão de Política.

Concedo a palavra à Conselheira Léa.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Apresentarei os informes da Comissão de Política, considerando a discussão lá havida. Creio que todos têm em mãos a ata da reunião.

Ontem, participaram da discussão da Comissão de Política da Assistência Social eu, Marco Aurélio, Antônio Brito, Eduardo Barbosa e Edilson.

Dos temas comuns às comissões temáticas do CNAS, em primeiro lugar, houve uma informação das discussões dos Grupos de Trabalho. Primeiramente, GT de Capacitação. Houve uma solicitação de capacitação ao CNAS por parte do Conselho Estadual e do Conselho Municipal de São Paulo, considerando a importância de que essa capacitação ocorra brevemente, não aguardando aquela capacitação mais regionalizada. Foi, então, aprovada essa capacitação e definido o período para 7 e 8 de dezembro. A comissão avaliou a importância e a necessidade de se manter o mesmo grupo que ficou responsável pela capacitação no Ceará para essa capacitação em São Paulo.

Era essa a informação. Alguém quer fazer alguma observação? (Pausa.)

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Como foi aprovada, solicitarei ao Presidente do Conselho de São Paulo, José Luiz Gaeta Paixão, que foi convidado para estar aqui conosco, que apresente esclarecimentos sobre o tema.

Foi extremamente importante a solicitação para que o Estado de São Paulo tivesse a capacitação nos dias 7 e 8 de



dezembro - como definimos - pela Comissão de Política. Depois apresentarei ao Plenário para votação.

O Presidente do Conselho de São Paulo teve a gentileza de se deslocar do Estado de São Paulo para cá, participando, desde ontem, de nossas reuniões, discutindo com os Conselheiros e estando todo o dia de hoje aqui, passando por essa capacitação e treinamento. Também estamos nessa capacitação.

Passo a palavra ao Sr. José Luiz Gaeta Paixão para, se quiser, fazer alguma referência.

JOSÉ LUIZ GAETA PAIXÃO - Boa-tarde para todos.

Muito recentemente, acabamos de assumir o CEAS de São Paulo, que, de tão diferente, se chama Conseas. Já havia um CEAS, com "c", em São Paulo, que, aliás, foi extinto.

Não fizemos campanha nem pertencemos ao Conselho. Por uma questão de injunção política, fomos levados à Presidência. Para minha perplexidade, percebi que São Paulo poderia avançar bem mais em suas tarefas, por dispor de muitas universidades, massa crítica, *expertise* etc. Percebemos que temos muito a avançar, desde a capacitação do nosso próprio Conselho à interlocução com os Conselhos Municipais de Assistência Social, às informações que não são repassadas normalmente, para todos os conselhos, à própria estrutura do conselho que é deficitária.

Vimos solicitar ao CNAS que nos ajudasse nesse início, como ajudou a capacitação levada, ainda que experimentalmente, para o Nordeste. Assim, fizemos a solicitação para os dias 7 e 8 de dezembro, a fim de que, em primeiro lugar, houvesse tempo de nos prepararmos; segundo, para que, paralelamente, comemorássemos o sétimo aniversário da LOAS - dias 7 e 8 são, respectivamente, os dias da promulgação e da publicação -, dando início a todo um redirecionamento do Conselho.

Já tomamos algumas medidas na montagem da estrutura de uma secretaria executiva; já estamos fazendo algumas palestras internas para o Conselho sobre monitoramento, fundos etc. e estamos tentando criar as comissões técnicas, a fim de, no ano que vem, estarmos funcionando mais adequadamente.

Agradeço o grande apoio que estamos recebendo do Conselho Nacional de Assistência Social, que é muito importante para nós.

Muito obrigado. (Palmas.)

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Eu gostaria de complementar a informação sobre os Conselheiros que estarão lá.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Era exatamente o que eu ia falar.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Da Comissão de Normas, Dora e Cida, Conselheiras residentes no Estado; da Comissão de Financiamento, Fátima; da Comissão de Política, Tânia; e, na Coordenação Geral, Antônio Brito.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Esses foram os nomes discutidos nas comissões. Eu gostaria de colocá-los em debate no Conselho.

Srs. Conselheiros, esses nomes foram sugeridos porque não havia tempo hábil para se fazer uma organização da capacitação entre setembro e dezembro. Como o Dr. José Luiz mostrou dinamismo e interesse em trazer a discussão para São Paulo, o Conselho Nacional tem a obrigação e o dever de estimular os Conselhos Estaduais que estão nessa linha de atuação. Vimos que era necessário agir o mais rápido possível. Por esse motivo, definimos, nas comissões e na reunião da Presidência Ampliada - mas quem define é o Plenário -, que os nomes que compuseram a capacitação de Fortaleza seriam repetidos para a capacitação de São Paulo, porque já vêm de uma discussão em Fortaleza. Acrescentamos os nomes das Conselheiras Dora Sílvia Cunha Bueno e Maria Aparecida Medrado porque estão em São Paulo e na Comissão de Normas, e pela ausência do Conselheiro Paulo Coury, que saiu. Ele estava na capacitação de Fortaleza. Como Marcello está entrando, definimos que as pessoas de São Paulo, que já estavam na comissão, tocariam a orientação.

Apresento ao Conselho Nacional a sugestão dos nomes. Se há algum outro nome, façam a indicação; se não, consideraremos aprovados os nomes pela Plenária.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Tenho uma pergunta a fazer: se outros Conselheiros estiverem em trânsito, eles podem lá comparecer sem problema algum?

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - É claro que podem ir.

Depois, passarei aos informes. Peço à Tânia que me ajude nos GTs. Deixei-os para o final, para que as comissões mostrassem o trabalho. Discutimos isso no GT de Capacitação, na semana passada, e definimos que haverá ainda uma capacitação nossa, de Conselheiros, para que haja um nivelamento - uma calibragem, como ela disse.

Fechamos os nomes dos integrantes da comissão que irá organizar, mas é evidente que os demais Conselheiros de São Paulo - além de você, Cláudio Luiz Lottemberg - ou os que estiverem presentes lá podem ir. O Presidente do CEAS não iria se opor a isso.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Dou minhas boas-vindas ao velho amigo José Luiz Paixão. Conhecemo-nos há longa data. Nosso Conselho se sente honrado com sua presença.

Eu gostaria de saber qual é o público-alvo que estará presente nesse treinamento.

JOSÉ LUIZ GAETA PAIXÃO - No Conselho Estadual, estamos pensando principalmente em multiplicadores que possam reproduzir, depois, a capacitação nas vinte e poucas divisões regionais de São Paulo.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Seriam quantas pessoas?

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Duzentas pessoas.

JOSÉ LUIZ GAETA PAIXÃO - Talvez, até menos.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Menos?

JOSÉ LUIZ GAETA PAIXÃO - Cem pessoas, talvez, fosse o ideal.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Já há alguma idéia do local?

JOSÉ LUIZ GAETA PAIXÃO - Ainda não. Eu estava esperando a confirmação. Em breve, vamos verificar.

Mais uma vez, muito obrigado a todos.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Sabemos que o senhor é um apaixonado pelo Assistência Social, como diz seu nome. (Risos.)

Passo a palavra à Conselheira Léa para que dê seqüência ao assunto.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Quanto ao Benefício de Prestação Continuada, foi apresentada a discussão feita pelo GT, que contou com a participação de Carlos Ajur, João Batista e Deusina, que, na semana passada, tiveram uma reunião específica para discussão do BPC. Talvez eles tenham alguma questão a complementar.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Vamos deixar para os temas comuns e fechamos os GTs.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Essa reunião trouxe a informação de que a SEAS fará uma reunião ampliada em novembro para discussão do BPC. O encaminhamento levado à Comissão e lá aprovado foi a participação de um representante do CNAS nessa reunião ampliada da SEAS sobre a revisão do BPC. Por se tratar de uma reunião com a participação de todos os Estados brasileiros, será uma oportunidade de se obterem mais informações acerca do processo de revisão como um todo.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) -

Posteriormente, trataremos do assunto nos temas comuns. Como são assuntos fechados, há muitas demandas. É importante que Léa e Fátima passem os entendimentos das comissões, para que, na hora das decisões, tudo esteja esclarecido.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Em relação ao Decreto nº 1.817, que trata das eleições da sociedade civil, a Comissão propõe que esse assunto seja retirado da pauta da reunião ordinária - que seria a reunião de hoje - para que os Conselheiros avaliem melhor as propostas de alteração feitas pelo GT.

Reuniram-se no GT, na semana passada, Tânia, Fátima, Brito e João. Foi apresentada a sugestão de que o assunto volte à pauta na próxima Plenária, no mês seguinte, e que, até lá, tomemos conhecimento da proposta, podendo discutir e nos pronunciar a respeito.

Em relação aos critérios de partilha, a discussão foi feita no GT com as participações da Ângela, Fátima e Tânia. Foi apresentada uma resolução, já distribuída aos Srs. Conselheiros. Foi feita proposta de alteração da resolução: que seja excluída a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do texto, com o entendimento de que cabe à SEAS o levantamento dos dados e não a nós a indicação da fonte. Podem ser o IGBE e outros que ela julgar necessários.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Conselheira Fátima, eu gostaria que a senhora levasse à pauta da Comissão de Financiamento esse modelo de resolução que discutimos na Presidência Ampliada com a sugestão da Comissão de Política.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Há uma outra alteração: substituição de Comissão de Financiamento por Conselho Nacional de Assistência Social.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Subtrai-se o parágrafo único.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Essa discussão será, então, retomada com a Fátima na Comissão de Financiamento.

Quanto à III Conferência Nacional de Assistência Social, a Comissão de Política propõe que a Coordenação Geral da conferência seja feita pelos Conselheiros Antônio Brito, Léa Braga e Tânia Mara Garib.

Visando à ampla divulgação da III Conferência com a devida antecedência, a Comissão de Política propõe a minuta da Portaria de Convocação da III Conferência Nacional de Assistência Social para aprovação deste colegiado.

A Comissão propõe que o CNAS encaminhe às Secretarias Estaduais de Assistência Social ofício informando sobre a conferência e solicitando que os Estados incluam, na sua previsão orçamentária para 2001, recursos que garantam a



realização das conferências estaduais e a participação dos delegados do seu Estado.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Há duas situações a serem citadas aos Conselheiros. Primeira, com referência à portaria, que saiu em cópia, da Comissão de Política: é uma minuta de portaria. A Coordenadora de Política, Dorinha, fez uma avaliação da anterior. No entanto, ficou definido, na reunião da Presidência Ampliada e no conjunto das Comissões, que qualquer definição de nomes ou qualquer definição com referência à portaria seria feita em novembro, visto que haverá uma reunião, na quarta-feira, às 14 horas, com todos os técnicos do Conselho para discussão de assuntos, como custo, orçamento e modelo da conferência. Essa discussão seria feita nas Comissões no dia 20 de novembro e, no dia 21, discutiríamos os nomes que comporão a Coordenação Geral da Conferência e também os assuntos operacionais pertinentes.

Houve uma reunião do GT, na terça-feira. Não chegamos a uma conclusão. Vários aspectos operacionais, como valor, espaço, realização, formação do evento, estavam sem substância. Estamos aguardando a reunião dos técnicos, com base na conferência realizada no ano passado, para que possamos, na reunião de novembro, fechar toda a parte de coordenação técnica e dos grupos.

O tema está sendo tratado com bastante antecedência. A conferência está sendo marcada para setembro. A portaria da conferência anterior, por diversos fatores, só foi publicada um mês antes, no dia 24 de novembro. Apesar da antecedência, estamos correndo no planejamento da III Conferência Nacional de Assistência Social.

Concedo a palavra ao Conselheiro Charles.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Tenho uma proposta sobre a conferência.

Considerando que a última conferência foi realizada há quatro anos e que houve um processo de mobilização nos Estados que viabilizaram conferências estaduais nesse ínterim - no final dos dois anos, nesse meio tempo, existiu um processo de produção e avaliação -, proponho que realizemos uma assembléia ampliada com os Conselhos Estaduais, tendo como ponto de referência o debate desse processo. Os estaduais que viabilizaram essas conferências têm muito a nos acrescentar na construção disso. A estratégia de enviar ofício a todas as Secretarias Estaduais se fortaleceria muito mais com a participação dos Estados que têm acúmulo de conferências intermediárias por um lado e, por outro lado, comprometeríamos muitos mais esses Estados para fazer o processo de mobilização nos municípios, na viabilização das conferências.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - É perfeita sua colocação. Não definimos nem no GT nem nas reuniões das comissões como seria feita a mobilização dos Estados, apenas prazo e quais documentos seriam enviados.

Sugiro ao Conselheiro Charles que faça a proposta no dia 21 de novembro, quando a conferência será discutida. Peço-lhe que aguarde um mês.

CHARLES ROBERTO PRANKE - De qualquer forma, o ofício vai sair logo.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - O ofício será enviado apenas com a informação de que haverá a conferência. O ofício é informativo.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Ele tem de ser encaminhado logo, alertando que eles têm de prever orçamento etc.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Ainda não entramos na discussão. Sua proposta é interessante para ser discutida nos dias 20 e 21 de novembro.

Passo a palavra à Conselheira Léa.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - O temário geral da Conferência, discutido pelo grupo, ficou sendo: Política de Assistência Social, uma Trajetória de Avanços e Desafios.

A idéia central do temário é fazer uma avaliação dessa Política. Essa frase será aperfeiçoada. Pode ser que ela não seja literalmente dessa forma, mas a idéia é a avaliação da Política e desse processo. A avaliação terá três eixos de orientação: gestão, controle social e financiamento. A tarefa agora é discutir os subtemas que irão, de fato, recheiar o tema geral da conferência, que contribuirá para que a avaliação seja feita nos três eixos.

Sr. Presidente, no encaminhamento, não entendi um ponto: a portaria será aprovada hoje ou será remetida para o próximo mês?

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Para o próximo mês. Há algumas questões, com referência à portaria anterior, sobre as quais a Dorinha estava com dúvida. Preferimos, então, discutir tudo na reunião das comissões.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - De qualquer forma, o assunto está em mãos para que possamos avaliá-lo.

Quanto ao Manual do CNAS, ele foi aprovado na Comissão, com sugestões de alterações e atualizações necessárias.

Os temas para a próxima reunião são Oscips, Terceiro Setor, utilidade pública. Essa é a proposta da Comissão.

Outro ponto: informes da capacitação regional realizada em Fortaleza.

O Conselheiro Antônio Brito fez uma avaliação geral da capacitação regional de Fortaleza, destacando os pontos positivos e o que precisa ser melhorado para as próximas capacitações.

O Conselheiro Edilson Azim fez uma avaliação positiva da capacitação, considerando-a como espaço de socialização das informações. A pouca adesão dos cinco Estados envolvidos na capacitação permitiu uma maior participação do Estado do Ceará. Houve uma avaliação muito positiva da capacitação lá realizada.

A Comissão indicou, como conteúdo para o boletim, as informações acerca da capacitação. São dois conteúdos: a conferência e a avaliação da capacitação. Ela traz uma avaliação mais geral da capacitação e uma informação acerca dos desdobramentos, no próprio Estado, no processo de continuidade e multiplicação da capacitação.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Referendando, Léa, há também a Comissão de Normas. Você falou que, no boletim, só havia conferência e capacitação. Lembre-se de que virá um texto da Comissão de Normas.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Todavia, a proposta da Comissão de Política são esses dois assuntos.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Desculpe-me.  
Eu estava falando em linha geral.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Está pensando no todo,  
não é?

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Estou.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Já adiantei quanto à  
minuta do boletim informativo.

A Comissão de Política propôs que seja divulgado no  
boletim de informações:

- avaliação da capacitação de Conselheiros de  
Assistência Social realizada em Fortaleza;
- informações gerais sobre a III Conferência  
Nacional de Assistência Social.

O conteúdo apresentado deverá ser revisado pela  
Assessoria de Comunicação do MPAS para adaptação em linguagem  
jornalística. Fazemos esse destaque porque trabalhamos o  
conteúdo e não estávamos preocupados com a redação específica  
do boletim.

Foram esses os assuntos gerais da Comissão.

Houve um ponto específico: apreciação e aprovação  
do relatório de capacitação regional de Conselheiros de  
Fortaleza. A Comissão aprovou o documento e sugeriu que ele  
fosse encaminhado aos Conselhos Estaduais de Assistência

Social para conhecimento. A proposta é que o relatório aprovado ontem seja socializado com os Conselhos Estaduais para que tenham conhecimento das informações e do processo como um todo. Da mesma forma, será remetida para os participantes do evento uma cópia do documento, com uma solicitação para que eles avaliem e contribuam. Uma vez que eles participaram do processo, tendo recebido o relatório, eles podem se reconhecer na discussão e contribuir para ela. Estipulamos prazo até 10 de novembro para que as informações sejam devolvidas ao CNAS. Aí, então, trabalharemos a versão final do documento.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - A ser aprovado até o dia 21 de novembro, para ser remetido a São Paulo.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Após o fim desse prazo, o CNAS incorporará as sugestões e encaminhará o documento para São Paulo, como subsídio para capacitação.

Foram essas as discussões da Comissão de Política da Assistência Social.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Passo a palavra à Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - O Conselho Estadual do Paraná solicita que os boletins tenham uma periodicidade menor, que sejam mais freqüentes. Eles estão sentindo falta da presença do Conselho Nacional de Assistência Social. Eles não têm recebido muitas comunicações; têm enviado algumas questões, das quais não têm recebido respostas ou, quando as recebem, chegam com muito atraso. Eles fizeram algumas críticas e sugestões. Concordei com eles e trago o tema para ser assumido pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Espero que todas as questões sejam encaminhadas aos Conselhos Estaduais.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Sua proposta é a diminuição dos dois meses ou a agilização nesse tempo?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Agilização.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Já que você está no Estado, pergunto-lhe: chegaram informações aos Conselhos Municipais?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Fizemos exatamente esta crítica: teríamos também de fazer divulgação nos Conselhos Municipais. Chegaram em alguns municípios, mas com dificuldades. A integração entre o Conselho Nacional, os



Conselhos Estaduais e os Conselhos Municipais é fundamental para a descentralização da Assistência Social.

Deixo registrado o recado do Conselho Estadual do Paraná, feito com freqüência e ênfase.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Peço à Conselheira Fátima, também Conselheira do Conselho Estadual do Paraná, que pergunte àquele Conselho se já enviaram a atualização cadastral do Conselho dessa região.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Já enviaram.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Aos demais Conselheiros, perguntem nas suas regiões, para que atualizemos constantemente os dados. Temos uma mala de direta com 3 mil conselhos, o que pode ser ampliado a depender da constante informação de Conselhos Estaduais.

Passo a palavra à Conselheira Dora.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Eu gostaria de saber se já estamos em condições de, no próximo boletim, enviar mala direta para as entidades que têm registro no Conselho.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Registro ou certificado?

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Registro ou certificado, o que seja.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - A Soraya informou que o sistema já está sendo ampliado para rodarmos mala direta. Não sei se já teremos para este de agora porque está muito em cima.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - O Conselho Estadual de São Paulo recebeu muito poucos exemplares. Quase não foi possível distribuir para as 22 regionais.

LÉA LÚCIA CECÍLIO BRAGA - Também sugiro o aumento do número de exemplares. O Conselho de Belo Horizonte e outros de que tenho conhecimento têm xerocado e distribuído em suas Plenárias. O procedimento é interessante porque garante o conteúdo, mas se perde a qualidade da apresentação.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Estamos hoje distribuindo 10 mil boletins. Temos de consultar qual nosso orçamento para fazer a duplicação desse número ou, pelo menos, a distribuição de 15 mil. Dependemos de recursos. Peço a Soraya que tome as providências.

Passo a palavra à Conselheira Fátima para que proceda aos informes da Comissão de Financiamento.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - A Comissão de Financiamento contou com a presença de Ana Maria de Rezende Chagas, Conselheira Suplente do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Humberto Araújo; João Batista Lima Filho, Maria de Fátima Ferreira, Gilson Assis Dayrell, Charles Roberto Pranke, Sonia Faustino e José Menezes Neto. Esse último foi o convidado da SEAS para prestar esclarecimentos.

Os assuntos tratados:

I - Temas comuns às comissões temáticas:

1. Informes da capacitação regional realizada em Fortaleza/CE.

A Comissão de Financiamento tomou conhecimento e propõe para dezembro a capacitação dos Conselheiros do CNAS. Havia duas datas previstas. Nós as analisamos e achamos que novembro estaria muito próximo. Como de novembro para dezembro haveria um período curto de tempo, achamos melhor deixar para dezembro, a fim de que realmente estejamos já com todo o material e até com a experiência de São Paulo, que, provavelmente, já seria feita com material novo.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) -

Posteriormente, a Tânia falará sobre os GTs porque participou de todos. Creio que ela só não participou do BPC, sobre o qual o João falará.

Essa observação da Comissão de Financiamento é muito importante. Havia a preocupação de que a capacitação

fosse feita com um material que pudesse, depois, ser utilizado por nós Conselheiros, em capacitação. Se amanhã o Presidente Marco Aurélio receber um convite para uma palestra sobre financiamento e a Conselheira Ana, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, for designada, ela já irá para a palestra com um material que será, depois, usado por João Batista e Tânia. Ou seja, que todos tenham o mesmo material. Isso é fruto da capacitação de Fortaleza, onde sentimos que precisávamos de um material uniforme. Mesmo que falássemos de forma diferentes, se todos falassem com *datashow*, que o fizessem usando as mesmas transparências. Esse foi um dos motivos pelos quais retardamos a capacitação, que seria feita amanhã.

Com essa sugestão da Comissão de Financiamento, determinamos novembro ou dezembro porque não saberíamos se haveria tempo de preparar esse material - que deve ficar pronto, se não me engano, até 10 de novembro - para nossa capacitação, em novembro.

Submeto à apreciação dos Conselheiros essa proposta, que considero interessante, para que já determinemos o mês de dezembro como o momento para nossa capacitação, evitando-se confusão de datas.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - E para que todos fiquem sabendo que será no dia 13 de dezembro, não precisando haver duas datas previstas.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Tal definição é importante, para que os Conselheiros estejam presentes.

Para quando está prevista a próxima reunião?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Para 11 e 12 de dezembro.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Sendo assim, a data seria 13 de dezembro, quarta-feira.

Todos os Conselheiros concordam? (Pausa.)

Fica aprovada a data de 13 de dezembro para a capacitação.

Conselheira Fátima, sua proposta foi muito boa.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Obrigada, mas essa foi a proposta da Comissão de Financiamento.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Quando falo da senhora, falo da Comissão como um todo.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Nós entendemos.

O terceiro ponto, dentre os temas comuns, foi a apresentação da minuta do II Boletim Informativo do CNAS. A Comissão não recebeu a minuta do II Boletim.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Ainda não foi feita a minuta.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Passo, portanto, ao quarto ponto: informes dos GTs. Discutimos o GT sobre critérios de partilha. Na época, constava da resolução que a Comissão de Financiamento ficaria responsável por ele. Houve interferência do Presidente do CNAS e ele foi encampado pela Comissão de Política e no fim não seria a Comissão, mas, sim, o CNAS.

Ontem, na Reunião Ampliada da Presidência, discutimos o assunto e chegamos à conclusão de que, realmente, é o CNAS que deve acompanhar. No entanto, dentro do CNAS, é evidente que há os responsáveis mais diretos. Nesse caso, a responsabilidade mais direta estaria ligada à Comissão de Financiamento. Essa questão, debatida na Comissão de Financiamento, permanece sem alterações. Sendo assim, na próxima reunião da Comissão de Financiamento, será definida a operacionalização do acompanhamento dos estudos a serem realizados pela SEAS para a implantação dos critérios de partilha para 2002. Com a extinção do GT de Acompanhamento e sua reativação só no ano 2001, determinamos que, dentro desse prazo, a Comissão faria o acompanhamento junto à SEAS. Essa foi uma questão uniforme dentro da Comissão: se deixássemos para 2001, provavelmente, chegariam aqui os mesmos critérios, o que acontece sempre na Assistência Social, quando não existe

vontade política - que não é só da SEAS, é nossa também. Não haveria contraposição alguma à SEAS. Pelo contrário, é um ponto positivo de o CNAS estar fiscalizando a definição dos critérios; prestando acompanhamento; se já houve algum estudo, passando-o, a fim de que, de repente, não chegue um enorme bloco para estudarmos e decidirmos. Já temos experiências sobre isso. Já poderíamos ir fazendo alguns estudos, levando-os, evidentemente, para o CNAS, como todas as questões. A Comissão de Financiamento não é deliberativa, ela apenas favorece um melhor encaminhamento das questões no CNAS.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Sugiro que seja feita a leitura da resolução sobre o tema, para sua posterior votação pelos Conselheiros.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Essa resolução não é daqui. Ela é da Execução Orçamentária do Trimestre.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Estou falando da resolução que se refere à Resolução/CNAS nº 339. Aquela que foi distribuída. Você fez referência às mudanças. Eu gostaria que o texto final fosse lido, para que pudéssemos aprová-lo.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Passo à leitura:

Minuta

Ministério da Previdência e Assistência Social

## Conselho Nacional de Assistência Social

## Resolução nº...

O Plenário do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, em reunião realizada no dia 17 de outubro de 2000, no uso de suas atribuições previstas na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e,

Considerando Ofício da Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS nº 130, datado de 7 de junho de 2000, em atendimento ao disposto no artigo 4º da Resolução/CNAS nº 339, de 7 de dezembro de 1999, sobre os Critérios de Partilha dos recursos financeiros da União para Estados, para o ano de 2001,

## Resolve:

Art. 1º - Manter os critérios de distribuição de recursos estabelecidos no artigo 1º da Resolução/CNAS nº 339, de 7 de dezembro de 1999, do ano 2000 para o ano 2001, inclusive no que se refere aos percentuais estabelecidos para os Estados e para o Distrito Federal constantes no anexo da citada Resolução, aguardando a realização de novos estudos pela Secretaria de Estado de Assistência Social/SEAS, necessários para adequação de novos critérios de partilha para 2002.

Art. 2º - A Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS providenciará o aperfeiçoamento dos estudos, a fim de que, na discussão do orçamento do ano 2002, novos



critérios sejam implantados, possibilitando uma repartição cada vez mais equânime dos recursos federais, estaduais e municipais.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Marco Aurélio Santullo

Presidente

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Passo a palavra ao Conselheiro Charles.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Isso entra no que discutimos na execução orçamentária. Fico receoso, principalmente quanto ao art. 2º, porque esses são critérios extremamente limitados para execução orçamentária do Fundo. Discutimos muito o assunto na Comissão.

Chegou-nos uma das interrogações do Conselho Estadual de Pernambuco, em que indagam ao Conselho Nacional se apoiamos entidades com fins lucrativos. Demo-nos conta de que os critérios não tocam em nada disso. Eles só dizem respeito à distribuição por Estados, mas não dizem ao Estado qual é o nível, para quem ou para quantos querem dentro daquele volume. Por exemplo, de 0 a 6 anos são tantos por Estados, mas, dentro disso, como entramos? Faço essa interrogação porque o art. 2º diz que "a Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS providenciará o aperfeiçoamento dos estudos, a fim de que, na

discussão do orçamento do ano 2002, novos critérios sejam implantados, possibilitando uma repartição (...)" . Podemos estabelecer que 50% dos recursos orçados dentro do Fundo Nacional sejam destinados para unidades de atendimento às crianças de 0 a 6 anos do Poder Público Municipal e os outros 50%, para entidades de atendimento comunitário. É nesse tipo de critério que teremos de começar a entrar um pouco mais.

Se o entendimento do Colegiado é que podemos trabalhar com algumas definições de critérios nesse ínterim - não só critério para mexer na distribuição dos Estados, mas em casos específicos que dão mais nitidez, na execução orçamentária -, teremos mais condições de fazer acompanhamento e controle sobre a execução orçamentária.

Minha dúvida é se isso é extremamente limitador ou se deixa aberto que nós, na condição de Conselheiros e de Conselho, poderemos trabalhar com maiores definições de critérios específicos.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Concedo a palavra à Conselheira Tânia.

TÂNIA MARA GARIB - Conselheiro Charles, esclareço que todos os Estados fazem a sua repartição do recurso federal. Somos engessados em três segmentos. Temos de lutar para acabar com isso. Temos de lutar para que tenhamos um recurso para a Assistência Social e que ele possa ser

distribuído de acordo com a necessidade dos Estados e dos municípios. Infelizmente, ainda não temos esse direito com o recurso federal porque ele vem engessado: tanto para criança, tanto para PPD, tanto para idoso. Temos de achar problemas dentro do tamanho do dinheiro e onde estão.

As questões apresentadas por você são e devem ser avaliadas nos critérios de partilha feitos pelos Estados para repartição de recursos. Apenas três Estados não fizeram essa proposta até o momento. Todos os demais a fizeram.

Faço um elo com sua proposta e sugiro à Comissão de Financiamento que solicite aos Conselhos Estaduais - que, em última instância, aprovaram os critérios de repartição dos recursos no âmbito do Estado - que os encaminhem ao CNAS, para análise das Comissões de Financiamento e de Política de que critérios foram esses, a fim de que tenhamos conhecimento das questões que preocupam a você e que são de suma importância na verificação do bom aproveitamento do dinheiro.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Você acha que estamos engessados?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Há duas questões. A primeira é a resolução que é a realidade em que nos encontramos. Essa resolução reflete nossa situação atual. A segunda questão são os estudos que a Comissão de Financiamento se propõe a fazer. Além de acompanhar os estudos feitos pela

SEAS para estabelecer novos critérios em nível federal de repasse de recursos, faríamos um outro trabalho pertinente, proposto pela Tânia: solicitar aos Estados com repasse de recursos - creio que todos já tenham o repasse - que nos enviem os critérios em que se basearam e como estão fazendo esse repasse de recursos. Com base nisso, teríamos um maior conhecimento e melhores considerações na hora de analisarmos o repasse do recurso nacional, a fim de que não seja engessada a passagem dos recursos para Estados e municípios, conforme dito pela Tânia.

A Comissão de Financiamento se propõe a fazer esse trabalho.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Coloco o assunto em discussão.

Passo a palavra ao Conselheiro Carlos Ajur.

CARLOS AJUR CARDOSO COSTA - O Conselheiro Charles abordou um aspecto sério, quanto à correspondência do Conselho Estadual de Pernambuco, em que perguntam se o CNAS apóia repasse de recursos para entidades com fins lucrativos. O CNAS tem que acordar para esse questionamento e responder ao Conselho de Pernambuco.

Nos Estados e nos municípios, ainda existem muitos convênios de entidades com fins lucrativos com recursos da Assistência Social, o que vem acarretando sérios problemas

para Estados e municípios. O CNAS deve responder ao Conselho Estadual de Pernambuco.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Discutimos esse assunto. Haverá, depois, a apreciação do relatório. O Charles se antecipou, colocando o tema.

Agradeço à Coordenação, que tem prestado grande apoio à Comissão de Financiamento. Há pouco, fui alertada pela Mercês de que esse foi um ponto de pauta discutido especificamente. Há algumas questões já levantadas quanto a ele.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Estendo os agradecimentos feitos a Mercês a todas as coordenações. As pautas são fechadas previamente com apoio da Dorinha, Mercês e Ranieri, que têm sido fundamentais para que tenhamos uma reunião, em Plenário, mais dinâmica.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Parabenizo o Vice-Presidente por estar falando sobre tal assunto numa reunião do CNAS. Para nós, coordenadoras, esse tem sido um suporte muito grande. Às vezes, esquecemos que esse suporte existe. Considero a questão muito importante.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Coloco em votação a minuta de resolução lida pela Conselheira Fátima.

Os Conselheiros que a aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovada, com abstenção do Conselheiro Charles.

Passo novamente a palavra à Conselheira Fátima para que dê continuidade aos assuntos da reunião da Comissão de Financiamento.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Depois dessa questão, não discutimos os outros GTs porque não houve tempo.

O quinto ponto dentre os temas comuns foi a escolha dos assuntos para as reuniões ordinárias. Em novembro, decidimos pelo Terceiro Setor, Oscips etc. Parece-me que houve unanimidade nas três comissões. Em dezembro, ficamos a definir. Por dezembro estar muito próximo, resolvemos analisar, depois das Oscips, qual seria a melhor questão a ser discutida.

Quanto aos assuntos específicos, o primeiro foi apreciação e aprovação do Relatório da Execução Orçamentária do Fundo Nacional de Assistência Social, terceiro trimestre. Trata-se de um tema importante não só para a Comissão de Financiamento.

Hoje, quando discutíamos sobre financiamento com o Conselheiro Eduardo e com o representante do Inesc, ficou patente a importância da discussão do orçamento. Não adianta discutirmos políticas etc. sem viabilização orçamentária. Portanto, foi levantada também a execução orçamentária. Se o

representante do Inesc tem razão, a Comissão de Financiamento terá de fazer uma séria autocrítica. Pelo que foi apresentado pela SEAS, ontem, com a presença de seu representante, José Menezes Neto, Coordenador do Fundo Nacional de Assistência Social, assim que foi feita a distribuição a todos os Conselheiros, tivemos a visibilidade de que o orçamento e a execução estão indo muito bem.

Segundo a SEAS, pelo plano de ações previsto até setembro, a execução é algo em torno de 100%. Com o final das eleições, a tendência é melhorar sensivelmente o pagamento dos recursos já empenhados. A segunda fase da revisão e auditoria do BPC já está prevista no relatório apresentado. Na coluna "meta prevista", devem-se excluir alguns itens, como Revisão e Auditoria dos Benefícios Assistenciais, Remuneração dos Agentes Pagadores do BPC-Idoso/PPD, Serviços de Processamento de Dados do BPC-Idoso/PPD, Serviço de Concessão e Cessaçao BPC-Idoso/PPD e outros.

O problema na execução orçamentária do FNAS são os 1.717 municípios inadimplentes com a CND - pasmem! -, porém a SEAS já está adaptando um novo programa para proceder ao pagamento segundo a legislação vigente.

Para a Comissão de Financiamento, o relatório apresentado pela SEAS leva a uma análise parcial da execução. Não é possível dar visibilidade às metas físicas executadas, o que exclui a análise da qualidade do atendimento. As metas físicas não foram analisadas.

## Encaminhamentos:

1º - Análise do Decreto e Portaria/SEAS e demais documentos sobre repasse de recursos diretamente às entidades, no caso de inadimplência com a CND.

Discutimos exaustivamente a questão da CND. Estão presentes os representantes da sociedade civil e um representante dos governamentais - os outros dois não estão presentes, mas estavam na reunião de ontem. Trata-se de uma questão extremamente importante para o Conselho como um todo. O Menezes falou que o repasse direto às entidades, mesmo com tantos municípios sem CND, era uma espécie de paliativo para que as entidades não deixassem de receber e fazer seu atendimento.

A Comissão entendeu que realmente não podemos inviabilizar que elas recebam, mas esses paliativos costumam se transformar em definitivos. De repente, caímos na cômoda situação de aceitar a exigência da CND. Assim, pedimos toda a documentação que a SEAS tem sobre esse paliativo. Vamos trazer a proposta do Deputado Eduardo Barbosa sobre a eliminação da CND. A Saúde eliminou a CND porque ela colocou a questão da vida: com a exigência de CND, seria impedido o repasse aos municípios e seriam colocadas em risco de vida milhares de pessoas. Porém, analisamos a assistência social e chegamos à conclusão de que, como a Assistência Social atinge uma população-alvo, que, às vezes, não tem condições nem de chegar ao SUS, aquela questão mínima de garantir a vida, também não



deveria ter exigência de CND. Decidimos também que analisaríamos o Programa Comunidade Solidária, porque os municípios que aceitaram esse programa serão livres da CND. Foi colocado um recurso a mais para quem assumisse o programa. Procuraríamos todos esses elencos.

A Comissão de Financiamento faz uma proposta ao CNAS no sentido de engrossar a proposta do Deputado Eduardo Barbosa em todos os níveis, a fim de elaborarmos um documento consistente para o Governo a fim de que a CND não seja mais exigida.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Passo a palavra ao Conselheiro João Batista.

JOÃO BATISTA LIMA FILHO - O dado mais relevante que ouvi de tudo o que ela falou quanto à CND foi: 1.717 municípios com CND vencida. Pasmem: dentre os quase 6 mil municípios brasileiros, apenas 3.200 são atendidos pela SEAS. Ou seja, mais da metade se encontra na situação mostrada pela Fátima, porque a outra metade sequer é assistida. Esses são dados oficiais da SEAS, apresentados pelo Menezes.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Trata-se de uma situação extremamente grave. A Comissão de Financiamento teve a clareza de colocar essa questão na ordem do dia. Parabenizo

a Comissão. Sou suspeita para parabenizá-la porque faço parte dela, no entanto, foi um grande avanço.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Concedo a palavra ao Conselheiro Tarcísio.

TARCÍSIO ZIMMERMANN - Eu havia destacado o Decreto nº 3.613. A leitura desse decreto, descontextualizado, permite uma abertura integral ao repasse de recursos diretamente do Fundo Nacional às instituições e até aos indivíduos. É disso que estamos falando, não é?

Manifesto minha preocupação. Rigorosamente falando, existe uma tensão permanente quanto à observância desse pacto constituído pela LOAS. Existe uma tensão permanente e muito forte não só no Governo Federal, como também nos demais níveis de Governo, de procurarem constituir programas fora dos fundos, programas que desviem os fundos. Um decreto como esse, formulado dessa forma, pode ser hoje uma alternativa para a CND e, amanhã, pode ser a porteira por onde passa toda a boiada, em todos os casos.

Eu gostaria que, ao menos, ficasse registrado que o decreto poderia e deveria ser bem mais específico, não abrindo esse flanco generalizadamente, como está fazendo.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Foi exatamente isso o que a Comissão viu. Concordo plenamente com o representante dos Estados.

Continuando os assuntos da reunião da Comissão de Financiamento, debatemos outro ponto relacionado a essa questão. Na discussão do Peti, queríamos saber alguns detalhes sobre esse programa. O Paraná recebeu 4 milhões para complementar o Peti e para serem utilizados até dezembro, quantia essa que não estava sendo esperada. Fiquei muito preocupada. Apesar de ser do Conselho Estadual do Paraná - Estado onde moro e atuo politicamente -, questiono se é aquele Estado realmente que precisa desses 4 milhões ou se o pobre de lá tem condições de gastar. O trabalho escravo infantil no Brasil existe há 500 anos: começou com os índios, passou para os negros, pobres etc. Não vamos acabar de uma vez com ele. Há Estados onde o trabalho infantil é muito maior. Fiz essas perguntas e o representante da SEAS disse que achava que deveria haver critérios.

Voltamos a solicitar a reunião da SEAS e Conanda, que já estava pautada, para discutir o Peti. Foi dito pelo Conselheiro Charles que essa foi uma sugestão do I Seminário Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, que ocorreu em maio de 2000. Além de o CNAS já ter apresentado essa proposta, além de ter sido manifestado num seminário em que participou o Brasil inteiro, trata-se de uma reunião pertinente. Não tenho nenhuma posição firmada, mas tenho dúvidas com relação ao

Peti, seu encaminhamento, onde existem os maiores focos de Peti etc. O Fórum de Combate ampliaria e fortaleceria a discussão. Proponho que junto a essa proposta se coloque o fórum.

Terceiro encaminhamento: análise de quais os programas/projetos/ações que devem compor o orçamento do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS. Tal assunto surgiu na última reunião, quando discutimos o orçamento. Houve problemas em saber se entram no Fundo Nacional áreas-fins ou áreas-meio da Assistência Social. Como existe uma resolução do CNAS estabelecendo somente áreas-fins, achamos que deveria ser aberta uma discussão sobre programas/projetos/ações que devem compor o FNAS, para que, nas próximas aprovações de orçamento, não mais tenhamos as dúvidas que não só nos incomodavam, mas também aos próprios representantes do Ministério e da SEAS, que estiveram presentes à nossa reunião, causando problemas no encaminhamento do orçamento no Conselho, o que deve ser evitado.

Por fim, a Comissão de Financiamento sugere a aprovação do relatório apresentado. Há a seguinte minuta de resolução:

“Resolução nº ...

O Plenário do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, em reunião ordinária realizada no dia 17 de outubro de 2000, no uso da competência que lhe conferem os

incisos VIII e XIV do art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS,

Resolve:

Art. 1º - Aprovar o relatório da execução orçamentária do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, do terceiro trimestre de 2000, apresentado pela Secretaria de Estado de Assistência Social - SEAS/MPAS, recomendando que, nos próximos relatórios, sejam incluídas as metas físicas executadas.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Marco Aurélio Santullo

Presidente do CNAS"

Tenho dois esclarecimentos a fazer. O primeiro: consideramos que a execução está em torno de 70%, o que não bate com a questão levantada pela manhã. Há casos zerados, mas que são mais nas emendas parlamentares. Na execução orçamentária do Benefício de Prestação Continuada, do SAC e dos outros programas, basicamente, quase 70% do Orçamento já está sendo executado. Sem as metas físicas, o trabalho fica muito dificultado. Para onde vão essas verbas, vão para crianças, quantas crianças, onde etc. etc.?

Para dar mais clareza ao assunto, a Mercês nos informou sobre o Ofício/CNAS/MPAS nº 367, que diz:

"Em cumprimento ao artigo 18, item X, da LOAS, solicitamos o relatório da execução orçamentária do Fundo

Nacional de Assistência Social - FNAS (meses de julho, agosto, setembro), com a inclusão das metas físicas realizadas, conforme Ofício/CNAS/MPAS nº 327, de 22 de março de 2000, e mapeamento dos recursos repassados aos municípios no exercício de 2000.

Aproveitamos para solicitar, ainda, o envio dos relatórios através de meio magnético.

Colocando-nos ao dispor de Vossa Senhoria, apresentamos nossos protestos de estima e consideração.”

Ou seja, já havia sido solicitado da SEAS. Por isso, seria importante que, na resolução, fossem colocadas as metas físicas.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Em discussão.

(Pausa.)

Não havendo quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Conselheiros que a aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovada.

Volto a palavra à Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Encaminhamento dos Conselhos Municipais de Assistência Social - CMAS.

A Secretaria de Políticas Sociais da Prefeitura da Cidade de Recife-PE solicita o posicionamento do CNAS sobre a celebração de convênios/contratos entre o Fundo Municipal de Assistência Social com instituições com fins lucrativos.

Encaminhamentos:

1º - A Comissão de Financiamento sugere oficializar à SEAS/MPAS, solicitando informar se já houve algum ato normativo e/ou orientação quanto à questão. Após o pronunciamento da SEAS, esta Comissão, juntamente com a Comissão de Normas, fará análise da matéria e a submeterá ao colegiado.

2º - A Comissão de Financiamento sugere estudos sobre critérios de repasse de recursos em questões específicas do Fundo Municipal de Assistência Social para as entidades, visando apontar para os Estados e municípios uma referência para avanços nesta questão.

Então, já estava, mais ou menos, colocada aquela discussão anteriormente feita.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Conselheiro Carlos Ajur, está satisfeito?

CARLOS AJUR CARDOSO COSTA - Sim.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - A Tânia me chama atenção de que há um encaminhamento anterior com

referência a um parecer da Consultoria Jurídica. Ela não está presente, no momento, e não me trouxe a notícia.

Passo a palavra ao Conselheiro João Batista.

JOÃO BATISTA LIMA FILHO - No sentido de preservar o que objetivamos, que é uma maior agilidade do CNAS, enquanto não se dá uma resposta concreta à Secretaria de Políticas Sociais da Cidade de Recife, que se mande esse encaminhamento como uma resposta provisória. Mostraríamos agilidade da nossa parte.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Deveríamos dar já uma resposta ao Conselho de Recife e encaminhar as providências que tomamos na condição CNAS.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Aproveitando que a Conselheira Tânia voltou, retomarei o que falei anteriormente.

Tânia, você havia me falado sobre o encaminhamento da Consultoria Jurídica. Estamos agora discutindo o encaminhamento do Conselho de Recife. Eu gostaria que você nos relembresse o assunto.

TÂNIA MARA GARIB - Quem trouxe esse assunto para ser discutido no Conselho Nacional de Assistência Social foi o Presidente da Febiex. Os Conselheiros antigos devem se lembrar



disso. Nós pedimos uma avaliação para a Consultoria Jurídica em relação a isso, porque a LOAS não diz nem sim nem não. Ela não impede que se utilize a Lei nº 8.666 para se fazerem contratos onde há necessidade do serviço.

O que deve ser discutido neste momento é que estamos numa situação nova. A sugestão da Comissão de Financiamento é correta, mas a Prefeitura de Recife, como a de Curitiba e outras que nos consultaram no País inteiro, precisam de uma solução imediata. Essa solução imediata, até que novo estudo seja realizado, deve ser feita com esse encaminhamento da Comissão de Financiamento.

Qual é o fato novo? Quando foi concebida aquela análise jurídica e quando as entidades com fins lucrativos faziam contrato para atendimento em reabilitação - isso é específico para clínicas de reabilitação da pessoa portadora de deficiência -, não existia, no Ministério da Saúde, o pagamento para habilitação e reabilitação, que hoje é uma realidade. Aliás, o Ministério da Saúde paga muito mais do que a SEAS.

Essa questão foi levantada no momento da discussão da portaria. Houve toda uma discussão que levou a que a portaria que trata dos procedimentos incluísse em um dos seus artigos - não sei especificamente qual, mas lembro do assunto - que, até que o Ministério da Saúde incorporasse todas as ações de habilitação e reabilitação, permaneceriam essas ações

como modalidades de atendimento no âmbito da Assistência Social.

Resumindo, Sr. Presidente, penso que dois encaminhamentos devem ser feitos. Primeiro, responder à Prefeitura do Recife, embora eu já tenha enviado, como Colegiado de Gestores Municipais, uma cópia do parecer jurídico. O Conselho Nacional deve responder oficialmente que existe um parecer jurídico. Se eles quiserem, acatem-no ou não. E que, acima disso, pela nova situação, pelos novos encaminhamentos, pela incorporação do Ministério da Saúde, atendendo questões de reabilitação que não havia naquele tempo, o CNAS está tomando os seguintes procedimentos, que são esses que a Comissão de Financiamento sugere.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - O Conselho concorda com essa sugestão?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Plenamente.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Soraya acaba de me trazer o parecer. Vamos tirar cópia para os Conselheiros. Vocês preferem agora? Já foi entregue cópia desse parecer aos Conselheiros, mas vamos distribuir novamente.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Há Conselheiros novos. No desenrolar do meu assunto, pode-se tirar cópias. Ainda há um item.

JOÃO BATISTA LIMA FILHO - A Prefeitura de Recife terá resposta?

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Sim. Por isso, perguntei ao Conselho se concorda com o encaminhamento. Com a concordância, encaminharemos esse ofício a Recife, informando do parecer e, posteriormente, daremos seguimento ao estudo.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Ainda há dois pontos rápidos.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Quanto ao próximo ponto, chamo o Secretário-Executivo, Dr. Hélio, para vir aqui na frente rapidamente.

Você entrará agora no ponto do SICNAS, não é?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Sim.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - O Dr. Hélio, Secretário-Executivo, tem feito um trabalho muito importante, juntamente com as coordenações, sobre o SICNAS. Como será esse

o tema abordado agora, é interessante que ele, se quiser, faça alguma consideração.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - A Conselheira Ana Maria Chagas, do Ipea, apresentou relatório sobre o Sistema de Informações do CNAS, que ficou de ser analisado pelos Conselheiros da Comissão e pautado para a próxima reunião da Comissão. Ela fez um documento extremamente sério. Como tomamos conhecimento do relatório na hora da reunião, achamos que, pela consistência dele, teríamos de tê-lo analisado anteriormente.

Proponho que a Ana tenha uma reunião com o Secretário-Executivo e chegue a uma proposta mais concreta, para que, na próxima reunião da Comissão, com a presença do Secretário-Executivo, voltemos à discussão desse ponto.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Conselheira Fátima, ela já tem o relatório?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Já.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Esse relatório poderia ser encaminhado.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Seria entregue a ele e, depois, marcariam uma reunião.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Se houvesse necessidade, eles marcariam uma reunião.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Eu gostaria que ele estivesse presente na reunião da Comissão, no momento da discussão dessa questão. Sendo assim, integraríamos o Secretário-Executivo.

TÂNIA MARA GARIB - Desculpem minha ignorância! O que tem a ver com a Comissão de Financiamento, comissão específica, o relatório sobre Sistema de Informações do CNAS?

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Foi uma sugestão da Comissão de Financiamento.

TÂNIA MARA GARIB - Esse é um assunto pertinente à Comissão de Normas, à Secretaria e às demais comissões, na medida em que são informações sobre as entidades. É lógico que a Comissão de Financiamento também pode participar, mas não é um assunto que deve ser analisado somente no âmbito da Comissão de Financiamento.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - A Comissão de Financiamento, assim como qualquer comissão, pode, sentindo a necessidade...

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Fátima, ela pediu uma abrangência. Concordo com a Tânia. Por isso, pedi ao Hélio que viesse aqui para fazer uma abordagem geral sobre o SICNAS, que ainda está sendo discutido na coordenação. Posteriormente, vai às comissões. No entanto, como o assunto foi tratado aqui em virtude de provocação positiva da Conselheira Ana Maria, aproveitei o momento para que o Secretário-Executivo,...

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Solicitado pela Comissão.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - ...solicitado pela Comissão, abordasse a matéria. A Tânia fez uma ponderação muito importante. O tema ainda não foi passado às outras comissões. No meu entendimento, houve uma antecipação da Comissão de Financiamento.

Passo a palavra ao Secretário-Executivo, Dr. Hélio.

HÉLIO DE CARVALHO MATOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Conselheiros, em relação ao SICNAS, não temos nenhuma dúvida de que o sistema de informação do nosso Conselho carece de informações mais confiáveis e de cruzamento de informações, fundamentais para a compreensão da Política de Assistência Social. O sistema existe há cinco anos e não teve manutenção.

Algumas informações nele existentes não são utilizadas e algumas que nos são importantes ainda não estão disponíveis.

Por isso, a Secretária Executiva esteve em reuniões com as coordenações para obter subsídios para que a Dataprev, nossa empresa de processamento de dados, pudesse fazer as modificações cabíveis. O sentimento de nossas coordenações é que cada uma delas têm necessidade de mais e melhores informações dentro do sistema. A Dataprev comprometeu-se conosco a melhorar o sistema, utilizando o subsídio das coordenações. É preciso que também haja subsídios das comissões respectivas, de Normas, de Financiamento e de Política.

Estamos no início de uma *perestroika* desse sistema, reestruturando-o. Há muito o que se fazer. Posso adiantar que a Dataprev já está trabalhando conosco e, em breve, teremos um sistema mais utilizável e adequado às nossas necessidades. Sendo um trabalho, a Dataprev vai cobrar do Ministério e o Gabinete do Ministro já me autorizou a fazer os aditivos pertinentes para o pagamento do serviço. A Dataprev já está trabalhando conosco e a temos para, todos os dias, inclusive nesta Casa, fazer modificações no sistema.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Sugiro ao nosso Secretário que, já tendo as contribuições das coordenações, remeta-as às presidências de comissões para que

tenham conhecimento, já que houve essa contribuição da Comissão de Financiamento.

HÉLIO DE CARVALHO MATOS - As Comissões receberão todas as atas das reuniões com a Dataprev. É fundamental a integração das coordenações com as comissões em relação ao SICNAS.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Está correto. A Tânia foi muito feliz quando disse que a Comissão apenas se antecipou. O encaminhamento será esse.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Como há uma sistematização feita pelo nosso Secretário-Executivo, organizada, e para evitar que as outras comissões comecem a se pronunciar, pedi a ele que nos passasse as informações para que soubéssemos como está sendo feito o trabalho. Daqui a pouco, a Comissão de Política entrará etc.

A sugestão é a seguinte: o Hélio encaminhará para Tânia, Fátima e Irmã Tereza atas do que está sendo feito e estará a disposição para qualquer sugestão.

HÉLIO DE CARVALHO MATOS - É importante frisar que a Dataprev está trabalhando permanentemente conosco para termos um sistema de informação adequado ao nosso Conselho.



PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - É importante o trabalho que está sendo feito no sistema porque informação é a base de tudo em nosso Conselho.

Passo a palavra à Conselheira Ana Maria.

ANA MARIA DE REZENDE CHAGAS - Agradeço o apoio do Sr. Secretário-Executivo, que considera que todas as comissões têm colaborações a dar.

Solicito que trabalhemos juntos e não, como Conselho, sendo informados depois do que já tem sido feito pela Dataprev e por vocês. O Conselho, assim como a SEAS, precisa de informações das entidades, dos Estados, de como anda a atuação na área da Assistência Social. Temos um cadastro riquíssimo que, até hoje, tem sido usado com fins administrativos e burocráticos de acompanhamento das entidades. Há uma riqueza enorme de informações que nunca foram disponibilizadas no Brasil e que estão dentro de todos os processos.

A Comissão sugere que esse tipo de informação seja aproveitado com finalidade estatística, para que conheçamos todas as variáveis que têm a ver com as entidades e com as ações específicas da área de Assistência Social.

Na resolução feita na reunião passada, em agosto, a Fátima me incumbiu disso. Tive uma reunião com o Ranieri, que me esclareceu muitos pontos, sobre como tem sido feito. Como eu não estava informada, ele me adiantou que vocês já estão trabalhando com a Dataprev. Podíamos juntar esforços em

todas as comissões, cada uma com sua ótica, dentro do que pode agregar. Tenho um certo receio de que vocês - SEAS e Dataprev - caminhem muito rápido e de que não os alcancemos. E, depois de já despendidos recursos e esforços, vejamos que há algumas lacunas no sistema que poderiam ter sido muito facilmente superadas.

Portanto, minha solicitação é o trabalho em parceria.

HÉLIO DE CARVALHO MATOS - Agradeço sua intervenção.

Temos de pensar não só no SICNAS, mas no sistema de informação da Assistência Social, o que envolve profundamente a integração da Secretaria de Estado de Assistência Social e o Conselho Nacional de Assistência Social.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Conselheira Ana Maria, dentro do que o nosso Secretário-Executivo falou, as coordenações estavam trabalhando num sistema já existente, com as informações que eles poderiam gerar.

Sua proposta é mais abrangente e serviria num segundo momento. Na próxima reunião, já podem ser discutidas como tema comum as contribuições ao sistema de informação. Nesse primeiro momento, avaliavam como estava o atual sistema. Por isso, o Secretário não passou informações em nível geral.

Como proposta da Conselheira Ana Maria, levaremos para as comissões, a fim de que todas avaliem o sistema de informações do CNAS.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Posso concluir?

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Pode.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Eu gostaria que o Secretário-Executivo aqui permanecesse.

Este documento da Comissão de Financiamento tem a execução orçamentária. Não entrei em detalhes porque é muito complicado, mas todos deveriam analisá-lo. O documento é assinado por mim, como Coordenadora da Comissão, e pela Mercês, Coordenadora pelo CNAS.

Lembro a todos os Conselheiros que hoje é o aniversário da Mercês. Cantemos "Parabéns" para ela. (Risos.)

(Cantam Parabéns Pra Você!)

(Palmas.)

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Que essas palmas constem da nossa Ata.

Finalizamos os informes de todas as Comissões. Colocaremos em votação as resoluções.

Temos duas comunicações a fazer. A primeira: o Conselheiro Eduardo Barbosa nos informou que não viria à

tarde, em virtude de reunião na Câmara com o Ministro da Fazenda, Pedro Malan. O Eduardo sabe muito bem como conduzir os trabalhos. A segunda comunicação: o Álvaro, que fará exposição, já está a caminho. Tínhamos dúvida se daria tempo para ele chegar. Segundo Soraya, ele já saiu da SEAS para vir aqui prestar informações sobre a CIT. E o Ranieri está vindo com as resoluções do CNAS.

Antes de colocar em votação as resoluções, eu gostaria de dar um aviso sobre os temas comuns. Invertemos a pauta para que as Comissões se pronunciassem. Farei uma exposição geral sobre os temas, para que fiquemos todos na mesma linha.

Com referência à capacitação, já foram realizados os informes. Houve a capacitação de Fortaleza e, nos dias 7 e 8 de dezembro, haverá a de São Paulo.

Quanto à necessidade de padronização do material a ser apresentado pelo CNAS, isso está sendo providenciado pelas coordenações para ser entregue até 10 de novembro. Esse material servirá como base para a capacitação dos Conselheiros.

No que diz respeito à aprovação do Manual do CNAS, já foi aprovado por todas as comissões. Eu gostaria de saber se os demais Conselheiros o aprovam.

Em votação o manual.

Os Conselheiros que o aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado o manual, ele será distribuído e sempre atualizado por todas as comissões.

Com referência à apresentação do *Boletim Informativo*, o Conselheiro Charles é o responsável pelo acompanhamento no âmbito do Conselho. Há duas ou três reuniões, foi repassada uma delegação ao Conselheiro Charles para que atualize o que a Conselheira Fátima pediu. Ou seja, que não precisemos passar em Plenária, a todo o momento, o boletim. Quando o Conselheiro Charles aprovar, não haverá problema, faremos o encaminhamento para evitar que tenhamos sempre essa preocupação. Ele tem feito isso normalmente. Conselheira Fátima, nós só atrasamos dessa vez por causa do fechamento de matérias. Ele já avaliou todas e as demais serão avaliadas por ele. O boletim entrou no que chamamos de "piloto automático". Automaticamente, ele será aprovado pelo nosso Conselheiro.

Quanto aos informes dos GTs, foi feita uma reunião. Peço a compreensão dos Conselheiros com referência ao adiamento da reunião de setembro. Houve uma mudança no Conselho. Havia cinco grupos de trabalho abertos e, há algum tempo, esses grupos não se reuniam. Por esse motivo, foi feita uma inversão. Convidamos os grupos de trabalho para que gerassem exatamente o que aconteceu aqui: dinamismo nos temas latentes nos grupos de trabalho.

O Grupo de Trabalho BPC se reuniu na segunda-feira com os Conselheiros Carlos Ajur, João Batista e Deusina, que

veio da SEAS. Ficou definido que, na primeira semana de novembro, haverá uma reunião ampliada da SEAS com os 27 Estados, que irão trazer notícias sobre a revisão do BPC. Se Deusina, Carlos Ajur e João quiserem complementar o assunto, poderão fazê-lo. Nessa reunião, haverá um representante nosso, que irá ter subsídios para a formação de um seminário para discussão do benefício.

Quanto ao GT de Capacitação, fechamos a capacitação de São Paulo; fechamos os nomes que a Conselheira Léa levou para a Comissão de Política e foram aprovados; fechamos toda a questão do material; e fechamos como seria o monitoramento da Região do Nordeste, conforme falei pela manhã. Foi realizada a primeira no Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Maranhão. Esse seria o monitoramento. O monitoramento seria feito numa base de retorno com informativos, preocupação com os conselhos capacitados, para que pudéssemos acompanhar os multiplicadores formados nos Estados que já foram capacitados.

Sobre o GT do Decreto, a Conselheira Léa já o expôs muito bem. Foi feita uma minuta do decreto que regulamenta as eleições da sociedade civil. Essa minuta será discutida na próxima reunião, para que possamos encaminhá-la ao Edson, que participou da eleição passada, a fim de que apresente formação jurídica etc. Soraya, é importante que isso seja distribuído aos demais Conselheiros a fim de que

contribuam para o decreto - mesmo não sendo sociedade civil, até o Governo - com algumas sugestões de trabalho.

O GT da Conferência se reuniu e traçou princípios gerais, pelos quais ficou estabelecido o tema da conferência - sobre o qual a Conselheira Léa já leu - e os três eixos: gestão, controle social e financiamento. Além disso, foi dividido em três grupos cujos nomes ainda não foram fechados: Grupo Logístico e Financeiro, Grupo Sistematização e Grupo Técnico, que discutirá o tema e a parte dos palestrantes da conferência.

Por fim, o GT sobre Critérios de Partilha foi absorvido pela Comissão de Financiamento e apresentou resolução aqui aprovada.

São esses os informes.

Informo aos Conselheiros que foi aprovado por todas as comissões - portanto, entendo que a Plenária também concorda - que, na reunião de novembro, trataremos do tema Oscips, conforme trazemos temas para debate. Peço à Conselheira Dora Cunha Bueno que se encarregue de sugerir nomes, porque ela tem sido uma defensora da discussão desse tema. Peço-lhe que sugira nomes para que façamos contato com o Ministério da Justiça etc.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Já sugiro o nome da Secretária de Justiça, Elizabeth Sussekind.

Tem que ficar claro que o convite será feito para duas pessoas, porque são dois momentos: Oscips e utilidade pública. São dois pontos diferentes. Não é Oscips/utilidade.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Esse é um ponto importante. O tema ficou em aberto porque discutiremos um pouco sobre o Terceiro Setor, que são os avanços - não a parte de filantropia, mas utilidade pública e Oscips. Assim, na próxima reunião, trataremos do tema.

Quanto à reunião de dezembro, ficamos de definir, em novembro, na próxima reunião, o tema que será discutido em dezembro.

Apresento aos Conselheiros - que receberam esta folha - o nosso logotipo, o símbolo da conferência anterior. Estamos passando-o aos Conselheiros porque, amanhã, ele será discutido na reunião com a parte funcional do Conselho. Provavelmente, o símbolo será mantido para a III Conferência. Estamos apenas socializando-o para que os Conselheiros que tiverem alguma sugestão façam-na, posteriormente, à Soraya. Esse logotipo será a base das discussões para a III Conferência.

Foram esses os temas comuns.

O Ranieri falará agora sobre as resoluções. Temos participado juntos de alguns eventos externos e na hora de falar, ele bloqueia. Disse a ele que, quando eu sair deste



Conselho, ele estará dando palestras extraordinárias. Dessa última vez, na Bahia, ele acabou falando. (Risos.)

Passo a palavra ao Ranieri.

JOSÉ RANIERI BRAGA - Relatório das resoluções aprovado *ad referendum* do Colegiado.

No quadro, há uma resolução de 2/8/2000; 13 resoluções de 10/8/2000; uma de 28/8/2000 e 7 de 4/9/2000.

Do dia 2/8, trata-se da Resolução n° 176, referente à renovação do Certificado de Filantropia.

Do dia 10/8, Resolução n° 181, referente a recurso; Resolução n° 183, Registro; Resolução n° 184, Certificado de Filantropia; Resolução n° 185, Registro e Certificado simultaneamente; Resolução n° 186, Recadastramento e Certificado; Resolução n° 187, Renovação do Certificado; Resolução n° 188, Alteração de Denominação; Resolução n° 189, Retificação; Resolução n° 190, Registros Indeferidos; Resolução n° 191, Restabelecimento de Registro; Resolução n° 192, Recadastramento e Certificado Indeferido; Resolução n° 193, Renovação do Certificado Indeferido e Resolução n° 194, Reconsideração. Todas do dia 10/8/2000 e publicadas no *Diário Oficial* do dia 24/8/2000.

A Resolução n° 195, de 28/8/2000, refere-se a recurso e foi publicada no *Diário Oficial* no dia 31/8/2000.

As Resoluções n°s 196, 197, 198, 199, 200, 201 e 202, datadas de 4 de setembro de 2000, já foram assinadas pela

Conselheira Irmã Tereza, Coordenadora da Comissão de Normas, encaminhadas ao Presidente, que está aguardando autorização para publicação em *Diário Oficial*.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Em discussão as resoluções.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Sr. Presidente, peço a palavra.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Concedo a palavra à Conselheira Dora.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Sr. Presidente, peço vista do processo da Resolução nº 192, Processo nº 28996025048/94-29, Serviço de Saúde Dr. Cândido Ferreira, Campinas-SP. Trata-se de indeferimento de certificado e registro.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Está anotado.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Conselheiros que as aprovam queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovadas as resoluções.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Sr. Presidente, eu gostaria de um esclarecimento. A Resolução n° 192 já foi publicada no *Diário Oficial*?

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - *Ad referendum*.

JOSÉ RANIERI BRAGA - A Resolução n° 192 já foi publicada *ad referendum*.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Por isso, as resoluções são aprovadas pelo Plenário.

O Álvaro acabou de chegar para nos prestar os informes da CIT.

Pergunto à Conselheira Dora Silvia, que tem que relatar o processo da Legião Mirim de Bauru, se faria o relato antes ou depois do Álvaro. A rigor, ela falaria depois dele.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Precisaremos de *quorum* para aprovação.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Estamos adiantados. Então, a Dora falará em primeiro lugar.

Passo a palavra à Conselheira Dora.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Legião Mirim de Bauru, processo de renovação de Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos e reconsideração.

Histórico:

A entidade requereu a renovação do seu Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, em 13/4/2000, por meio do Processo nº 4400600778/2000-90, indeferido por não ter comprovado aplicação de 20% de gratuidade e não ter apresentado seu estatuto com carimbo do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, bem como a demonstração de mutação do patrimônio, demonstração das origens, aplicação de recursos e notas explicativas de acordo com o Decreto nº 2.536/98, art. 4º, publicado por meio da Resolução/CNAS nº 153, de 14/7/2000, publicada no *Diário Oficial* da União de 20 de julho de 2000. Dessa forma, a entidade, em 4/8/2000, protocolou, por meio do Processo nº 44006001971/2000-75, o seu pedido de reconsideração.

Na reunião do Colegiado de 18 de julho de 2000, solicitei vista do referido processo de renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, publicada na Resolução/CNAS nº 189, de 10 de agosto de 2000, publicada no *Diário Oficial* de 24/8/2000.

Assim sendo, a entidade cumpriu as exigências solicitadas e, como se trata de uma instituição de assistência social, ela não poderia ter sido analisada como entidade de

educação, a qual teria de apresentar o cálculo de 20% de gratuidade sobre a receita. Sua receita é constituída de doações e/ou convênios, oferecendo 100% de gratuidade.

Parecer:

Tendo em vista a entidade ter apresentado seu demonstrativo contábil com as devidas notas explicativas e esclarecimentos sobre o seu regime de contabilidade e a cópia do estatuto devidamente autenticada pelo cartório competente em todas as suas folhas, sou favorável pelo deferimento do pedido de concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, por se tratar de uma instituição de assistência social que atende tão-somente os beneficiados pela Lei Orgânica da Assistência Social e que não poderá ser excluída da rede de Assistência Social do nosso País.

Observo que o pedido inicial da renovação do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos transformou-se em pedido de concessão do CEFF, tendo em vista ter perdido o prazo para solicitar sua renovação.

Esse é o meu voto.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Em discussão o voto da Conselheira Dora.

TÂNIA MARA GARIB - Sr. Presidente, peço a palavra.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Concedo a palavra à Conselheira Tânia.

TÂNIA MARA GARIB - Conselheira Dora - desculpe-me a pergunta -, na análise de um processo como esse, como se cometeu o erro tão grande de confundir a entidade com uma entidade de educação?

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Ela não apresentou toda a documentação, os balanços e as notas explicativas. O analista entendeu que ela era uma entidade que vendia serviços, e ela não vende serviços.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira usar da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Conselheiros que aprovam o voto da Conselheira Dora queiram permanecer como estão. (Pausa.)

Aprovado.

DORA SILVIA CUNHA BUENO - Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para comunicar aos Conselheiros que já foram enviados, via e-mail, pela nossa Secretaria, os dados

da apresentação feita hoje de manhã pela Secretária Wanda Engel do Projeto Alvorada.

PRESIDENTE (Antônio Luiz de Brito) - Solicito à Conselheira Tânia que presida a reunião, a partir deste momento em que serão feitas as apresentações do Secretário Álvaro Antônio Machado e da CIT.

PRESIDENTE (Tânia Mara Garib) - Vamos dar continuidade à nossa reunião Plenária, com a apresentação dos encaminhamentos da Comissão Tripartite, cuja reunião foi realizada na semana passada. Está presente o Dr. Álvaro Antônio Machado, Coordenador da Comissão, da qual também faço parte. Muitas informações e encaminhamentos da CIT são de importância para nós, Conselheiros de Assistência Social.

Passo a palavra ao Coordenador Álvaro Antônio Machado.

ÁLVARO ANTÔNIO MACHADO - Muito obrigado, Conselheira Tânia.

Cumprimento todos os Conselheiros e digo da nossa satisfação em, mais uma vez, voltar a este Plenário, desta feita, com muitas informações. Como não houve reunião do Conselho no último mês, acumulamos informações de duas reuniões anteriores. Assim, hoje trazemos informes relativos às 14<sup>a</sup>, 15<sup>a</sup> e 16<sup>a</sup> reuniões plenárias da Comissão Tripartite.

Sendo assim, começo pedindo paciência dos Conselheiros no final deste dia intenso de trabalhos. Usarei 30 a 40 minutos, tentando resumir ao máximo.

Solicito ao Wagner que distribua nosso material, que compõe a exposição, além de facilitar e diminuir o tempo de explicações.

Em primeiro lugar, estamos distribuindo aos Conselheiros cópia de um ofício encaminhado pela SEAS - a partir de solicitação da Comissão Tripartite - a todos os Secretários Estaduais de Assistência Social, solicitando-lhes que o retransmitissem aos Secretários Municipais, ratificando e detalhando informações sobre a prestação de contas dos recursos transferidos diretamente do Fundo Nacional de Assistência Social para as entidades dos municípios, cujas prefeituras se encontram inadimplentes junto ao INSS. Isso ocorreu, como todos sabem, em função de medida provisória editada no final do ano passado que estabeleceu que, quando os municípios se encontrarem inadimplentes com o Seguro Social, temos de transferir os recursos referentes aos programas do SAC diretamente para as entidades que compõem a rede de assistência social daquele município.

Estruturamo-nos, durante todo o primeiro semestre, nesse sentido. Os Secretários Estaduais tiveram intensa participação na alimentação de dados do sistema. Foi um trabalho muito demorado e detalhado, levantando-se dados, contas correntes das entidades, o que serve de análise para



este Conselho em relação a toda a rede de entidades de assistência em nosso País.

Neste mês de outubro, o pagamento do SAC de outubro será feito na próxima quinta-feira. Pela primeira vez, contemplará o pagamento direto para as entidades naqueles municípios que se encontram inadimplentes com o INSS, pelo menos, durante dois meses consecutivos.

Quando isso acontecesse, havia dúvidas quanto à prestação de contas por parte dos municípios em relação aos meses em que o município não fez o pagamento à entidade, mas que a entidade recebeu diretamente do Governo Federal. Por conta desse ofício, cuja cópia estamos distribuindo, resumidamente, estamos orientando que a prestação de contas para a SEAS continue sendo feita pelo município porque é junto ao município que assinamos o plano de ação. No entanto, se ocorrer essa situação, quando o município fizer sua prestação de contas junto à SEAS, ele vai apensar a prestação de contas da entidade para com o município. O convênio da entidade não é com a SEAS, mas com o município. Assim, quando a entidade fizer sua prestação de contas junto ao município, no valor global do que foi conveniado, havendo alguma parcela repassada diretamente pela SEAS, a prestação de contas estará incluída na da prefeitura. Embora não contabilmente fazendo parte dessa, estará acompanhando ou sendo apensada à mesma.

Outra questão discutida na Tripartite, nas últimas reuniões - estou passando cópia atualizada - é a relação

numérica, em um caso, e, em outra, nominal de Estados e municípios que, no caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, não receberam a Bolsa Criança Cidadã no mês de setembro, por falta do encaminhamento do REFF - Relatório de Execução Físico-Financeira, para a SEAS.

No caso do SAC, há uma planilha com a situação dos Estados que também não estão recebendo recursos do SAC no mês de setembro, seja por conta do eterno e infundável problema da CND, seja por conta da falta do relatório de acompanhamento físico-financeiro. Numa das primeiras reuniões do Conselho deste ano, falamos que estamos realmente cumprindo a portaria da Dra. Wanda Engel que estabelece que, sem o relatório de acompanhamento físico trimestral - cujo prazo para apresentação à SEAS é, no mínimo, três meses entre o final do trimestre e o envio para o Brasília - e sem o cumprimento dos prazos por parte dos Estados e municípios, não será feito o pagamento do SAC, do Peti, do Agente Jovem, nos períodos previstos naquele relatório. Ou seja, estamos realmente fazendo cumprir a portaria e, com isso, tendo o mínimo de controle na execução físico-financeira dos programas. O mês de julho foi o primeiro em que fizemos isso ser cumprido, quando a inadimplência foi muito elevada.

Temos observado positivamente que a inadimplência vem sendo reduzida. Na medida em que Estados e municípios verificam que a portaria realmente está sendo cumprida, eles estão recuperando o tempo perdido e apresentando os REFFs.

Mesmo assim, ainda temos uma grande inadimplência, principalmente com relação ao SAC, em que, historicamente, se dizia que seria feito, mas não era cumprido.

No caso do Peti, no mês de setembro, há apenas três Estados e quatro municípios que ainda não receberam setembro nem vão receber outubro porque ainda não apresentaram o Relatório de Execução Físico-Financeira. Como o número é pequeno, temos conversado diretamente com os Secretários Estaduais ou Municipais sobre essas questões. No caso do SAC, o número é muito grande. No mês de setembro, houve 2.174 municípios que não receberam nenhum recurso do SAC. Desses 2.174, 1.717 não receberam por conta da inadimplência com o Seguro Social, isto é, não estão com a CND em dia. Não receberam setembro nem devem receber outubro. São municípios que, se ainda tiverem essa situação vigorando em outubro, já entrarão na situação do pagamento direto às entidades. Essa relação está apensada.

O outro item é o sistema de monitoramento e avaliação. O Diretor do Departamento de Informação e Avaliação, Dr. Inácio, compareceu à penúltima reunião da Comissão Tripartite e fez uma exposição sobre as novas orientações acertadas com os Estados, inclusive sobre as datas de 15 de agosto e 16 de novembro para o envio dos planos de monitoramento e avaliação e dos relatórios consolidados de monitoramento e avaliação das entidades. Trata-se de assunto importante. Nesse caso específico, não existe conotação entre

obrigatoriedade do envio desses relatórios e alguma sanção, como a que eu falava dos Relatórios de Execução Físico-Financeira. A conotação é mais pedagógica. Há pouco, ele me informava que tem recebido diversos relatórios, mas, já que o prazo é até 16 de novembro, ainda não tem idéia de como será o comportamento em relação ao número de Estados e municípios que enviaram ou enviarão esses relatórios. Foi uma exposição interessante. Como o tema monitoramento e avaliação está, cada vez mais, na ordem do dia, a discussão foi muito boa na Tripartite. Sugiro que o Conselho reproduza essa discussão neste âmbito.

Trazemos outro anexo: foi republicada, depois de uma grande discussão na Comissão Tripartite, a portaria que estabeleceu novas modalidades de atendimento e valores *per capita* para o Serviço de Ação Continuada. Verificamos, no âmbito da SEAS, a partir de constatações oriundas tanto do Congemas, quanto do Fonseas, que a portaria - muito embora tenha sido bastante discutida neste plenário -, quando foi publicada, omitiu a modalidade de atendimento relativa ao Programa de Apoio ao Idoso, que existia anteriormente, que era o atendimento em grupos de convivência, mais conhecido como Projeto Conviver. Essa omissão tinha de ser corrigida até porque mantivemos todas as modalidades antigas. Por isso, ela foi republicada.

Aproveitamos a oportunidade, na Comissão Tripartite, e discutimos proposta emanada do Grupo de 0 a 6

anos, no tocante à caracterização do atendimento nesse grupo. Isso originou uma pequena modificação na caracterização do atendimento, que foi levada à Secretária, que a aprovou. Por isso, essa portaria foi republicada. Acredito que o assunto já é do conhecimento das Sras. e dos Srs. Conselheiros. O tema foi bastante discutido na Tripartite, que entendeu que, por se tratar de uma republicação para corrigir omissão em relação à publicação anterior, deveria ser feita o mais rápido possível. Caso contrário, prejudicaria o pagamento do SAC no mês de agosto. Sendo assim, isso foi providenciado, ficando eu na obrigação de prestar tais explicações a este Plenário.

Outra questão que trazemos se refere à habilitação dos municípios do Estado da Paraíba. Pela primeira vez - torcemos, na CIT, para que sejam casos excepcionais -, a Comissão Tripartite habilitou municípios. Como todos sabem, essa é uma atribuição da Comissão Bipartite. Nós da Tripartite apenas avaliamos e habilitamos os Estados. Porém, há uma situação particular, no Estado da Paraíba: por conta da não-representatividade dos municípios dentro da Comissão Bipartite do Estado da Paraíba, o funcionamento da Bipartite foi suspenso. A representatividade dos gestores municipais não atendia às exigências legais. Em função disso, muitos municípios que trabalharam e se organizaram para se habilitar à gestão municipal não puderam ser municipalizados no âmbito da Bipartite, e obedeceram ao fluxo previsto na Norma Operacional Básica. Ou seja, apresentaram recurso ao Conselho

Estadual de Assistência Social da Paraíba, que deliberou pelo envio da documentação dos municípios, em número de 13, para o Plenário da CIT. A Secretaria Técnica analisou toda a documentação e, estando tudo de acordo com a NOB, a Tripartite deferiu, em caráter excepcional, o pedido de habilitação dos municípios e estabeleceu que a Secretaria Estadual do Trabalho e Assistência Social da Paraíba deve assessorar os municípios provisoriamente até que tenham capacidade de completar as exigências solicitadas. Desses 13 municípios, sete já atenderam plenamente à documentação e os demais foram habilitados em caráter provisório.

Outra deliberação da Comissão Tripartite originou-se de um ofício da Comissão Intergestora Bipartite do Estado do Rio Grande do Sul, onde a coordenadora da Bipartite, assistente Léa Maria Biasi, solicitou orientação da Comissão Tripartite referente ao problema da representação municipal dentro da Bipartite do Rio Grande do Sul.

Naquele Estado - o Secretário Tarcísio pode explicar isso melhor -, a Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul, Famurs, estimou um prazo de três meses para que os municípios indicassem os novos representantes regionais no Conselho de Agentes Municipais de Assistência Social, Codimas, que é equivalente aos Congemas nos demais Estados, o que ocorreu em função do processo eleitoral. Nos meses de janeiro, fevereiro e março, em princípio, eles ficariam no limbo em relação aos municípios.

Por isso, a Bipartite do Rio Grande do Sul solicitou essa orientação da Tripartite. A Tripartite decidiu corroborar uma deliberação do Congemas, em nível nacional, que, sendo a representação dos municípios efetivamente do município e não da pessoa que ali está presente, os municípios deveriam continuar sendo representados nessas condições até o mês de março do próximo ano, quando seria feita indicação de novos representantes. Já estamos respondendo para a Bipartite do Rio Grande do Sul. E, aproveitando o ensejo, fizemos uma recomendação geral para todos os Estados porque a situação se repete em outras Unidades da Federação.

Outra situação diz respeito à representatividade, desta feita na Comissão Tripartite, dos membros do Fonseas. Isso foi discutido na última reunião. Eu havia recebido um *fax* do Presidente eleito do Fonseas, Secretário Edilson Azim, indicando que, na última reunião do Fonseas, no Rio de Janeiro, eles deliberaram pelos novos representantes daquele fórum tanto aqui no Conselho, quanto lá na Comissão Tripartite. Na representação da Tripartite, estranhamos que, entre os membros titulares, não havia a presença do Presidente do Fonseas. Tal assunto foi levado ao Plenário da Tripartite. Discutimos bastante e decidimos que, para aquela Comissão, é de fundamental importância que os Presidentes do Congemas e do Fonseas sejam membros titulares, por uma série de razões. Primeiramente, por conta dos interesses discutidos, pela necessidade de se ter uma decisão em nome de todos os

Secretários tanto do lado do Estado, quanto do município. Em segundo lugar, na maioria dos casos, a decisão tem que ser tomada naquele momento e os Presidentes do Congemas e do Fonseas, ao expressarem a opinião institucional, estão ali com poderes instituídos em função do cargo, para falar em nome dos seus pares. Em terceiro lugar, a própria representatividade da comissão. Ou seja, a Comissão Intergestora, que discute aspectos operacionais da gestão de sistema descentralizado e participativo da assistência, não ter, entre seus membros, num dos seus tripés, a pessoa que preside aquela parte, que, no caso, é o Presidente do Fonseas.

Esse assunto foi bastante discutido. Depois, por unanimidade - inclusive com apoio de todos os representantes dos Estados presentes -, aprovamos uma alteração no Regimento Interno da Comissão Intergestora Tripartite. Foi acrescentado um parágrafo ao art. 3º que diz que os Presidentes do Fonseas e do Congemas são membros titulares da Comissão Intergestora Tripartite. Em função disso, estamos encaminhando uma correspondência ao Presidente do Fonseas solicitando que aquele órgão faça indicação de seus representantes titulares e suplentes para a Comissão Tripartite, respeitando a alteração efetuada.

Outro ponto que estamos trazendo para conhecimento de todos é relativo ao II Encontro de Interlocutores, realizado em Brasília, nos dias 11 e 12 de setembro. Como todos sabem, a SEAS vem discutindo com os Estados, desde o



início do ano, a figura do interlocutor, uma pessoa que facilita informações e questões operacionais nos vários programas da SEAS junto às Secretarias Estaduais. Em uma reunião anterior, a Comissão Tripartite sugeriu que, nesse encontro, houvesse também a presença de interlocutores entre a Tripartite e as Comissões Bipartites. A proposta foi coroada de êxito. Muitas questões ligadas especificamente ao processo de descentralização foram abordadas nesse encontro em função da presença dos interlocutores pontuais. Isso originou o documento que estamos distribuindo com questões levantadas, assuntos e, quando possível, algumas soluções e orientações, todas relativas ao nosso processo de descentralização que, objetivamente, tem ainda um longo caminho a percorrer. A cada momento, há questões novas e pontos que precisam de respostas e precisam ser pactuados.

Outro documento que distribuimos a todos os presentes é uma cópia do Decreto nº 3.613, que foi discutido hoje neste Conselho. Como ele passou pela Tripartite para conhecimento, tivemos o cuidado apenas de colocá-lo aqui. Como já foi discutido neste Conselho, passarei adiante.

O último ponto - no qual vou me demorar um pouco - refere-se ao Benefício de Prestação Continuada. Na Comissão Tripartite, apresentamos, em nome da SEAS, a proposta da Secretaria de Estado de Assistência Social para o segundo processo de revisão do Benefício de Prestação Continuada, que foi alvo de algumas manifestações anteriores deste Conselho e

que estamos colocando em prática. Nessa papelada que estamos distribuindo, mostramos um quadro atualizado em relação à primeira revisão.

A primeira revisão ainda não nos traz bons resultados. Proponho, se possível, na próxima reunião do Conselho, que o assunto esteja especificamente pautado para que o detalhemos com mais profundidade. Não poderíamos deixar de abordá-lo neste momento. Estamos já no mês de outubro e precisamos começar o segundo processo de revisão.

O primeiro processo, em que pesem todos os esforços da SEAS, da Comissão Tripartite e deste Conselho, que já se manifestou até formalmente numa resolução nesse sentido, não tem surtido muito efeito quanto às metas definidas e aos resultados alcançados até o presente momento. Em suma, dentro do que foi proposto em termos de avaliações a serem realizadas, estamos, neste exato momento, apenas com 22% de avaliações sociais concluídas. Como todos os Conselheiros podem observar, os recursos transferidos, quase todos no mês de novembro do ano passado e alguns no mês de dezembro - estamos prestes a completar um ano de transferência do dinheiro -, esses recursos, em que pese todo esse tempo em que já se encontram nos Estados e na maioria dos municípios, não foram ainda utilizados na maioria dos casos. Apenas 22% do total Brasil de avaliações foram feitas até o presente momento.

Esse número baixo não é proporcional em cada Estado. Há basicamente três Estados - São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia - que têm um grande número de benefícios a revisar na primeira leva. No Rio de Janeiro e São Paulo, ainda não foi feito e, na Bahia, temos informações de que o processo está sendo realizado, mas eles ainda não têm números. Para nós, isso não ajuda em nada. Há alguns Estados que já conseguiram executar mais de 60%, alguns mais de 80%: Sergipe fez 87%; Mato Grosso do Sul, 66%; Espírito Santo, 80% e assim por diante. No entanto, no cômputo geral, Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro estão puxando os números para baixo.

Conversei com vários Secretários Estaduais. Na penúltima reunião da Comissão Tripartite, o assunto foi bastante discutido. A Secretária Valdete ficou encarregada de, na reunião do Fonseas no Rio de Janeiro, reunir os Estados com maiores problemas. Depois, ela nos informou que, infelizmente, não houve tempo para a discussão no Rio de Janeiro. Por parte da SEAS, particularmente, tenho mantido vários contatos com Secretários.

O maior impasse para realização das avaliações até o mês passado foi a eleição. Os Secretários Estaduais, expondo as opiniões dos Secretários Municipais, diziam que, como a avaliação poderia resultar na suspensão de algum benefício, os prefeitos não estavam querendo colaborar com essa tarefa até o dia da eleição. Havia quase um compromisso implícito de que, passada a eleição, a ação seria retomada com firmeza e as

metas seriam atingidas. Estamos agora esperando que isso aconteça. É a nossa última esperança de realmente levar a cabo o processo. Estamos entristecidos com os resultados, porque resolução do CNAS, nesse sentido, já foi feita; resolução da Tripartite; inúmeros esforços nos contatos com Secretários Estaduais; promessas de que as ações serão realizadas. Estamos de ouvidos doendo de tanto ouvir promessas. Porém, concretamente, isso não está acontecendo.

Por outro lado, temos de começar a segunda etapa da revisão. Temos recursos orçamentários para isso e eles têm de ser utilizados neste ano. A Lei Orgânica da Assistência Social determina que a avaliação seja feita dois anos após a concessão do benefício. Por isso, organizamos, normatizamos e apresentamos o que agora está sendo aqui colocado de forma mais rápida - na próxima reunião, podemos entrar em detalhes.

A segunda etapa começa com uma decisão referente à primeira: a prorrogação. Os convênios da primeira etapa se encerrariam no mês de setembro. Como estávamos com um resultado ruim, eles foram prorrogados até 31 de dezembro. Assim, vamos começar a segunda etapa ainda com praticamente todos os Estados tendo que encerrar o primeiro processo. Esses convênios vão ser preparados. Nos dias 9 e 10 de novembro, teremos uma reunião com as Coordenações Estaduais do primeiro processo de revisão do Benefício de Prestação Continuada, para um detalhamento do segundo processo.

Foi aprovada uma decisão importante na Comissão Tripartite, a partir da proposta da SEAS: embora assinados os convênios com todos os Estados, os recursos para o segundo processo só serão repassados para os Estados que concluírem, no mínimo, 90% das avaliações do primeiro. Então, o Estado que não tiver feito, pelo menos, 90% das avaliações do primeiro não recebe os recursos para realizar o segundo processo.

Algumas questões e decisões muito importantes foram tomadas com relação ao segundo processo. A primeira delas: no período do primeiro processo, muitos benefícios haviam sido concedidos de forma fraudulenta. Naquele momento, não somente os médicos-peritos do INSS atestavam a incapacidade para o trabalho e para a vida independente para a pessoa portadora de deficiência, mas aceitava-se e acatava-se todo e qualquer atestado da rede do Sistema Único de Saúde. Havia muitas denúncias de utilização política, no sentido politiquês mesmo, da concessão do benefício para beneficiar pessoa A ou B. Por isso, tivemos que realizar o primeiro processo de revisão fazendo também auditoria médico-pericial de todas as pessoas portadoras de deficiência que haviam recebido o Benefício de Prestação Continuada nos seus primeiros dois anos. Por conta disso, há hoje mais de 900 benefícios que serão cessados principalmente pela constatação de que não havia realmente a incapacidade para a vida independente e para o trabalho.

No segundo período, não temos mais essa situação causal. Ou seja, a partir do segundo ano de concessão do benefício, a avaliação médico-pericial já passou a ser feita pelo próprio INSS. Não existiam mais razões para que o INSS revisasse algo que ele mesmo fez há dois anos, a não ser em três situações pontuais: nos casos de benefícios concedidos a crianças e adolescentes há dois anos e que hoje se encontram em idade laboral, para avaliar se a incapacidade para o trabalho existe ou não, porque, há dois anos, não estavam em idade laboral e, portanto, isso nem precisaria ter sido avaliado; nos casos em que a avaliação social constatar que o beneficiário superou sua condição de incapacidade; e nos casos de beneficiários que aparentam ter superado essa condição. Nesses casos, as Secretarias Municipais de Assistência Social executarão a revisão e solicitarão a avaliação médico-pericial do INSS, que será feita dentro da rotina daquele órgão.

Lembro que era um dos desejos do Conselho Nacional de Assistência Social que a avaliação se concentrasse plenamente na avaliação social, ou seja, na essência do que está na LOAS, isto é, passados dois anos, saber se persistem as condições que deram origem à concessão do benefício: exclusão social, situação em que se encontrava aquele beneficiário naquele momento e que o levou a uma exclusão social tal que passou a necessitar do benefício.

Lembro-me de que o Conselheiro Carlos Ajur sempre batalhou muito para que procurássemos, cada vez mais, ver o

benefício, quando do processo de revisão, não como algo concedido baseado apenas no corte de renda e na situação de incapacidade do ponto de vista médico-pericial, mas, sim, na condição social em que aquela pessoa se encontrava, numa exclusão tamanha, que precisou do benefício assistencial.

Estes são os nossos focos: que mudanças o benefício fez na vida daquela pessoa, a partir do momento em que ela passou a receber o BPC; o que mudou na pessoa, na sua família, no seu entorno, no seu meio ambiente; verificar a fundo as condições sociais em que as pessoas e suas famílias estão hoje envolvidas e qual foi a repercussão nas condições originada pela concessão do benefício. Isso não só faz com que passemos a ter uma ótica mais direta na questão da avaliação social, mas nos permite aumentar consideravelmente - em função dos recursos orçamentários disponíveis - o valor que temos condições de transferir para Estados e municípios por benefício a ser revisado.

No processo do início deste ano, repassamos R\$10,00 por benefício revisado: R\$1,00 ficou para o Estado e R\$9,00 foram para os municípios, por benefício revisado. Agora, trabalhamos numa planilha que vai transferir, no mínimo, R\$20,00 por benefício revisado. Ou seja, um aumento de mais de 100% em relação aos valores da primeira revisão.

Foi feito um pequeno número de avaliações até agora, mas, do ponto de vista qualitativo, já apuramos muito. O primeiro processo, com certeza, possui muitos pontos que

modificaríamos nos demais. Porém, aprendemos que, no Norte e Nordeste, houve mais dificuldades por parte dos Estados e municípios para as equipes se deslocarem até as residências dos beneficiários. Como a avaliação é feita, obrigatoriamente, mediante visita domiciliar - nem sempre os endereços constantes dos cadastros correspondem aos que as pessoas moram hoje -, as equipes dos Estados e municípios tiveram, em vários casos, muita dificuldade e levaram muito tempo para chegar onde o beneficiário mora.

Na Região Norte, há uma despesa evidentemente muito superior à despesa das Regiões Sul e Sudeste. Isso fez com que modificássemos o cálculo por região. No caso do Norte, vamos transferir R\$25,00 por benefício revisado. Desses R\$25,00, R\$4,00 ficarão com o Estado e R\$21,00, com o município. No Nordeste, R\$23,00 por benefício revisado, R\$3,00 ficam com o Estado e R\$20,00 com o município. Nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, R\$20,00 por benefício revisado, ficando R\$2,00 com o Estado e R\$18,00 com o município.

Tal avanço também está proporcionando outra questão muito reivindicada pelo FONSEAS e pelos Estados e que conseguimos, com esses recursos, realizar: a instituição das Coordenações Estaduais e Municipais do Benefício de Prestação Continuada - especialmente, nos municípios de grande e médio portes. Ou seja, com o recurso que estamos passando, é tranqüilamente possível que todos os Estados e os municípios de grande e médio portes possam instituir essas coordenações.



Esse é o nosso grande objetivo, conforme eu dizia sempre no primeiro processo: não fazer a revisão pura e simplesmente, mas fazer com que ela seja um passo importante para que, tanto nos Estados, quanto nos municípios, as gerências dos Benefícios de Prestação Continuada sejam instituídas de forma permanente, até porque esse é o maior programa de assistência social que temos e o que leva mais de 70% dos recursos do Fundo Nacional de Assistência Social.

Finalizando, outro ponto importante: desta feita, colocamos a obrigatoriedade de a revisão ser feita por assistentes sociais. Com esses recursos, Estados e municípios podem contratar, temporariamente, assistentes sociais para fazerem esse trabalho.

Numa reunião específica, podemos detalhar o assunto. A Comissão Tripartite discutiu e elaborou uma resolução, ratificando a proposta da SEAS, de que os recursos para o segundo processo de revisão só devem ser repassados para Estados e municípios que concluíram, pelo menos, 90% das avaliações sociais previstas no primeiro processo de revisão. Trata-se de mais uma tentativa de melhorarmos os números a que me referi.

Peço desculpas pelo tempo que utilizei. Acumulamos informes de três reuniões e, por isso, demoramos na exposição.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (Tânia Mara Garib) - Passo a palavra à Conselheira Fátima.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Apesar do cansaço, proponho que as questões da CIT venham em um outro horário, para haver uma ligação maior entre o Conselho e a CIT, para não ficar parecendo que a CIT vem falar para o Conselho e o Conselho ouve a CIT. Para mostrar que a CIT faz parte do Conselho e que é parte integrante dele, é importante que discutamos muitas dessas questões e nos aprofundemos em sua análise. Como relato, fica parecendo que se vem apenas expor o que a CIT fez. Não sei se está claro o que quero dizer.

Por exemplo, com relação ao BPC - há um grupo que deve ter discutido o tema -, insisto, e nos Estados todos estão insistindo, que haja um seminário para se fazer uma avaliação da primeira revisão a fim de estabelecermos como será feita a segunda, corrigindo alguns pontos.

ÁLVARO ANTÔNIO MACHADO - Creio que você havia saído no momento em que, inclusive, citei a data.

ANTÔNIO LUIZ DE BRITO - Eu também informei que será no início de novembro.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Seminário?

ANTÔNIO LUIZ DE BRITO - Reunião ampliada dos 27 Estados, em que haverá um membro do nosso grupo de trabalho.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Realmente estou muito cansada. Não ouvi falar sobre isso.

PRESIDENTE (Tânia Mara Garib) - Na parte da manhã, foi até sugerido que alguém do Conselho participasse do seminário.

MARIA DE FÁTIMA FERREIRA - Tudo bem!

PRESIDENTE (Tânia Mara Garib) - Passo a palavra ao Conselheiro Antônio Brito.

ANTÔNIO LUIZ DE BRITO - Eu gostaria apenas de fazer uma consideração.

Álvaro, preocupo-me quando você cita os três maiores Estados. Não que a Bahia seja o terceiro, mas é o quarto em termos de população, são 12 milhões de habitantes. Marco Aurélio, para mim é o primeiro Estado e é mais do que o primeiro, está numa posição de destaque.

Já lhe comuniquei que, na Bahia, é complicada a revisão do benefício nesse sistema de se repassar para Estados, os Estados repassarem para as Secretarias e as

Secretarias repassarem para os municípios e irem trabalhando com os Conselhos Municipais.

Os três maiores Estados da Federação têm as três maiores capitais. Grande parte dos benefícios está nas capitais. Por curiosidade, analisei o Estado de Minas Gerais e verifiquei que somente 28% estão concluídos, algo em torno de 800 municípios.

Qual é minha preocupação? Será que na segunda revisão não seria necessário se rever a formulação de como fazer a revisão? Como fui Presidente do Conselho de Salvador, sabia, desde o início, que não ia dar certo. Cheguei a comentar com você que Salvador está completamente desarticulado e que não vai dar certo nessa situação. É preciso um trabalho muito maior. Lá, havia 8 mil, se não me engano, ou 9 mil benefícios a serem revisados. É complexo ir de casa em casa para se revisarem 8 mil benefícios. Não sei qual é o montante em São Paulo e no Rio de Janeiro. Porém, nessas grandes capitais, para se disparar isso para as Secretarias Municipais, é complicado. Não sei se haveria outra forma de se fazer isso. Estou apenas fazendo uma proposta.

Houve a coincidência de exatamente os três maiores Estados estarem em situação indefinida. O quarto Estado, que seria Minas Gerais, está com somente 28% da avaliação realizada. Sergipe está com 87%, assim como outros Estados. Deixo apenas essa consideração para você ver se há alguma outra possibilidade.

ÁLVARO ANTÔNIO MACHADO - Esse é um trabalho que, de repente, poderia ser feito pelas universidades. Essa foi uma idéia. Nossa experiência de trabalho com universidade nesse tipo de ação não é muito boa. A ação executiva da universidade não oferece uma boa resposta.

A outra possibilidade, que seria contratar uma organização não-governamental para fazer isso, esbarra em duas questões. Primeiramente, é muito complicado deixar o Poder Público Municipal à margem do processo, porque se trata de uma ação que tem tudo a ver com a política municipal de assistência social. Queremos fazer com que o município assuma efetivamente a gestão do Benefício de Prestação Continuada e se ele não participar ativamente, isso nunca vai acontecer. Como os recursos para a execução da revisão não estão lá diretamente - estão dentro do Fundo Nacional de Assistência Social -, só podemos passar para Estados e municípios.

Sua observação é pertinente. Temos de estudar uma maneira de, junto com os municípios das capitais, agilizar o processo, o que só acontecerá quando realmente o benefício for assumido, da mesma forma que o SAC, Peti, Agente Jovem etc.

ANTÔNIO LUIZ DE BRITO - Para complementar, os municípios, pelos motivos que você apresentou, não entendem ainda o benefício como algo da Assistência. Infelizmente, não só na concepção.

Na reunião ampliada que será realizada no início de novembro, é importante ressaltarmos o assunto. Na Bahia, os municípios não têm clareza de que isso é um domínio das Secretarias Municipais.

Minha dúvida era se o INSS, nesse primeiro momento, não poderia dar cobertura ou, pelo menos, começar o processo de intensificação junto com as Secretarias. Na Bahia, isso ocorreu - é verdade! -, mas não ocorreu a um nível que dê resultado. Pode ter certeza de que São Paulo está no mesmo processo - até porque o Conselho Municipal de São Paulo foi criado há pouco tempo -, e, no Rio de Janeiro, não haverá muita diferença. Estou falando das capitais, que representam maior contingente. Em São Paulo, há cidades maiores, como Campinas, com tamanho de capital.

PRESIDENTE (Tânia Mara Garib) - Passo a palavra ao Conselheiro Charles.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Tentei me localizar entre alguns documentos. Seria interessante a análise de alguns dados.

Sou integrante da Comissão de Financiamento. Você fez uma apresentação, no caso específico do BPC, muito próxima do que estávamos discutindo na Comissão de Financiamento e que precisamos fazer um acompanhamento. Aquele quadro sistematizado que nos é apresentado não me dá condição de

fazer uma avaliação qualitativa da aplicação dos recursos do Fundo.

Considerando que o BPC é oriundo do Fundo, fiz-me alguns questionamentos: qual é o papel da Comissão Intergestora Tripartite e do Conselho Nacional de Assistência Social? O que cabe ao Conselho deliberar? O que cabe à questão operacional?

Proponho que estudemos melhor o assunto, definamos melhor as competências, para que não haja brigas posteriores – “isso é meu, isso é seu!” – porque perderemos muito tempo nisso.

Lendo rapidamente a Norma Operacional Básica, vejo que ela diz que cabe às Comissões Intergestoras, tanto Tripartite, como Bipartite, fazerem essa análise e publicá-la. No entanto, quanto às matérias de competência dos Conselhos, quando analisadas pelas Comissões Intergestoras, deverão ser submetidas à aprovação dos Conselhos. Aí, pensei: o que cabe mesmo? Qual matéria cabe ao Conselho Nacional de Assistência Social, ao Conselho de Assistência nos três níveis? O que não precisaria?

Sugiro que façamos uma discussão sobre o assunto. Nessa linha, a Comissão de Financiamento precisa tomar mais conhecimento sobre a engrenagem do todo, do processo de elaboração e execução orçamentária do Fundo Nacional de Assistência Social. Proponho que tenhamos momentos para aprofundar essa reflexão para trazermos algum encaminhamento

mais concreto, uma vez que eu realmente não tinha me aprofundado muito no tema. Comecei a fazê-lo agora, rapidamente. Em determinado momento, lendo a última resolução, pensei que, em princípio, ela deveria ter sido do CNAS. Para não ficar no "acho que", é importante debatermos e definirmos alguns pontos quanto a aspectos bem específicos que cabem perfeitamente no Regimento Interno, por exemplo, numa definição de competências no processo. Essa é a minha sugestão.

PRESIDENTE (Tânia Mara Garib) - Vou me permitir fazer uma explicação.

Charles, você está completamente correto. Toda vez que discutimos o assunto, ele ainda gera muita dúvida quanto aos papéis da Tripartite, da Bipartite e do Conselho. No entanto - não sei se pelo fato de, para mim, estar tão claro esse aspecto -, é papel do Conselho, na minha concepção, definir que será feita a revisão do Benefício de Prestação Continuada - o que, aliás, está estabelecido na LOAS -, que essa revisão deve ser feita de dois em dois anos e que, para isso, há um determinado orçamento. Como será feita, é uma questão meramente operacional. Cabe ao Poder Executivo propor a forma de operacionalização e realizá-la. O Poder Executivo tem que trazer para nós, na condição de Conselheiros, o lamentável resultado de que, na média nacional, não se chegou nem a 50% de revisão do benefício.



Farei uma análise. Também não aceito muito que sobre para o município, não! Entendo que municípios grandes e capitais grandes têm dificuldades. O Colegiado de Gestores já levantava problemas que o Rio de Janeiro, por exemplo, nos apresentou e foi trazido aqui e levado à Tripartite. Quem sai daqui, da SEAS ou de uma secretaria e vai à Rocinha, sem eira e sem beira, fazer uma revisão de benefício? Existem situações especiais que precisam ser analisadas de forma especial. Porém, nos demais municípios, fluiu, respeitando-se as dificuldades da Região Norte e algo mais.

Tivemos um empecilho este ano: o processo eleitoral. A segunda etapa não será tão sofrível como a primeira, mas os maiores problemas não ocorreram nos municípios e, sim, nos Estados. Há Estados que, até os meses de agosto e setembro, não tinham conseguido encontrar uma forma de repassar recurso para o município. Esse é o caso do Rio Grande do Norte, por exemplo. Cito claramente tal situação.

Os Estados receberam essa tarefa como um trabalho árduo e, provavelmente, não foi dada a devida atenção nem o Estado estava preparado, até com instrumentos de repasse do recurso para o município, para realizar essa ação.

Como disse pela manhã, acredito que tudo é um processo. Temos erros, acertos e vamos aperfeiçoando-os. A segunda etapa - até por ter maiores recursos, é mais aquinhoadada - não trará tanto desgaste para quem a realizar

nem para os municípios e Estados. A revisão médica não será mais realizada, a não ser nas três exceções mencionadas pelo Dr. Álvaro. Ela fluirá melhor. No entanto, temos de resolver a primeira ou, então, achar alternativas, num prazo, para aqueles que não forem resolvidos.

Charles, tínhamos de fazer uma oficina interna, convidando a SEAS, para que deixássemos bem claro tais pontos. Na cabeça de alguns, esses pontos estão claros, na cabeça de outros, não!

ÁLVARO ANTÔNIO MACHADO - Essas questões sempre vêm à tona. Por coincidência, estou vindo da reunião do Fórum de Desenvolvimento, em que encontrei alguns colegas do Ministério da Saúde. Eu estava conversando com a técnica Fátima, do Programa Sou da Família, que me dizia: "Na última reunião do Conselho Nacional de Saúde, passaram uma hora discutindo um assunto sobre o qual a Tripartite já havia deliberado e que os Conselheiros achavam que era matéria do Conselho". Quer dizer, mesmo na Saúde, em que o processo já existe há mais tempo, essas questões ainda vêm à tona. E virão sempre. Mas temos discutido esse assunto. Inclusive, neste ano, houve o I Encontro das Comissões Bipartites, em Brasília, em que o Conselho Nacional de Assistência Social esteve presente. Um dos painéis tratou do papel do Conselho e do papel das Comissões Tripartite e Bipartite.

O processo de revisão do Benefício de Prestação Continuada é um exemplo claro de que a Tripartite está fazendo o seu papel e que o Conselho continua fazendo muito bem o papel dele. Ou seja: há algumas deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social que são diretrizes políticas para execução do que está na Lei Orgânica da Assistência Social referente à revisão do benefício. A Tripartite discute os aspectos operacionais do processo e, ao mesmo tempo, traz ao Conselho seus resultados. Tais resultados - que, neste caso, são ruins - mostram que precisa haver algumas decisões políticas referentes a ele. Quem toma decisão política é o Conselho e não a Tripartite.

É sempre importante discutirmos o assunto. Somos duas instâncias com o mesmo objetivo. Nesse caso, o encaminhamento está indo bem quanto às competências de cada um.

TARCÍSIO ZIMMERMANN - Eu gostaria de levantar uma questão relativa à composição da Comissão Intergestora Tripartite. Eu acho que é uma questão importante, porque se trata de uma resolução tomada depois de um fato. Em primeiro lugar, quero agradecer ao Charles, porque eu não tinha aqui cópia da NOB. A NOB é resultado de uma deliberação do CNAS.

As Comissões Intergestoras foram constituídas com fundamento no pacto federativo, e, evidentemente, não cabe a nenhum outro órgão, que não ao próprio, definir quem

representa cada uma das instâncias. Nós temos na Comissão Intergestora Tripartite a União, e ela decide quem a representa; temos os Estados, e estes decidem quem os representam, e temos os municípios, e estes também decidem quem os representam. Eu acho que é assim o pacto federativo. Então, não temos uma hierarquia, não temos uma relação de subordinação, mas sim uma relação de cooperação e de igualdade entre entes federados.

Que aconteceu? O Fonseas deliberou e definiu a sua representação na Comissão Intergestora Tripartite. Essa decisão é soberana do órgão Fonseas. Se houvesse alguma contrariedade em relação a essa decisão, caberia recurso ao próprio Fonseas, mas não atropelar o Fonseas, porque se estabelecemos esse tipo de relação em um órgão que é tripartite, estamos estabelecendo relações de subordinação, estamos estabelecendo relações de hierarquia, enfim, estamos rompendo qualquer tipo de pacto federativo que implique autonomia entre os órgãos federados.

Penso que cabe a este Conselho avaliar se a Comissão Intergestora Tripartite tem autoridade para estabelecer quem representa quem, ou se são os próprios órgãos representativos dos Estados e o dos municípios que têm autonomia para decidir quem representa quem. No que se refere a essa avaliação de que a presidência do órgão deve obrigatoriamente compor a CIT, se isso estivesse definido antes de algum fato, seria perfeito, porque isso passaria a

fazer parte do cálculo da representação dos Estados e dos municípios, mas sendo feita depois significa efetivamente uma ingerência.

Creio que o Conselho tem de tomar uma posição sobre esse assunto. Não precisa ser nesta reunião, mas o CNAS deve tomar uma posição, porque acho que estamos falando aqui de uma coisa que não é menor.

Devo dizer que estou até um pouco constrangido em falar sobre esse assunto, porque casualmente sou eu a pessoa que está indicada pelo Fonseas para compor a CIT. Eu posso, inclusive, considerar isso muito mais um veto político do que uma decisão administrativa, pela forma com que foi conduzido o assunto.

MARCO AURÉLIO SANTULLO - Sr. Presidente, peço a palavra para contraditar.

Em primeiro lugar, creio que esse assunto não é pertinente ao Conselho, neste momento, a não ser que a CIT o encaminhe ao CNAS.

ANTÔNIO LUIZ DE BRITO - Até porque não temos mais *quorum*.

MARCO AURÉLIO SANTULLO - Até nem se trata de problema de *quorum*.

Concordo com o Conselheiro Tarcísio que isso precisa ser... A meu ver, salvo engano - eu participei da reunião da CIT -, esse assunto foi abordado e pactuado lá na CIT, tanto pelo Estado, como pelo município e pela União. Vou me ater ao que cabe ao Conselho Nacional de Assistência Social. Graças a Deus, o CNAS foi muito sábio nesta matéria, pois exigiu que a composição do Estado fosse de parte do Presidente e do Vice-Presidente dos órgãos citados. Isso é regimental. No CNAS é regimental: quem representa os Estados é o Presidente do Fórum, na sua ausência, o Vice-Presidente. Repito: aqui é regimental. Tanto é que o novo Presidente do Fonseas me consultou e eu disse a ele que aqui não haveria composição de secretariado, que aqui o Ministro nomearia o Presidente e o Vice-Presidente eleitos pelo Fonseas, e que se ele tivesse de fazer algum arranjo - e me desculpem o termo, mas não sei usar outro - das forças políticas dos secretários, que fizesse em outro âmbito, mas não no CNAS.

Esse assunto foi levado à CIT. Lá estavam os três representantes do Estado e os três concordaram. *Data venia*, V.Sa. foi parlamentar, e se não tivesse havido a pactuação na CIT eu ficaria, com todas as letras, ao lado de V.Sa. Mas houve essa pactuação e eu posso até, junto com V.Sa., pedir as notas taquigráficas da CIT para que isso fique bem claro. Se nas notas taquigráficas da CIT, naquele exato momento, aparecer alguma voz discordando desse entendimento,

concordarei com V.Sa. E aqui quero dar a explicação, que dei lá na CIT, na condição de Presidente do CNAS. Eu disse que, para o melhor entrosamento entre o CNAS e a CIT, para economia, para o bom desempenho dos trabalhos, seria prudente, como foi até então, por parte dos municípios e dos Estados - foi até então - que os representantes do Fonseas e do Congemas fossem seus presidentes e, na ausência deles, os vice-presidentes. E aí volto a apelar ao espírito de parlamentar de V.Sa.: pode não estar no regimento, mas essa foi a tradição desde a fundação da CIT até a última eleição do Fonseas. Essa foi a tradição: quem compunha a CIT eram os Presidentes e Vice-Presidentes do Fonseas e do Congemas. Estou errado nisso, Coordenador Álvaro? Da minha parte, V.Sa. tem toda minha compreensão. Quero deixar claro que eu nem sabia que era V.Sa. o representante. Daí acho a dedução de V.Sa. de dizer que foi um veto político até uma ofensa a pessoas que V.Sa. nem conhece - e aqui estou me referindo ao meu caso pessoal.

Esses os esclarecimentos que eu tinha a prestar, Sr. Presidente.

ÁLVARO ANTÔNIO MACHADO - Secretário Tarcísio, em primeiro lugar eu quero dizer que é impertinente a questão da possibilidade de um veto político. Da mesma forma que há pessoas que não lhe conhecem, há pessoas que, como eu, o

conhecem e o admiram e sabem que sua pessoa constitui hoje um dos melhores quadros da Assistência Social. Então, jamais votaríamos pelo veto, mas sim pela inclusão.

A questão toda está na surpresa que tivemos ao receber a informação do Presidente eleito do Fonseas do rompimento de algo que foi uma falha não constar do regimento, mas que estava sendo mantida pela tradição. Tanto que meu primeiro ato foi conversar com o Presidente do Fonseas, expondo essas razões todas, comunicando que iria levar o assunto à Tripartite. No telefonema, ele concordou com as minhas ponderações, dizendo que, como ele tinha assumido naquele momento, não tinha se apercebido desse ponto e que gostaria que se encontrasse uma solução para isso.

Ao levar o assunto à Tripartite - e isso se encontra na gravação e nas notas taquigráficas da reunião -, ressaltamos, inicialmente, que se não chegássemos a um acordo para que isso fosse resolvido naquele âmbito e no regimento, o assunto seria trazido ao Conselho Nacional de Assistência Social. Essa foi a primeira coisa que falamos.

Mas ocorreu o fato que o Presidente do CNAS, Marco Aurélio, registrou muito bem, que foi o pacto federativo na Comissão Intergestora Tripartite, com a anuência dos três representantes do Fonseas que, por todas as razões expostas e bastante discutidas naquele momento, entenderam ser de fundamental importância que não só o Presidente compusesse a Comissão como também que isso estivesse no regimento, para que



situações idênticas, não só no âmbito do Fonseas, mas no próprio Congemas, não viessem a se repetir futuramente.

Na verdade, quero também registrar que não estamos definindo quem representa quem. Ou seja, ao constar do regimento que o Presidente é membro titular da CIT, não estamos dizendo que o Presidente será esse ou aquele, ou que os outros representantes serão fulano ou beltrano. A escolha das pessoas é definida pelo órgão. Só que agora ficou assegurado que o presidente eleito pelos seus pares para o Fonseas é o membro titular da CIT, o mesmo ocorrendo com o Congemas. Lembro que quando aprovamos a primeira proposta de regimento das Bipartites - e isso foi seguido nos Estados - o Secretário Municipal da capital passou a ser membro nato titular das CIBs. Só que, naquele momento, não tivemos a percepção da necessidade de incluir isso no nosso regimento, porque isso acontecia por tradição não só na nossa área, como nas outras áreas, como é o caso da Saúde. Foram essas as razões. Não houve razão maior, diferente, muito menos de ordem política, para que isso fosse aventado.

MARCO AURÉLIO SANTULLO - E digo mais a V.Sa.: se eu o tivesse conhecido antes, eu ficaria contra isso.

TARCÍSIO ZIMMERMANN - Eu quero recolocar essa questão, porque estranhamente - e isso deve ser dito - houve

toda uma pressão no sentido de que eu não comparecesse a essa reunião do dia 11 de outubro.

MARCO AURÉLIO SANTULLO - À reunião do Conselho?

TARCÍSIO ZIMMERMANN - Não, à reunião do dia 11 de outubro.

MARCO AURÉLIO SANTULLO - Um momento, Conselheiro Tarcísio. V.Sa. tem de separar o joio do trigo. O senhor está em uma reunião do Conselho Nacional de Assistência Social. Refira-se então à CIT.

TARCÍSIO ZIMMERMANN - Perfeito. Eu aponte aqui a resolução. Houve um esforço... Apesar de ser do conhecimento de quem caberia que o Fonseas havia eleito uma nova representação para a CIT, eu não fui convocado para essa reunião. Na véspera da reunião, recebi um telefonema do Presidente do Fonseas me explicando essa situação e dizendo que ele me substituiria, apesar de ele não ser meu suplente. Quero que isso fique claro.

A segunda questão: eu não acho que a CIT não possa tomar essa resolução. Creio que ela até pode tomar essa resolução. O que eu queria questionar é se é assim mesmo, isto é, se depois de uma resolução do fórum legítimo da representação dos Estados, a Comissão tem o poder de

estabelecer uma mudança na decisão legítima dos Estados. Eu imagino que o Presidente do Fonseas levará esse tema para deliberação do Fórum. Eu imagino. De qualquer forma, eu queria registrar minha inconformidade com o método - nem vou entrar no mérito. No método, eu não concordo.

PRESIDENTE (Tânia Mara Garib) - Não havendo mais perguntas ao Coordenador da CIT, agradecemos pela sua presença e encerramos esta etapa da reunião.

Solicito ao Presidente Marco Aurélio que assuma a presidência dos trabalhos.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Conselheiro Brito, há alguma deliberação? (Pausa.)

Não há.

A Presidência, diante desse debate em relação à decisão da CIT, quer um conselho dos nobres Conselheiros. A Presidência vai pegar as notas taquigráficas com as ponderações do Conselheiro Tarcísio e levar à próxima reunião da CIT. Se os senhores concordarem, a Presidência fará isso.

Tenha V.Sa. clareza de que o Conselheiro Presidente do CNAS, que participa da CIT, não teve, em nenhum momento, qualquer noção de que isso foi mudado por causa da composição do Fonseas. O que me deixa pasmo nesse assunto é que, dos três representantes do Estado que estavam na reunião da CIT,

nenhum levantou objeção, muito pelo contrário, porque era um procedimento antigo.

A única coisa que o Presidente do CNAS pode fazer é pedir à Conselheira Tânia Garib, que aqui representa os municípios, que pegue as notas taquigráficas das ponderações de V.Sa. e leve à próxima reunião da CIT. A senhora concorda com isso, Conselheira Tânia?

TÂNIA MARA GARIB - Presidente, quem são os novos representantes do Fonseas na CIT? São três titulares e três suplentes. Quem são eles?

Na verdade, a última reunião foi feita com os antigos representantes. Estavam presentes o Secretário de Goiás, a Secretária de Mato Grosso do Sul e a Secretária do Pará.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Esses três estavam na reunião da CIT representando os Estados.

TÂNIA MARA GARIB - Eu gostaria de saber quem são os escolhidos pelo Fonseas para participar da CIT. A regulamentação inicial que existe é a seguinte...

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Creio que a primeira coisa que o senhor tem de ver, Conselheiro Tarcísio, é se o seu Presidente - e posso lhe falar na condição de

Presidente do CNAS - comunicou oficialmente à CIT quem seriam os membros do Fonseas a compor aquele órgão. Esse é o primeiro passo. Não é isso, Conselheira Tânia?

TÂNIA MARA GARIB - Estou perguntando isso, Sr. Presidente, porque, como membro da CIT - não sou do Fonseas, mas sou membro da CIT, como é o Presidente Marco Aurélio e o Secretário Álvaro, que acaba de se retirar -, eu desconheço quem são os representantes que o Fonseas indicou para a Comissão Intergestora Tripartite, quais são os seis representantes, os três titulares e os três suplentes, considerando a característica de regionalidade, que já está no Regimento. Eu quero saber, apenas para conhecimento.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - V.Sa. sabe quais os indicados?

TARCÍSIO ZIMMERMANN - Claro.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Aí há uma diferença que eu quero esclarecer a V.Sa. Há uma diferença entre o que vocês deliberaram - e está na ata do Fonseas - e a comunicação oficial.

TARCÍSIO ZIMMERMANN - Presidente, nossa reunião foi no dia 31 de agosto, portanto, já há um tempo considerável. Na mesma reunião, elegemos a direção do Fórum, sendo escolhido para Presidente o Edilson; eu na condição de Vice-Presidente; 2º Vice-Presidente o Secretário Evaldo, da Paraíba; a Secretária Valdete foi eleita Secretária do Fórum; Tesoureiro, o Secretário Honor, de Goiás. Na mesma reunião, foram indicados os dois membros junto ao CNAS, e isso já foi publicado no *Diário Oficial*, e escolhida a nova composição para a CIT, em que ficou titular a Secretária Valdete e seu suplente o Edilson; eu como titular, sendo meu suplente o Honor; titular a Suleima Pegado, do Pará, sendo sua suplente a Marli, de Santa Catarina.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - V.Sas. fizeram isso, o Presidente do Fonseas me comunicou que foi eleita a nova diretoria, o Presidente e o Vice-Presidente. A Presidência do CNAS, por meio da Secretaria Executiva, fez o ato, mandou para o Ministro que o mandou publicar. O mesmo procedimento é adotado na CIT. É isso que estou querendo esclarecer a V.Sa. Para cá foi enviado um ofício dizendo que o Edilson e V.Sa. foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Fonseas. A mim não cabe julgar se V.Sa. é bonito ou feio; se o Edilson é bonito ou feio. Eu apenas cumpro o que foi deliberado lá, desde que sejam indicados o

Presidente e o Vice-Presidente. E foi isso que a Presidência do CNAS fez.

Com a palavra a Conselheira Tânia Garib.

TÂNIA MARA GARIB - O que eu quero dizer - por isso perguntei quem eram os representantes - é que há uma recomendação. Quando se coloca no regimento que os membros da CIT devem cobrir todas as regiões, não há essa exigência com relação ao Presidente e ao Vice. Por exemplo, há dois representantes da mesma região: o representante de Goiás e a de Mato Grosso do Sul.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Há dois representantes da mesma região?

TÂNIA MARA GARIB - Há. Mas tudo bem. Por isso que o Presidente fica sempre fora.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - O Presidente não se conta. E quanto aos dois que são do mesmo Estado, V.Sa. pode pedir a correção disso.

TÂNIA MARA GARIB - Eu falei isso para mostrar qual é a intenção: se são seis representantes - três titulares e três suplentes -, exclui-se o Presidente, porque teoricamente o

presidente é quem fala pelo Fórum, é o que fala pela entidade, e os demais são escolhidos por região. E aqui não houve essa intenção. Não nos cabe julgar, mas sim mostrar a situação.

Eu fico preocupada, por ser membro da Tripartite, porque não houve a intenção a que o senhor se refere naquela Comissão. Quando o senhor diz que isso poderia ser uma questão política, seria uma questão política porque o Governo do Rio Grande do Sul é do PT? Mas o Governo do Mato Grosso do Sul também é do PT e a Secretária Valdete é da Tripartite!!

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - Com a palavra o Conselheiro Charles.

CHARLES ROBERTO PRANKE - Para uma questão de encaminhamento, Sr. Presidente.

Esses dados são da ata da reunião. É uma questão de ver com as estruturas do próprio Fonseas por que houve esse esquema e se foi encaminhada essa ata à Tripartite. Uma das coisas que aqui ficaram claras é que não deveria ter havido ingerência na decisão do Fonseas. Parece que isso é ponto pacífico. Então, pode ter havido um problema de comunicação no meio do caminho.

PRESIDENTE (Marco Aurélio Santullo) - De nossa parte, está acertado que vamos pedir as notas taquigráficas



das manifestações do Conselheiro Tarcísio, e a Conselheira Tânia Garib as levará à CIT. Certo?

Muito obrigado a todos pela presença.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.